

ÍNDICE

6.4 -	Caracterização dos Aspectos do Meio Socioeconômico	1/544
6.4.1 -	Considerações Gerais	1/544
6.4.1.1 -	Áreas de Estudo para o Meio Socioeconômico	3/544
6.4.1.2 -	Metodologia e Aspectos da Pesquisa	6/544
6.4.1.2.1 -	Levantamento de Dados Secundários	6/544
6.4.1.2.2 -	Roteiro para Pesquisa de Campo.....	7/544
6.4.1.2.3 -	Reconhecimento da Área de Influência Direta - Traçado da LT	9/544
6.4.1.2.4 -	Apresentação do Diagnostico Socioeconômico.....	11/544
6.4.2 -	Aspectos Geopolíticos da Área de Abrangência Regional (ARR).....	15/544
6.4.2.1 -	Histórico de Ocupação Regional (AAR)	15/544
6.4.2.2 -	Importância Estratégica do Território Amazônico: Projetos e ZEE....	19/544
6.4.2.3 -	Planos e Programas na Área de Abrangência Regional - AAR	24/544
6.4.2.3.1 -	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil	24/544
6.4.2.3.2 -	Plano Amazônia Sustentável - PAS.....	26/544
6.4.2.3.3 -	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural da Amazônia - PROAMBIENTE	28/544
6.4.2.3.4 -	Programa Bolsa Família.....	30/544
6.4.2.3.5 -	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	31/544
6.4.2.3.6 -	Programa Brasil Quilombola	31/544
6.4.2.3.7 -	Programa de Apoio à Elaboração dos Planos Diretores Municipais do Estado do Pará (PDM - Pará).....	32/544
6.4.2.3.8 -	Planos e Programas na Área Influência Direta	32/544
6.4.3 -	Demografia, Estrutura Produtiva e Malha Urbana.....	35/544

6.4.3.1 -	Histórico de Ocupação na Área de Influência Indireta	35/544
6.4.3.1.1 -	Histórico de Ocupação no Estado do Pará	35/544
6.4.3.1.2 -	Histórico dos Municípios da Área de Influência Indireta - Pará.....	41/544
6.4.3.1.3 -	Histórico de Ocupação do Estado do Amapá	48/544
6.4.3.1.4 -	Histórico dos Municípios da Área de Influência Indireta - Amapá.....	52/544
6.4.3.1.5 -	Uso e Ocupação do Solo dos municípios atravessados pela LT	55/544
6.4.3.1.6 -	Dados Gerais e Desmatamento	62/544
6.4.3.1.7 -	Estrutura Fundiária.....	67/544
6.4.3.1.8 -	Instrumentos de Gestão Territorial dos Municípios	74/544
6.4.3.2 -	Dinâmica de Circulação	80/544
6.4.3.2.1 -	Via Terrestre	80/544
6.4.3.2.2 -	Ramais ou Estradas Vicinais.....	84/544
6.4.3.2.3 -	Via Fluvial	85/544
6.4.3.2.4 -	Serviços de Transporte	87/544
6.4.3.3 -	Hierarquia Urbana Região: Pólos Regionais e Locais	90/544
6.4.3.3.1 -	Metrópoles.....	93/544
6.4.3.3.2 -	Capitais Regionais	95/544
6.4.3.3.3 -	Centro Sub-regional	95/544
6.4.3.3.4 -	Centro Local.....	96/544
6.4.3.3.5 -	Outras Centralidades	99/544
6.4.3.4 -	Aspectos Demográficos e Populacionais	99/544
6.4.3.4.1 -	Área de Influência Indireta - Pará	100/544
6.4.3.4.1.1 -	Concentração e Crescimento Populacional.....	100/544
6.4.3.4.1.2 -	Distribuição da População e Situação do Domicílio	103/544

6.4.3.4.1.3 -	Composição da População por Sexo de Grupos de Idade.....	105/544
6.4.3.4.1.4 -	Evolução dos Indicadores Sociais: Esperança de Vida ao Nascer e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	108/544
6.4.3.4.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	109/544
6.4.3.4.2.1 -	Concentração e Crescimento Populacional.....	109/544
6.4.3.4.2.2 -	Distribuição da População e Situação do Domicílio	111/544
6.4.3.4.2.3 -	Composição da População por Sexo e Grupos de Idade	114/544
6.4.3.4.2.4 -	Evolução dos Indicadores Sociais: Esperança de Vida ao Nascer e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	117/544
6.4.4 -	Organização Social, Serviços Públicos e Vulnerabilidades	118/544
6.4.4.1 -	Saneamento Básico	119/544
6.4.4.1.1 -	Área de Influência Indireta - Pará	120/544
6.4.4.1.1.1 -	Abastecimento de Água	120/544
6.4.4.1.1.2 -	Esgotamento Sanitário.....	121/544
6.4.4.1.1.3 -	Destino do Lixo	122/544
6.4.4.1.1.4 -	Saneamento Ambiental.....	124/544
6.4.4.1.1.5 -	Serviços de Energia e Telecomunicação	125/544
6.4.4.1.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	125/544
6.4.4.1.2.1 -	Abastecimento de Água	125/544
6.4.4.1.2.2 -	Esgotamento Sanitário.....	126/544
6.4.4.1.2.3 -	Destino do Lixo	127/544
6.4.4.1.2.4 -	Saneamento Ambiental.....	128/544
6.4.4.1.2.5 -	Serviços de Energia e Telecomunicação	129/544
6.4.4.2 -	Saúde	130/544
6.4.4.2.1 -	Área de Influência Indireta - Pará	132/544
6.4.4.2.1.1 -	Serviços de Saúde	132/544

6.4.4.2.1.2 -	Incidência de Endemias	137/544
6.4.4.2.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	144/544
6.4.4.2.2.1 -	Serviços de Saúde	144/544
6.4.4.2.2.2 -	Incidência de Endemias	148/544
6.4.4.3 -	Educação	151/544
6.4.4.3.1 -	Área de Influência Indireta - Pará	152/544
6.4.4.3.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	156/544
6.4.4.4 -	Segurança Pública.....	161/544
6.4.4.4.1 -	Área de Influência Indireta - Pará	161/544
6.4.4.4.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	161/544
6.4.4.5 -	Infra-estrutura.....	161/544
6.4.4.5.1 -	Acesso Rodoviário	161/544
6.4.4.5.2 -	Acesso Ferroviário.....	165/544
6.4.4.5.3 -	Acesso Fluvial e Portos	166/544
6.4.4.5.4 -	Acessos Aéreos.....	170/544
6.4.4.6 -	Organização Social.....	171/544
6.4.4.6.1 -	Migração e Deslocamento	171/544
6.4.4.6.2 -	Os Conflitos Agrários e Tensões Sociais.....	173/544
6.4.4.6.3 -	Antecedentes Históricos.....	174/544
6.4.4.6.4 -	Os Conflitos Agrários no Presente	176/544
6.4.4.6.5 -	Conflitos Agrários na Região do Sul do Amapá.....	176/544
6.4.4.6.6 -	Os Assentamentos Rurais no Estado do Amapá	186/544
6.4.4.6.7 -	Conflitos Agrários no Estado do Pará.....	188/544
6.4.4.6.8 -	Assentamentos Rurais Localizados no Pará (All).....	189/544
6.4.5 -	Atividades Econômicas, Mercado de Trabalho e Finanças Públicas	190/544

6.4.5.1 -	Área de Influência Indireta - Pará.....	191/544
6.4.5.1.1 -	Composição do Produto Interno Bruto (PIB) por Setor da Economia	191/544
6.4.5.1.2 -	Finanças Públicas.....	203/544
6.4.5.1.3 -	Emprego	203/544
6.4.5.2 -	Área de Influência Indireta - Amapá	204/544
6.4.5.2.1 -	Composição do Produto Interno Bruto (PIB) por Setor da Economia	204/544
6.4.5.2.2 -	Finanças Públicas.....	213/544
6.4.5.2.3 -	Emprego	214/544
6.4.6 -	Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais	215/544
6.4.6.1 -	Povos Indígenas	216/544
6.4.6.1.1 -	Grupos Étnicos na All	219/544
6.4.6.1.1.1 -	Tronco Linguístico Caribe	220/544
6.4.6.1.1.2 -	Tronco Linguístico Tupi-Guarani	222/544
6.4.6.1.2 -	Ocupação Territorial e Organização Social dos Povos Indígenas.....	224/544
6.4.6.1.3 -	Terras Indígenas na All	227/544
6.4.6.2 -	Comunidades Tradicionais.....	233/544
6.4.6.2.1 -	Comunidades Remanescentes de Quilombo.....	236/544
6.4.6.2.1.1 -	Processo Histórico.....	236/544
6.4.6.2.1.2 -	Comunidades Remanescentes de Quilombos nos Municípios da All	244/544
6.4.6.2.1.3 -	Comunidades Remanescentes de Quilombos na Área Influência Direta.....	248/544
6.4.6.2.1.4 -	Aspectos Culturais.....	248/544
6.4.6.2.1.5 -	Quilombo do Rosa	249/544

6.4.6.2.1.6 -	Quilombo Ilha Redonda	250/544
6.4.6.2.1.7 -	Comunidade do Torrão do Matapi	252/544
6.4.6.2.1.8 -	Comunidade de Campina Grande	254/544
6.4.6.2.1.9 -	Comunidade do Curralinho.....	256/544
6.4.6.2.1.10 -	Comunidade de Curiaú	257/544
6.4.6.2.2 -	Comunidades Extrativistas	258/544
6.4.6.2.2.1 -	Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex do Cajari)	260/544
6.4.6.2.3 -	Comunidades Ribeirinhas.....	267/544
6.4.7 -	Dinâmica e Uso do Território na Área Atravessada pela LT	270/544
6.4.7.1 -	Dinâmicas e Classificações Locais do Território.....	270/544
6.4.7.1.1 -	Povoados.....	272/544
6.4.7.1.2 -	Quilômetros	273/544
6.4.7.1.3 -	Retiros ou Sítios	273/544
6.4.7.1.4 -	Fazendas.....	275/544
6.4.7.1.5 -	Assentamentos Rurais e Assentamentos Agroextrativistas.....	278/544
6.4.7.1.6 -	Projetos Integrados de Colonização - PICs	282/544
6.4.7.1.7 -	Projeto Jari.....	285/544
6.4.7.1.8 -	Expansão Urbana / Loteamentos	287/544
6.4.7.2 -	Caracterização dos Usos: Sistema de Produção Rural na AID	289/544
6.4.7.2.1 -	A Agricultura de Subsistência.....	290/544
6.4.7.2.2 -	Sistema: Várzea - Terra Firme	293/544
6.4.7.2.3 -	Exploração Extrativista	296/544
6.4.7.2.3.1 -	Exploração da Castanha do Brasil (Castanha do Pará ou Castanha da Amazônia).....	298/544
6.4.7.2.4 -	Agropecuária Extensiva e Silvicultura.....	303/544
6.4.7.2.5 -	Pesca	306/544

6.4.7.3 -	Principais Culturas Plantadas na Região e Dieta dos Moradores.....	309/544
6.4.8 -	Descrição do Território Atravessado pela LT.....	313/544
6.4.8.1 -	Considerações Iniciais.....	313/544
6.4.8.1.1 -	Trecho 01: Oriximiná - Alenquer.....	314/544
6.4.8.1.1.1 -	Município de Oriximiná.....	318/544
6.4.8.1.1.2 -	Município de Óbidos.....	319/544
6.4.8.1.1.3 -	Município de Curuá.....	324/544
6.4.8.1.1.4 -	Povoados Situados nos Limites Territoriais dos Municípios de Curuá e Alenquer.....	325/544
6.4.8.1.1.5 -	Município de Alenquer.....	329/544
6.4.8.1.2 -	Trecho 02: Monte Alegre - Prainha.....	333/544
6.4.8.1.2.1 -	Município de Monte Alegre.....	336/544
6.4.8.1.2.2 -	Município de Prainha.....	342/544
6.4.8.1.3 -	Trecho 03: Prainha - Almeirim.....	345/544
6.4.8.1.3.1 -	Município de Prainha.....	348/544
6.4.8.1.3.2 -	Município de Almeirim.....	349/544
6.4.8.1.4 -	Trecho 04: Almeirim - Laranjal do Jari.....	358/544
6.4.8.1.4.1 -	Município de Almeirim.....	360/544
6.4.8.1.4.2 -	Município de Laranjal do Jari.....	363/544
6.4.8.1.5 -	Trecho 05: Laranjal do Jari - Mazagão.....	370/544
6.4.8.1.5.1 -	Município de Laranjal do Jari.....	373/544
6.4.8.1.5.2 -	Município de Mazagão.....	381/544
6.4.8.1.6 -	Trecho 06: Mazagão - Macapá.....	390/544
6.4.8.1.6.1 -	Município de Mazagão.....	393/544
6.4.8.1.6.2 -	Município de Santana.....	396/544
6.4.8.1.6.3 -	Município de Macapá.....	398/544

6.4.9 -	Pontos de Relevante Interesse Social na AID.....	405/544
6.4.9.1 -	Pontos de Relevante Interesse Social Próximos à Faixa de Servidão .	407/544
6.4.10 -	Síntese Conclusiva.....	408/544
6.4.10.1 -	Padrões de Ocupação.....	409/544
6.4.10.2 -	Comunidades Negras	409/544
6.4.10.3 -	Intervenções da Faixa de Servidão nas Áreas de Plantio das Comunidades	410/544
6.4.11 -	Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural	411/544
6.4.11.1 -	Introdução.....	411/544
6.4.11.2 -	Apresentação e Objetivos	412/544
6.4.11.3 -	Contextualização Arqueológica	414/544
6.4.11.4 -	Contextualização Histórica	421/544
6.4.11.4.1 -	Os Povos Indígenas Remanescentes	421/544
6.4.11.4.1.1 -	Etnias Indígenas da Região.....	423/544
6.4.11.4.1.2 -	As Comunidades Quilombolas.....	428/544
6.4.11.4.2 -	Contexto Histórico - Pará e Amapá.....	438/544
6.4.11.4.2.1 -	O Estado do Pará	438/544
6.4.11.4.2.2 -	Municípios Abrangidos pelo Empreendimento	445/544
6.4.11.4.2.3 -	O Estado do Amapá	457/544
6.4.11.4.2.4 -	Municípios Abrangidos pelo Empreendimento	462/544
6.4.11.4.3 -	Contexto Arqueológico da Região Amazônica.....	484/544
6.4.11.5 -	O Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico	490/544
6.4.11.5.1 -	Fases e Tradições Ceramistas do Pará e Amapá	490/544
6.4.11.5.2 -	O Material Lítico da Região Amazônica	497/544
6.4.11.5.3 -	O Grafismo Rupestre da Região Amazônica	504/544

6.4.11.5.4 -	O Patrimônio Arqueológico Histórico.....	508/544
6.4.11.5.4.1 -	Os Fortes Militares	509/544
6.4.11.5.4.2 -	Os Aldeamentos Jesuíticos.....	517/544
6.4.11.5.4.3 -	Estruturas de Queima: Fornos, Fornalhas e Fogões	519/544
6.4.11.5.5 -	Patrimônio Arqueológico Existente na All	529/544
6.4.11.5.5.1 -	Estado do Pará	529/544
6.4.11.5.5.2 -	Estado do Amapá	541/544
6.4.11.6 -	Recomendações	544/544

ANEXOS

Anexo 1 - Partes Interessadas no Empreendimento

Anexo 2 - Relação dos Sítios Arqueológicos Existentes na Área de Abrangência da LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná

6.4.6 - Populações Indígenas, Quilombolas e Tradicionais

Esta seção descreve os modos de vida da população local através de uma abordagem voltada para a coleta de narrativas sobre histórias de vida, estratégias de ocupação do espaço e formas de organização no trabalho, da relação com o território e com a natureza. Essas informações associadas às observações de campo, aos outros diagnósticos realizados anteriormente e ao levantamento do processo histórico de ocupação da região, permitiram uma melhor compreensão dos aspectos simbólicos, culturais, sociais e econômicos que orientam as formas de classificação das pessoas, dos espaços e do cotidiano das comunidades visitadas.

Nesse sentido, são apresentadas nesta seção as descrições das diversas ocupações humanas na All e AID, organizadas a partir do reconhecimento das identidades e dos grupos sociais bem como os aspectos institucionais e territoriais. Inicialmente será enfocada a ocupação indígena nos estados do Amapá e Pará. Embora as terras indígenas estejam localizadas há mais de 80 km do corredor de passagem da linha, este diagnóstico procurou abordar e descrever o panorama histórico das ocupações indígenas, bem como a situação dos povos que habitam especialmente as porções norte dos municípios da All.

Esta seção aborda ainda a questão dos Remanescentes de Quilombo na região, descrevendo os principais elementos históricos, sociais e culturais das áreas reconhecidas, especialmente no estado do Amapá, onde se registra a presença de 4 comunidades dentro do corredor de passagem da linha, embora nenhuma comunidade reconhecida seja efetivamente atravessada pela linha.

Por fim, esta seção descreve ainda as outras formas de ocupação localizadas ao longo da faixa. Os aspectos tradicionais de cada uma das formas de ocupação está diretamente associados à dependência dos recursos naturais bem como sua representação para a organização social, cultural e econômica. Desta forma, são descritas os diversos grupos sociais, atentando especialmente aos aspectos constituidores de suas identidades culturais, bem como o uso e a importância dos recursos naturais na composição dos modos de vida destes grupos. Cabe ressaltar que as descrições não excluíram nenhuma das formas de ocupação existentes na região, abrangendo tanto aquelas ditas mais tradicionais, tais como “extrativistas”, com atenção especial àqueles que congregam a RESEX do Cajari e “ribeirinhos”, como também “pequenos agricultores”, “assentados” e “colonos”, e ainda outros grupos tais como “fazendeiros” e “populações urbanas”, cuja relação com os recursos naturais se dá de forma menos direta, contudo não menos importante.

6.4.6.1 - Povos Indígenas

Os povos indígenas contemporâneos estão espalhados por todo o território brasileiro, com exceção dos estados do Piauí e Rio Grande do Norte. Vários desses povos também habitam países vizinhos.

Os povos indígenas que hoje habitam a faixa de terras que vai do Amapá ao Pará possuem uma história em comum de relações comerciais, políticas, matrimoniais e rituais que remonta a pelo menos três séculos. Essas relações até hoje não deixaram de existir nem se deixaram restringir aos limites das fronteiras nacionais, estendendo-se à Guiana Francesa e ao Suriname.

No Brasil, a grande maioria das comunidades indígenas vive em terras coletivas, declaradas pelo governo federal para seu usufruto exclusivo. As chamadas Terras Indígenas (TIs) somam, hoje, 611 Terras Indígenas (FUNAI, 2008).

Na Amazônia Legal – composta pelos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte oeste do Maranhão – vivem 60% da população indígena. De acordo com os dados do Censo (IBGE, 2000) estima-se que cerca de 15% os índios que vivem em cidades.

De acordo com a FUNAI há 369 Terras Indígenas na Amazônia Legal, que correspondem a uma área de 103.471.146 ha (1 milhão e 34 mil km²). Esta extensão corresponde a 20,66% do total da região. Por outro lado, esse território abriga 98,8% da extensão das terras indígenas do país.

Na Amazônia Brasileira a população indígena aproximada é de 180.000 índios (não estão aí computados os índios que vivem fora das Terras Indígenas). De acordo com as informações da FUNAI, em 2006, o Estado do Pará possuía uma população indígena total de 20.185 indivíduos e o Estado do Amapá possuía uma população de 4.950 indivíduos. Há indícios, também, da existência de aproximadamente 53 grupos indígenas ainda não contatados, sendo que a FUNAI confirma a ocorrência de doze desses grupos.

O reconhecimento das Terras Indígenas por parte do Estado é um capítulo ainda não encerrado da história brasileira. Muitas delas estão demarcadas e contam com registros em cartórios, outras estão em fase de reconhecimento; há, também, áreas indígenas sem nenhuma regularização (Quadro 6.4.6-1). Além disso, diversas TIs estão envolvidas em conflitos e polêmicas. Alguns focos de conflitos e polêmicas envolvendo Terras Indígenas referem-se: (i) a sobreposições com Unidades de Conservação (UCs); (ii) sobreposição de Terras Indígenas a áreas militares; (iii)

utilização de áreas para garimpeiros; (iv) Madeireiros atuam em TIs (Pará); (v) Estradas corta TI ao meio e (vi) a pesca predatória que realizada por moradores da região.

Quadro 6.4.6-1 - Situação Jurídica das TIs na Amazônia Legal - 2008

Situação das Terras Indígenas	Nº TIs	%	Extensão (hectares)	% em ha
Em Identificação	58		49.780	
Com restrição de uso a não índios	4		704.257	
Total	62	15,31%	754.037	0,70%
Identificada	12	2,96%	1.105.758	1,02%
Declarada	33	8,15%	9.488.136	8,75%
Reservada	6		38.846	
Homologada	5		771.011	
Reservada ou Homologada com Registro no CRI e/ou SPU	287		96.253.758	
Total	298	73,58%	97.063.615	89,53%
Total Geral	405	100%	108.411.546	100%

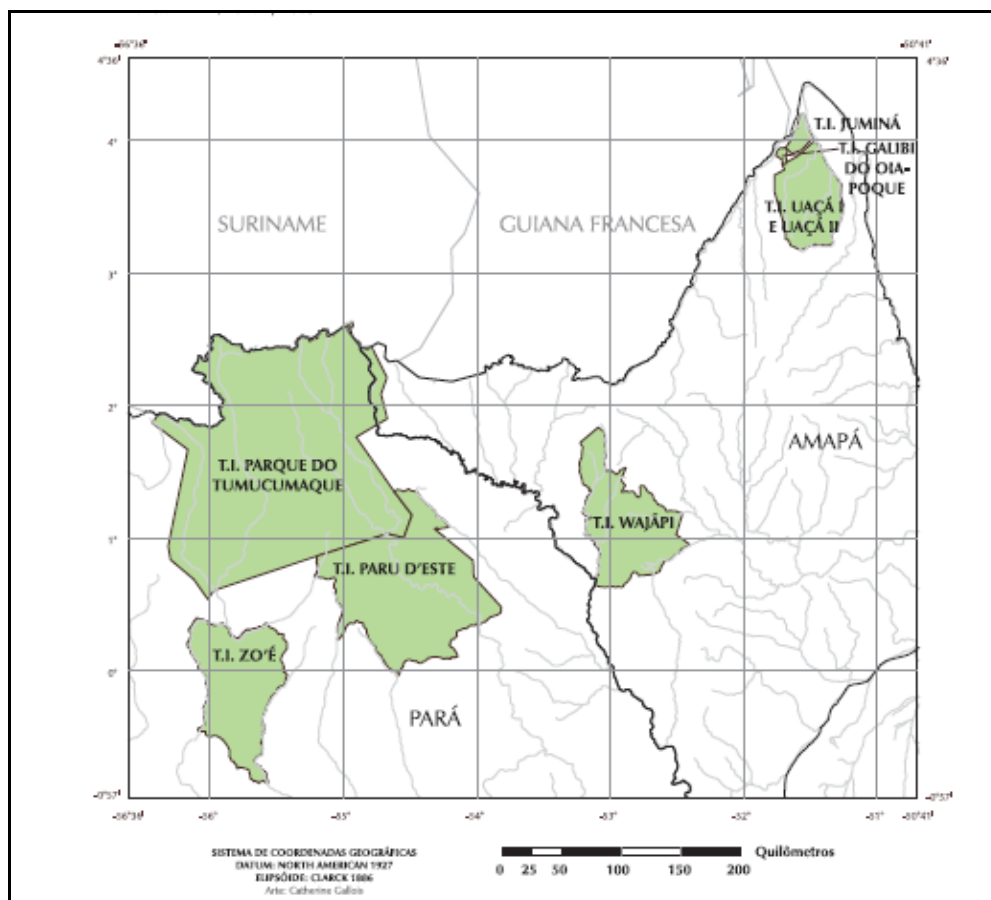
Fonte: ISA, Agosto - 2008.

Nesse aspecto, o Amapá foi um estado pioneiro no reconhecimento dos direitos territoriais indígenas. Todas as terras reivindicadas pelos índios foram demarcadas e homologadas. Os povos do vale do rio Uaçá tiveram seu processo de regularização fundiária concluído há mais de dez anos. Os Wajãpi tiveram sua terra homologada em 1996, depois de terem concluído sua demarcação física, num processo em que todas as aldeias participaram intensamente.

Já o processo de regularização do Parque Indígena de Tumucumaque e da contígua Terra Indígena Paru d'Este, no Pará, foi concluído em 1998, após uma demarcação física realizada em moldes opostos à realizada na terra Wajãpi, com a contratação de empresas de engenharia para a execução dos trabalhos.

No caso dos Zo'é, que vivem ao sul do Parque do Tumucumaque, no estado do Pará, a partir de 1996 foram realizados os trabalhos de identificação de sua terra, mas a regularização fundiária de sua área ainda encontra-se em andamento.

Embora a Linha de Transmissão não atravessasse áreas de Terras Indígenas foi identificado cinco Terras Indígenas localizadas nos municípios que compõem a All, conforme pode ser observado na Figura 6.4.6-1, a seguir e no 2360-00-EIA-DE-4001-00 - Mapa de Povoados, Localidades, Assentamentos e Comunidades Tradicionais (TI e Quilombolas).



Fonte: Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará

Figura 6.4.6-1 - Mapa das Terras Indígenas existentes na Área de Influência do empreendimento

Na área abrangida pelo empreendimento, os municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Oriximiná/PA e Laranjal do Jarí/AP, grande parte das áreas indígenas são ocupadas por diferentes povos do troco lingüístico Karib, sendo as etnias Waiãpi, Zo' é pertencente ao tronco lingüístico Tupi-Guarani. Esses grupos étnicos estão distribuídos em várias aldeias em tributários do rio Jari em sua porção superior na parte leste do Amapá e noroeste do Pará, bem como na Guiana Francesa. A Terra Indígena mais próxima do empreendimento é a Zo' é que está localizada à cerca de 83 km do traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná.

No Quadro 6.4.6-2 é apresentada uma breve caracterização da localização dessas Terras indígenas e dos povos indígenas identificados nos municípios que compõem a AII do empreendimento.

Quadro 6.4.6-2 - Localização das Terras Indígenas Identificadas nos municípios da Área de Influência.

Terras Indígenas	Localização	Área (km ²)	Tronco Linguístico	Etnias	População	Distância do Traçado
Wajãpi	Amapari - Laranjal do Jari	607.017	Tupi-Guarani	Wajãpi	780 (ISA 2006)	128 Km
Parque de Tumucumaque	Oriximiná Óbidos Almeirim Alenquer Monte Alegre	3.071.067	Karib	Aparai Katxuyana Tiriyó Wayana	1.491 (ISA, 2003)	240 Km
Rio Paru d'Este	Almeirim Alenquer Monte Alegre	1.195.785	Karib	Apari Wajãpi Wayana	476 (ISA, 1993)	172 Km
Zo'é	Oriximiná Óbidos Alenquer	624.000	Tupi-Guarani	Zo'é	239 (ISA, 2007)	83 Km
Trombetas/Mapuera	Oriximiná Nhamundá Urucará São João da Baliza Faro Caroebe	3.970.420	Karib	Waiwai Hixikauyana Katuera Wayana Aparai Akurio	500 (ISA, 2006)	176 Km

Fonte: elaboração própria a partir de dados da FUNAI, ISA e Prefeituras Locais.

6.4.6.1.1 - Grupos Étnicos na AI

Cada um dos povos indígenas que vivem hoje no Amapá e norte do Pará compõe um grupo étnico formado por descendentes de grupos de origens diversas que confluíram para a região, em diferentes épocas. Os relatos evidenciam que todos esses grupos estavam envolvidos seja em processos migratórios, seja em processos de fusão, em guerras ou alianças que, ao longo dos últimos séculos, fizeram com que as fronteiras entre os grupos da região estivessem em constante redefinição. E se atualmente essas fronteiras nos parecem mais fixas, isso se deve à instauração de políticas indigenistas promovidas pelos governos do Brasil, da Guiana Francesa e do Suriname a partir do início do século XX, desde quando se começou a atribuir denominações étnicas distintas aos diferentes conjuntos de grupos indígenas contatados na região. Etnônimos atribuídos aos grupos nos dias atuais, são os nomes que esses grupos adotaram para assumir-se como etnias diferenciadas entre si.

Conforme apontado no Quadro 6.4.6-2 a Área de Influência do empreendimento encontra-se diferentes povos do tronco lingüístico Karib e Tupi-Guarani. Embora, haja povos dos troncos lingüísticos Aruaque e crioulas.

6.4.6.1.1.1 - Tronco Linguístico Caribe

Esses povos de línguas Caribe apresentam uma realidade multilinguística, pois vivem em ambos os lados da região em que o Brasil faz fronteira com o Suriname e com a Guiana Francesa. Assim, conforme suas experiências de contato entre si e com os demais habitantes dos países em que circulam, falam, além de suas línguas de origem, as línguas dos grupos com quem mantêm relações mais estreitas e, ainda, as línguas de um ou mais dos países fronteiriços da região.

A língua aparai, pertencente ao grupo de mesmo nome, cuja população não ultrapassa 200 pessoas, tornou-se uma língua franca no rio Paru de Leste, onde vivem juntamente com os Wayana e os Tiriyo, e também com algumas famílias Katxuyana e Wajãpi.

Já no rio Paru de Oeste, de população predominantemente Tiriyo e Katxuyana, o tiriyo tornou-se a língua franca na região, apesar dos Katxuyana continuarem falando, entre si, em seu próprio idioma.

Entre os Aparai, Wayana e Tiriyo, o domínio do português é muito pequeno. Já os Katxuyana, que provêm da região do rio Trombetas, com sua experiência de contato acumulada ao longo dos anos 50 com castanheiros e regionais, dominam melhor a língua portuguesa.

Os Galibi do Oiapoque possuem como língua de origem o kaliña, mas, no Brasil, apenas os mais velhos do grupo falam em seu idioma. Em seus contatos com os demais povos indígenas da região do Uaçá, costumam utilizar o patuá, e com os não-índios, o português, ou o francês, se for o caso. Os mais velhos também conhecem razoavelmente o patuá holandês.

A seguir, um breve histórico da formação dos grupos étnicos identificados na Área de Influência do empreendimento do tronco lingüístico Karib.

Grupo Aparai

Habitantes da faixa leste do Parque Indígena de Tumucumaque/PA, onde mantêm estreitas relações de convivência há mais de um século, os Aparai e Wayana são povos falantes de línguas Caribe. Por realizarem vários intercassamentos e co-habitarem nas mesmas aldeias, é muito comum encontrarmos referências a estas duas etnias como formando um só grupo.

Os Aparai são provenientes da margem sul do rio Amazonas, tendo migrado até a região dos baixos rios Curuá, Maicuru, Jari e Paru de Leste, e de lá, até sua área de ocupação atual, no médio e alto curso do rio Paru de Leste, região habitada pelos Wayana.

Os atuais membros desse grupo reconhecem-se como descendentes não apenas dos antigos Aparai, mencionados na calha do baixo rio Amazonas pela literatura dos viajantes, mas de uma infinidade de distintos grupos, tais como os Maxipuriyana, Kaikuxiyana, Aramixiyana, Kumakai, Pakirai, Makapai, Ahpamano, Umuruana e outros. Tais nomes são ainda hoje utilizados, no dia-a-dia, pelas diferentes famílias para diferenciarem-se entre si. Já em âmbitos externos, o conjunto destas famílias identifica-se genericamente como Aparai.

Grupo Wayana

Os Wayana são conhecidos na literatura histórica disponível pelos nomes: Ojana, Ajana, Aiana, Ouyana, Uajana, Upurui, Oepoeroei, Roucouyen, Oreocoyana, Orkokoyana, Uruçuiana, Urukuyana, Alucuyana. Consta, ainda, nessa literatura, que os Wayana atuais descendem de um conjunto de grupos de fala Caribe. Desde o século XVII até hoje os Wayana ocupam a região que vai do Paru de Leste em direção aos rios Litani e Paloemeu, afluentes do Maroni, situados no triângulo fronteiriço entre Brasil/ Guiana Francesa/ Suriname.

Dentre esses grupos históricos encontram-se referências aos Kukui, Opagwana, Upului, Pupuriyana, Akarapai e outros. Nos documentos dos viajantes franceses, o termo empregado Roucouyen ou Rocoyen teria nascido do termo 'rocou', urucu, com o qual os índios se pintavam freqüentemente. Posteriormente, os viajantes brasileiros criaram os termos Uruguiana e Uruçuiana, corruptelas de Roucouyen. Mais recentemente, no decorrer do século XX, o grupo assumiu a autodenominação atual. Segundo alguns pesquisadores, o nome Wayana designa 'eu povo', ou ainda 'eu gente'.

Grupo Tiriyo

Também falantes de línguas Caribe, os Tiriyo e Katxuyana assim como, em menor número, alguns membros dos grupos Ewarhuyana, Tsikuyana, Akuriyo e Waiwai compartilham a faixa oeste do Parque Indígena de Tumucumaque (PIT), distribuídos em cerca de 24 aldeias localizadas ao longo dos rios Paru de Oeste e Cuxaré. Algumas famílias encontram-se também no alto e médio curso do rio Paru de Leste. No Suriname, onde vivem em maior número do que no Brasil, os Tiriyo encontram-se nos rios Sipaliweni e Paloemeu.

Até a década de 1960, época da chegada dos missionários em sua área, os ascendentes dos atuais Tiriyo reconheciam-se como pertencentes a grupos diferenciados, com denominações próprias. Relacionavam-se entre si, e com outros grupos indígenas vizinhos, por meio de redes de troca, guerra, migração e comércio.

Por compartilhar uma ampla faixa de terras no centro-leste da região das Guianas, consideravam-se todos Tarëno, termo que quer dizer ‘os daqui (dessa região)’, e que inclui diferentes grupos, dentre os quais encontram-se identificados em fontes escritas e orais os próprios Tiriýó, os Aramixó, Aramayana, Akuriyó, Piyanokotó, Saküta, Ragu, Prouyana, Okomoyana, Wayarikuré, Pianoi, Aramagoto, Kirikirigoto, Arimihoto, Maraxó e outros. Com a chegada dos missionários franciscanos, no lado brasileiro de suas terras, e protestantes, no lado surinamês, todos esses grupos foram englobados sob o nome Tiriýó, no Brasil, e Trio, no Suriname. Sendo por esses nomes genéricos que tornaram-se mais conhecidos, foi como tal que assumiram-se desde então, sem, no entanto, deixarem de continuar designando-se, em sua própria língua, como Tarëno e como pertencentes àqueles grupos diferenciados citados acima.

Destaca-se que a ação dos missionários católicos, caracterizou-se por aliar o trabalho catequético à organização da assistência sanitária e educacional, bem como ao desenvolvimento de um programa de capacitação dos índios para formas de trabalho não-indígenas, como criação e comércio de gado, plantio de arroz, feijão e frutas de outras regiões, e também de capacitação na área de carpintaria, mecânica e olaria. Esse modelo funcionou de forma contínua durante três décadas, até o início dos anos 90.

Grupo Katxuyana

Tal como os Tiriýó em geral se autodenominam Tarëno, os Katxuyana se autodenominam Purehno e se consideram descendentes de diferentes grupos, incluindo os próprios Katxuyana, os Kah’yana, os Ingarune e outros que viviam na região do rio Trombetas até o final da década de 1960, época em que migraram para as terras dos Tiriýó, onde tornaram-se genericamente conhecidos como Katxuyana.

Na faixa oeste do Parque do Tumucumaque, de população predominantemente katxuyana e tiriýó, entre os anos 60 e 80, a assistência foi dividida entre a FAB e a Missão Franciscana, da Província de Santo Antônio/PE. Somente a partir dos anos 80, a Funai passou a ter atuação direta na região, prestando auxílio complementar de pessoal na parte de enfermagem e odontologia.

6.4.6.1.1.2 - Tronco Linguístico Tupi-Guarani

Os Wajãpi e os Zo’é falam suas respectivas línguas de origem, ambas pertencentes à família Tupi-Guarani. O wajãpi apresenta algumas variantes dialetais que permitem diferenciar seus

falantes de acordo com tais variantes. A língua zo'é ainda é pouco conhecida no plano lingüístico.

Entre os Wajãpi, praticamente todos os jovens dominam o português, porém a geração dos mais velhos é monolíngue, assim como a maioria da população zo'é, cujo contato com falantes do português é muito restrito.

A seguir, um breve histórico da formação dos grupos étnicos identificados na Área de Influência do empreendimento do tronco lingüístico Tupi-Guarani.

Grupo Wajãpi

A primeira citação histórica a respeito dos Guaiapi data do século XVII, época em que viviam na região do baixo rio Xingu, ocupada até hoje por outros grupos Tupi-Guarani, como os Araweté e Asurini. No século XVIII, cruzaram o rio Amazonas e empreenderam sucessivas migrações em direção ao norte, estabelecendo-se no interflúvio dos rios Jari, Araguari limitado ao sul pelo alto Iratapuru e ao norte pelos rios Oiapoque e Camopi, margem francesa.

Nessa região mantiveram contatos intermitentes com diversas frentes - cabanos, extrativistas, colonos - desde o início do século XIX. Mas só passaram a conviver mais diretamente com não índios no final da década de 60, quando foram encontrados por 'gateiros' e garimpeiros que viveram em suas aldeias e alastraram epidemias, provocando uma dizimação considerável entre vários subgrupos wajãpi, alguns deles inclusive hoje extintos. Em meados da década de 1970, em função da aglomeração promovida pela Funai em torno de um posto de atração construído na proximidade da Rodovia Perimetral Norte, os Wajãpi encontraram dificuldades em reocupar suas áreas tradicionais invadidas por garimpeiros. Mas, a partir de 1980, os diferentes grupos locais conseguiram gradativamente reocupar todas as zonas invadidas.

Hoje, pode-se dizer que o povo Wajãpi é um marcador étnico definido por conteúdos e usos políticos em constante transformação. Essa autodenominação refere-se à língua compartilhada por todos os subgrupos distribuídos entre o Pará, o Amapá e a Guiana Francesa e seu uso crescente vem agregando outros elementos selecionados como distintivos de sua cultura.

Grupo Zo'é

Esse termo, que significa 'nós', é um classificador que diferencia este grupo de pessoas. Zo'é vem sendo apropriado como um etnônimo, que não se sobrepõe, entretanto, às outras denominações utilizadas pelos diferentes grupos que se consideram hoje 'Zo'é'. 'Redescoberto'

pela Funai no final dos anos 80, esse pequeno grupo Tupi do Cuminapanema foi também batizado pelos sertanistas sob o nome de Poturu, termo que se refere à madeira com a qual eles confeccionam seu adorno labial.

Esse pequeno histórico da formação de cada uma das etnias acima nos revela o quanto é importante termos claro que estamos diante de povos com um passado muito movimentado de migrações, fissões e fusões entre grupos distintos. Enfim, diante de povos que nunca existiram ‘parados no tempo’, sem nenhum tipo de dinâmica histórica. Muito pelo contrário, suas múltiplas trajetórias de inter-relações e transformações constantes estiveram sempre, e continuam hoje, a produzir constantes mudanças nas fronteiras territoriais e étnicas na região.

Por essa razão, as denominações pelas quais hoje conhecemos e nos relacionamos com cada uma dessas etnias dizem respeito ao modo pelo qual cada uma, em momentos históricos específicos, passou a ser reconhecida e a se reconhecer no âmbito das relações com os diferentes estados e países entre os quais sua população está distribuída.

Em sua maioria, tais denominações só foram estabelecidas e assumidas a partir do século XX, no decorrer de cada uma das experiências vividas com a chegada de agências assistenciais, que incluem missões católicas (Missão Franciscana, CIMI) e protestantes (Summer Institute of Linguistics/SIL, New Tribes Mission/NTB e Missão Novas Tribos do Brasil/MNTB), bem como agências governamentais, como é o caso, no lado brasileiro, do Serviço de Proteção aos Índios /SPI, atuante na primeira metade do século XX, e da Fundação Nacional do Índio /FUNAI, atuante até os dias de hoje.

6.4.6.1.2 - Ocupação Territorial e Organização Social dos Povos Indígenas

Todos os povos indígenas da região possuem modos particulares de se organizar e de ocupar os espaços em que vivem, através de calendários próprios. Possuem também normas de conduta e regras de etiqueta com base nas quais buscam viver bem entre si.

Cada aldeia possui um fundador, que é considerado o ‘dono do lugar’, aquele a quem costumamos chamar de ‘chefe’, ou ‘cacique’, da aldeia. A principal função política de um chefe de aldeia é, enquanto estiver vivo, garantir que os moradores de sua aldeia permaneçam junto com ele, satisfeitos com seu modo de organizar a vida em comunidade e com seu modo de conduzir as relações com os membros de outras aldeias. Para tanto, um chefe de aldeia precisa saber conquistar aliados, não pela força nem pelo discurso autoritário, mas pela eficiência em

suas tarefas e pela persuasão, porque ele é considerado ‘dono do lugar’, mas não ‘dono’ das pessoas que habitam aquele lugar. Por essa razão, não é obediência que um chefe de aldeia espera de seus co-residentes, mas cooperação e apoio.

O padrão de ocupação concentrada surgiu em contraste com o padrão histórico de ocupação dispersa de múltiplas aldeias ao longo de bacias fluviais, e vigorou, sobretudo, entre os anos 60 e 70, quando a concentração em torno de postos de assistência facilitava aos índios o acesso à atenção médico-sanitária de que tanto precisavam. Porém o esgotamento da caça, da pesca e de todos os materiais indispensáveis ao cotidiano nos arredores desses postos, aliado a outros fatores, contribuiu para que, em questão de anos e em toda a região, o padrão concentrado passasse a coexistir com o antigo padrão de ocupação extensiva.

Atualmente, de leste a oeste, do Amapá ao norte do Pará, encontramos áreas de ocupação indígena separadas entre si por áreas vazias, enquanto que, do sul em direção ao norte, do lado brasileiro da fronteira em direção aos países vizinhos, encontramos áreas de ocupação contíguas entre si, bem como rotas de trânsito freqüente entre parentes que se encontram em ambos os lados da fronteira.

É notável, entretanto, que o recém-criado Parque das Montanhas do Tumucumaque, que ‘religa’ todas as terras indígenas, cubra uma vasta extensão de terras outrora ocupadas e percorridas pelos grupos indígenas, especialmente pelos Wajãpi, que tinham aldeias na bacia do rio Araguari até a década de 40 do século XX.

As aldeias de cada povo apresentam-se espalhadas ao longo de rios e igarapés, com graus de distância variáveis umas das outras.

É comum que os moradores das aldeias mais próximas mantenham relações mais estreitas de intercâmbio de bens e de intercasamentos, mas não raramente esses intercâmbios ocorrem também entre moradores de aldeias distantes, tanto localizadas no Brasil quanto na Guiana Francesa e Suriname, onde também existem aldeias da maioria dos povos que vivem no lado brasileiro, como é o caso dos Galibi do Oiapoque, Palikur, Wajãpi, Wayana, Aparai e Tiriyo.

Em cada aldeia, encontramos um certo número de casas de habitação, que varia de acordo com o número de famílias que residam no local. Em cada casa normalmente vive um casal com seus filhos e filhas solteiros, que corresponde ao que chamamos de família nuclear. De modo geral, a mulher fica na aldeia e o marido constrói a casa da família próxima ao sogro.

Atualmente há na região como um todo, mais de 100 aldeias, com população variável, entre 4 e 1650 pessoas. Sendo a média, de 30 a 60 pessoas por aldeia.

Famílias extensas nem sempre vivem na mesma residência, e sim em duas, três ou mais casas próximas, em cujo pátio compartilham das mesmas instalações de cozinha, compostas por jiraus, locais para acender o fogo e por todos os utensílios domésticos necessários para o processamento dos alimentos de consumo diário.

Difícilmente uma pessoa nasce, cresce, casa-se, tem filhos e morre na mesma aldeia, a não ser no caso daquelas aldeias que se tornaram sede de postos de assistência.

As aldeias caracterizam-se por possuir um tempo de vida útil relativamente curto, que gira em torno de 5 a 10 anos, no máximo, 15 anos. Ao longo desse período, é altamente previsível que o esgotamento da caça e dos demais recursos próximos, inevitável depois de determinado tempo, transforme-se no fator decisivo para o seu deslocamento, a procura de um novo local.

Dada a alta mobilidade das aldeias, famílias que em outras épocas moravam muito próximas, mantendo entre si laços de parentesco por meio de intercasamentos, hoje podem estar vivendo distantes entre si, sem que, no entanto, sua história de boas relações no passado seja esquecida pela distância espacial no presente. Isso porque além de organizarem-se no espaço em que vivem, definindo, por exemplo, que as mulheres permaneçam em suas aldeias após o casamento e que os homens deixem seus locais para irem residir com elas, os povos da região organizam-se ao longo do tempo, guardando e transmitindo, de geração em geração, a memória de suas origens, bem como de suas amizades e inimizades históricas e atuais.

É importante salientar que em toda a região - com exceção dos Zo'é - os grupos indígenas estão mobilizados para a vigilância dos limites de suas terras. Na região do Uaçá, onde as iniciativas indígenas de fiscalização são as mais antigas, os trabalhos são realizados anualmente em regime de cooperação entre vários grupos e aldeias.

De modo geral, aldeias são mantidas nos limites das TI para facilitar a fiscalização. Os índios implementaram essas atividades permanente com apoio do Programa Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, PPTAL/Funai. Este é também o caso dos Wajãpi que, desde o final da demarcação física de sua terra, organizaram-se para fazer a limpeza das picadas anualmente, e vêm mantendo uma intrincada rede de trilhas, de acampamentos e de aldeias novas, instaladas nas zonas mais atingidas pelas invasões que

prosseguem nos limites sul e leste da sua terra. O mesmo tem ocorrido no Parque Indígena de Tumucumaque e na Terra Paru d'Este.

A integração dos trabalhos de fiscalização de limites no ciclo de atividades econômicas de cada povo, como vem acontecendo na região, é um fator extremamente positivo, tendo em vista que as experiências acumuladas no Brasil já demonstraram que a efetiva proteção das terras indígenas e de seus recursos não pode ser mantida em caráter permanente senão pela efetiva intervenção dos grupos indígenas.

6.4.6.1.3 - Terras Indígenas na AII

Terra Indígena Waiãpi

A T.I. Waiãpi dispõe de uma área de 607.017 hectares, entre os municípios de Laranjal do Jari (60%) e Pedra Branca do Amapari (40%), no Estado do Amapá. É cortada por alguns quilômetros da BR-210 (Perimetral Norte), que constitui a sua principal via de acesso, a partir dos municípios amapaenses de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio.

Wajãpi vivem na região delimitada pelos rios Oiapoque, Jari e Araguari, no Amapá. Esta área inclui-se nos municípios de Mazagão e Macapá, no estado do Amapá. De modo geral os Waiãpi dividem-se em três subgrupos territoriais: o grupo do alto Jari/Cuc, o grupo "arredio" do alto Ipitinga e o grupo principal da região do Amapari.

A região do Amapari, onde se localiza a TI Waiãpi é uma área de floresta tropical densa, onde predominam pequenos cursos d'água, praticamente todos encachoeirados. A região é extremamente acidentada, formada por uma sucessão de colinas e alguns planaltos, situados nos contrafortes das serras do Iratapuru, Ipitinga e Tumucumaque. Os solos, predominantemente argilosos e arenosos, são ácidos, apresentando alto risco de erosão. O clima, de tipo equatorial, quente e úmido, oscila entre um período de chuvas, de janeiro a julho (inverno), e um de seca, de agosto a dezembro (verão), o que condiciona o ritmo das atividades agrícolas desenvolvidas pelo grupo e por consequência a dieta alimentar do grupo.

De modo geral, o modo de vida dos Wajãpi está condicionado às atividades agrícolas. A abertura das clareiras condiciona a localização das habitações permanentes e o ritmo dos deslocamentos sazonais.

De modo geral, a aldeia Wajãpi não apresenta formato característico, as casas estão dispersas no espaço limitado pelo igarapé ou pelo rio e pelas roças, deixando livre uma praça (okara) onde se realizam as atividades sociais e rituais. A composição da aldeia Wajãpi não é constante, o grupo ou as famílias estão sempre em movimento entre as aldeias e as casas provisórias construídas junto às roças. O ciclo agrícola, o esgotamento da caça e os conflitos, especialmente com garimpeiros são apontado como os principais fatores que influenciam o deslocamento dos Wajãpi por seu território.

Os trabalhos agrícolas são realizados segundo técnicas tradicionais de queima e coivara. Queimar e limpar as roças são atividades coletivas, nas quais um chefe de família é ajudado por outros membros da comunidade, num sistema de mutirão denominado pusirõ. Na roça, as espécies cultivadas são plantadas sem ordem aparente. Há uma nítida ênfase para a mandioca brava, cujos sub-produtos -farinha, beiju, tapioca, tucupi e caxiri- constituem a base da alimentação. Os outros produtos cultivados são o milho, a banana, o cará e a batata doce, cana de açúcar e frutas como caju, mamão, abacaxi, além da pimenta, amendoim e feijão.

Os Wajãpi cultivam, ainda, o urucum, a cana para as flechas, o curauá, do qual obtêm fibras para cordas, o veneno de pesca, o algodão, cuias e cabaças. Para cada espécie, os Wajãpi possuem um número elevado de variedades: conhecem mais de quinze tipos de mandioca brava, dez tipos de batata, outros dez de cará, cinco de milho, etc...

Os Waiãpi se encontram organizados em cinco grupos distintos, de trajetórias diferenciadas em percursos e nucleamentos dentro do Estado do Amapá. Segundo a FUNAI, existem, na área demarcada, 13 aldeias permanentes, além de outros 10 assentamentos de ocupação temporária (IEPA 2005: 14).

Parque Indígena do Tumucumaque

A Terra Indígena Parque de Tumucumaque possui uma área total de 3.071.067 ha, localizada ao norte do Pará e noroeste do Amapá, nos municípios de Oriximiná, Almeirim, Óbidos e Alenquer. No Estado do Amapá, há 583,84km² desta T.I. situados no município de Laranjal do Jari. Essa TI foi homologada em 1997, através do Decreto 213, publicado no Diário Oficial da União em 04/11/97.

A população da T.I. Parque do Tucumaque é estimada em 1491 pessoas, compreendendo as etnias Tiriyoó, Kaxuyana, Aparai, Wayana. Além destas, foram identificados, dentro do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, cerca de 800 índios vivendo em aldeias isoladas.

O Parque Indígena de Tumucumaque está na região de fronteira com a Guiana Francesa e Suriname. O Parque é atravessado longitudinalmente por duas bacias fluviais: uma, que tem por rios principais o Paru de Oeste e o Marapi; e a outra, o Paru de Leste e o Citaré. Os Tiriyo da bacia Paru de Oeste/Marapi, juntamente com os Katxuyana, distribuem-se em torno do médio e alto curso dos rios Paru d' Oeste e Marapi. Na bacia do Paru de Leste/Citaré, os Tiriyo encontram-se predominantemente na cabeceira, enquanto os Wayana e Aparai, habitam seu médio curso, no Brasil, no rio Marouni, na Guiana Francesa e do rio Tapanahoni no Suriname. Enquanto a grande maioria dos Aparai se encontra em território brasileiro, os Wayana também se distribuem pela Guiana Francesa e Suriname. Essa configuração em três conjuntos territoriais distintos é resultado de sua longa história de contato com não-índios, marcada por migrações, conflitos territoriais, processos de fissão e fusão com outros povos indígenas, em função dos laços de parentesco e de parcerias formais de troca.

A base da subsistência tiriyo está ancorada no cultivo de roças de mandioca, na caça, pesca e coleta. Até a década de 1960, tais atividades estavam integradas a um sistema de agricultura móvel e de mudança de lugar de moradia a intervalos de cinco a dez anos. Devido aos conflitos territoriais entre as demais etnias, houve a necessidade de fixação e centralização dos locais de moradia em torno de postos missionários, tornando-se as atividades agrícolas mais sedentarizadas, obrigando as famílias a explorarem áreas mais amplas, sem mudarem de lugar.

Atualmente além da agricultura subsistência as outras práticas e atividades econômicas, tais como beneficiamento e venda comercial dos produtos agrícolas, bem como, a introdução de trabalho assalariado através da prestação de serviços vem possibilitando compra produtos manufaturados nos centros urbanos regionais, como Paramaribo (no Suriname), Macapá e Belém (no Brasil) por algumas famílias das aldeias.

Terra Indígena Rio Paru d'Este

A TI Rio Paru d'Este possui uma área total de 1.195.790 ha, situados nos municípios de Almeirim, Alenquer e Monte Alegre no Estado do Pará. Destaca-se que a TI Rio Paru d'Este foi demarcada em área contígua ao Parque Indígena do Tumucumaque, essas duas áreas indígenas contíguas abrangem cerca de 4.266.852 ha. Embora criados em épocas diferentes, o PI Tumucumaque e a TI Rio Paru D'Este foram demarcados e homologados em 1997, por meio de Decreto s/n, publicado no Diário Oficial da União, em 04 de novembro daquele ano.

De acordo com dados da FUNAI, em 1993 a população residente dentro da TI era de 476 indivíduos das etnias Aparai e Wayana. Os Wayana e Aparai distribuem-se por cerca de dezesseis

aldeias, todas elas situadas no alto e médio curso do rio Paru de Leste, dentro do Parque Indígena do Tumucumaque e da Terra Indígena Rio Paru D'Este.

Os Aparai e os Wayana são povos de língua karib que habitam a região de fronteira entre o Brasil (rio Paru de Leste, Pará), o Suriname (rios Tapanahoni e Paloemeu) e a Guiana Francesa (alto rio Maroni e seus afluentes Tampok e Marouini). No Brasil, eles mantêm há pelo menos cem anos relações estreitas de convivência, coabitando as mesmas aldeias e casando-se entre si. Apesar haver traços culturais distintos e diferentes trajetórias históricas entre os povos Aparai e Wayana é muito comum encontrar referências a essa população como um único grupo.

De acordo com a bibliografia pesquisada, os Aparai e os Wayana praticam uma economia de subsistência, baseada na caça, pesca, coleta e cultivo de frutas e tubérculos. Estas atividades econômicas são regidas por duas estações: O "verão", ou estação seca, entre os meses de julho a dezembro; e o "inverno", a estação das chuvas, entre janeiro e junho. Este ciclo anual orienta o calendário das atividades - particularmente a abertura, derrubada, limpeza, coivara, plantio e colheita das roças -, determina as espécies de animais, peixes e frutos disponíveis e, por conseguinte, a dieta alimentar dos Aparai e Wayana.

Em termos gerais, no "inverno", durante as chuvas, o consumo de tubérculos é reduzido até que uma nova colheita seja feita. A pesca diminui com o aumento do nível d'água dos rios e igarapés, e, em contrapartida, a caça é privilegiada com o surgimento de pequenas ilhas ao longo do rio, onde ficam presos alguns animais. No "verão", por sua vez, aproveita-se a maior parte do tempo no preparo da terra para o cultivo das roças, sendo também um período propício para a pesca, dada a concentração de peixes em lagos e pequenos cursos d'água.

As tarefas são organizadas de acordo com uma rígida divisão sexual do trabalho. Aos homens cabe exclusivamente a caça, a pesca, a abertura (derrubada, queimada e limpeza) de roças e de novos assentamentos, a construção de casas, e também a produção dos utensílios doméstico em cestaria (abanos, cestos e recipientes, tipiti etc.). As mulheres são responsáveis pelo provisãoamento da água e do fogo, o preparo dos alimentos, o processamento de tubérculos (na produção de farinha, beiju e, sobretudo, bebidas fermentadas), e toda a produção em cerâmica (panelas e fornos para torrar beiju e farinha) e em algodão (redes, tipóias etc.). A ambos os sexos cabem as atividades de coleta, o plantio e a colheita dos produtos da roça, e as grandes pescarias realizadas com timbó durante a estação seca.

Terra Indígena Zo'é

Os Zo'é ocupam uma área de cerca de 624.000 hectares, nos municípios paraenses de Óbidos e Oriximiná. Localizados numa área de refúgio, entre os rios Cuminapanema e Erepecuru, ao longo dos anos, os Zo'é procuraram se manter afastados tanto dos povos indígenas vizinhos quanto dos brancos, que conheciam através de contatos intermitentes. São mencionados como o último dos povos "intactos" da Amazônia, com o qual foi estabelecido o contato somente a partir de 1987. Em 2007, segundo a FUNAI, a população foi estimada em 239 habitantes.

De acordo os dados apresentados pelo Instituto Socioambiental - ISA (2009) os Zo'é habitam uma faixa de terra firme, cortada por pequenos igarapés afluentes de dois grandes rios, o Cuminapanema e o Erepecuru. Trata-se de uma região montanhosa de grandes castanhais, que apresenta maximização dos recursos de subsistência. Além da mandioca, que corresponde a cerca de 90% da área plantada da roça, a castanha-do-pará é o produto mais consumido pelos índios, que utilizam também a casca e a entrecasca para confeccionar a maioria de seus artefatos. O território ocupado pelos índios é entrecortado por pequenos igarapés, onde realizam pescarias com timbó. A relativa escassez de recursos faunísticos nessa zona de ocupação resulta do longo tempo de permanência das aldeias e, portanto, do esgotamento da caça. A área habitada corresponde à uma zona de "refúgio", onde os Zo'é mantiveram-se isolados dos brancos, que conheciam através de contatos intermitentes há várias décadas, e de outros povos indígenas vizinhos, que consideram inimigos.

Devido às difíceis condições de acesso e à inexistência de programas estaduais ou federais de desenvolvimento na região norte do Pará, a área continua relativamente preservada; no entanto, pequenos grupos garimpeiros se implantaram nas margens dos rios que limitam a área: Erepecuru (onde existem várias pistas de pouso) e Curuá. Até o momento, a Área Indígena Cuminapanema/Urukuriana continua apenas "interditada". Uma situação jurídica precária: sua "identificação" começou em 1997, dando-se início ao longo processo de reconhecimento fundiário que garantirá aos Zo'é exclusividade na ocupação e exploração de suas terras.

Terra Indígena Trombetas / Mapuera

A TI Trombetas/Mapuera possui uma área total de 3.970.420 ha, situados nos municípios de Oriximiná, Nhamundá, Uruará, São João da Baliza e Faro. Sendo Oriximiná o único município pertencente a Área de Influência do Empreendimento. A TI Trombetas/Mapuera foi demarcada em 2005, por meio de Portaria n 1.806, publicado no Diário Oficial da União, em 19 de setembro daquele ano.

A Terra Indígena de Trombetas/Mapuera localiza-se em área de fronteira e abriga as etnias: Hixkaryana, Katuena, Waiwai além de índios isolados espalhados em seu interior. Dada a circulação desses povos entre as aldeias situadas no Brasil e na Guiana, não se sabe ao certo o tamanho da população. No entanto, de acordo com dados da FUNASA e FUNAI, em 2005, a população da etnia Waiwai dentro da TI Trombetas/Mapuera era composta por 500 pessoas.

O movimento de centralização e descentralização marca tanto a ocupação territorial - que se baseia fortemente na autonomia dos grupos locais, mas também em jogos políticos na conjuntura atual, que envolve o contato e a negociação permanente com não-índios - quanto a concentração e a dispersão da população em diferentes momentos históricos na região que abrange o Rio Essequibo na Guiana e os Rios Anauá e Jatapuzinho em Roraima, os Rios Jatapu e Nhamundá no Amazonas, e o Rio Mapuera no Pará.

A bibliografia atesta que nos últimos 50 anos o convívio constante com não-índios - inicialmente com missionários norte-americanos da Unevangelized Fields Mission (UFM), posteriormente com a Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) e com agentes da Funai, Funasa, além de contatos esporádicos com pesquisadores e a população ribeirinha, inaugurou um processo de concentração das casas coletivas que outrora estavam dispersas entre os dois lados da Serra do Acarai, divisa do Brasil com a Guiana. Mas o surgimento de novos padrões de assentamento implantados pelos missionários, que resultaram em grandes aldeias como, por exemplo, a de Mapuera. Ao que tudo indica, esse processo de centralização está atualmente sendo seguido por outro de re-dispersão, como demonstram a migração e criação de novas comunidades Waiwai, como as de Catual, Soma, Samaúma, por exemplo.

Os índios que se identificam e são identificados como Waiwai encontram-se dispersos em extensas partes da região das Guianas. Constituíram-se a partir de processos seculares de troca e de redes de relações na região. Em tal rede, são historicamente reconhecidos como especialistas no fornecimento de sofisticados raladores de mandioca, papagaios falantes e cães de caça.

O espaço oficialmente reconhecido consiste nas seguintes três Terras Indígenas, que abrangem parte dos Estados do Amazonas, Pará e Roraima:

- TI Nhamundá-Mapuera (PA), com 1.049.520 ha e 2.218 pessoas em 2005;
- TI Trombetas/Mapuera (AM/RR/PA), com 3.970.420 ha e 500 pessoas em 2005;
- TI Wai-Wai (RR), com 405.698 ha e 196 pessoas em 2005.

6.4.6.2 - Comunidades Tradicionais

É importante ressaltar que a maioria desses atores sociais que irão conviver com o empreendimento, podem ser classificados como populações tradicionais, embora não exista "população tradicional" estereotipada e emoldurada num único conceito, o que existem são populações que por causa de algumas características comuns, são tidas como "tradicionais".

Nesse sentido, foram identificados na área em estudo grupos sociais que privilegiam diversos elementos, tais como, utilização da mão-de-obra familiar na produção da vida material, relação histórica e social com o território onde vivem, mantendo vínculos de ancestralidade e, memória coletiva cujos conhecimentos e saberes são criados e recriados ao longo do tempo. Além de possuírem uma rica diversidade em seus modos de vida, constituindo assim, em importantes identidades socioculturais, como no caso dos Quilombolas e dos Ribeirinhos. Muito embora estas características não sejam exclusividades somente destes grupos, mas é neles que podemos perceber de modo acentuado tais elementos.

Destaca-se que tais pontos comuns não sejam idênticos quantitativa e qualitativamente, diferenciando-se a grupo cada grupo identificado, seja em função do meio (espaço-território) em que cada população vive, mas especialmente pelo sistema de produção e o modo de vida que leva. Estas diferenças dependem também do grau de interação com outros grupos.

No aspecto cultural os festejos marcam o calendário anual destes grupos. Na literatura antropológica e sociológica, tais eventos são entendidos como momentos especiais construídos pela própria sociedade. Nas regiões estudadas, tais festejos são heranças trazidas pelos missionários católicos e até mesmo pelos escravos. Assim, os principais festejos da região de influência da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná são os festejos que emanam do catolicismo popular, cuja festa dos santos acontece quase que o ano todo.

Segundo informaram os entrevistados, tais festejos ocorrem em torno da realização de uma grande novena. Uma novena pode ser entendida como um complexo ritual que envolve a realização de rezas, de pagamento de promessas, das ladainhas, de confraternização, de solidariedade. Além dos ritos profanos através das músicas e danças, além do consumo conspícuo de bebida e comida. A rigor, o momento principal desses rituais, acontece na última noite na data destinada à comemoração do santo da festa.

Segundo Prado (1977), as festas dos Santos representam a maneira mais forte de se provocar o milagre do Santo. Geralmente os mais escolhidos para esse tipo de “contrato” são Santo Antônio, São Benedito, São João, São Pedro e o Divino Espírito Santo.

Nesse sentido, destaca-se que para alguns grupos identificados na área em estudo, o tempo é definido pela natureza e pela cultura, pelos mitos e tradições. Vale lembrar as observações de Wagley (1952) de que a crença em diversos seres sobrenaturais tem influência sobre as atividades de caça e da pesca da população ribeirinha.

Outros elementos que ajudam na compreensão dos modos de vidas dessas comunidades dizem respeito as formas de ocupação e domínio do território por elas ocupados. Neste caso, a terra além de ser entendida como elemento que possibilita a geração de recursos para sobrevivência, permite a constituição e reconstrução de identidades coletivas que neste caso está relacionado, por exemplo, aos usos dos recursos hídricos, da caça, da pesca e da exploração extrativista, bem como a estrutura agrária e os conflitos decorrentes. Observa-se que o trabalho, a participação da vida social e religiosa da comunidade estruturam a rotina das famílias dessas populações.

Toledo (1990) ao estudar esse tipo de agrupamento, procurou defini-los como agrupamentos que através de seus conhecimentos¹ empíricos adquiridos no seu cotidiano, é que vão orientar as formas e os usos de exploração do solo, das plantas e do território que ocupam. Assim, estes agrupamentos estão sempre criando mecanismo de exploração que visem à conservação e auto-preservação do meio aonde vivem. Ainda segundo o autor, a crise ecológica gerada pelos modelos de exploração agrícola, tem contribuído para a revalorização dos sistemas tradicionais de uso da natureza e retomando práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais como referência alternativa de produção que sejam ecologicamente viável e até mesmo conservacionista.

Sobre a exploração do meio em que vivem, a habitação é o elemento que melhor expressa essa relação direta destas comunidades com o ambiente e a utilização dos recursos naturais, por serem um elemento importante de integração entre homem e natureza. Praticamente tudo o que é utilizado para a construção das casas e até mesmo no interior delas são provenientes dos recursos naturais disponíveis, como madeira, palha, cipós e construídas em palafitas, mais adequadas ao sistema de cheias dos rios.

¹ Toledo (1990) procurou apontar que esses conhecimentos envolvem elementos histórico, geográfico, físico, florestal e biológico



Figura 6.4.6-2 - Casa sendo construído utilizando recursos locais. Na comunidade de Praia Verde, município de Almeirim-PA.



Figura 6.4.6-3 - Casa de ribeirão no rio Marauarú. Município de Almeirim-PA.

Outra característica destes grupos identificados é a relação campo - cidade presente nas atividades do cotidiano familiar. Estes laços podem ser caracterizados pelos parentes que estão morando na cidade ou até mesmo pela necessidade de ir a esse espaço para fazer compras, os filhos estudarem ou para outras necessidades.

Sobre essa relação campo-cidade diversos autores como Candido (1987) e Queiroz (1973) já haviam chamado atenção que as comunidades rurais brasileiras, mesmo operando dentro de um conjunto particular de crenças e de um modo de vida peculiar não vivem num isolamento e a relação entre o campo-cidade seriam complexa e rica. E, que essas viveriam num complexo jogo de relações com diversos outros atores sociais. Assim sendo, procurou classificar esses atores em seis categorias. No entanto, é importante ressaltar que em alguns casos essas categorias podem ser inter-relacionar.

A seguir são apresentados os grupos sociais residentes ao longo do corredor de 10 Km do traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná. Os espaços e os sistemas de produção de cada grupo social identificado na AID serão descritos nos itens seguintes.

6.4.6.2.1 - Comunidades Remanescentes de Quilombo

6.4.6.2.1.1 - Processo Histórico

Quando se fala da presença africana na Amazônia, há, muitas vezes, certo espanto. Ainda é muito difundida a imagem de uma região Norte bastante "despovoada" no período colonial, com poucos ocupantes brancos em meio às populações indígenas.

A escravidão negra na Amazônia foi, de fato, menos expressiva em termos quantitativos quando comparada a outras regiões do país. Contudo, o papel dos escravos na criação de formas originais de vida e de adaptação às condições de vida na Amazônia não foi menor.

Os primeiros negros chegaram à Amazônia por intermédio de ingleses, ainda no início do século XVII. Os ingleses, assim como franceses, holandeses e espanhóis, tentaram, por diversas vezes, apossar-se do extremo norte do Brasil.

Os colonos portugueses apenas se fizeram mais presentes na região amazônica a partir do século XVII tendo como principal preocupação defender e ocupar o território. Mas, para essa ocupação e também para a exploração econômica da região, a falta de mão-de-obra colocou-se, desde o início, como um problema. Num primeiro momento, a solução encontrada foi a escravização dos indígenas, os chamados "negros da terra".

A utilização de índios como escravos, apesar de usual, enfrentava resistências. A Igreja Católica, por exemplo, condenava essa prática. Existia inclusive uma lei, datada de 1680, que proibia a escravização de índios nas terras da colônia. Porém, os próprios chefes de província ignoravam essas proibições, o que gerava sérios conflitos entre os colonos e as diversas missões religiosas atuantes na região.

Para contornar os conflitos e garantir a mão-de-obra, a solução foi a adoção da escravidão de negros já existente em outras regiões do Brasil.

O fluxo de escravos negros aumentou consideravelmente a partir da segunda metade do século XVIII, quando se formou o Estado do Grão-Pará e Maranhão, vinculando a administração da região diretamente a Portugal.

A compra de escravos negros foi subsidiada pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em troca do monopólio do comércio na região amazônica. Os primeiros chegaram a

região em 1751, faziam parte do contingente de escravos que se encontrava em Belém e que, por sua vez, já haviam sido trazidos de outros estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão. Em seguida começaram a vim negros da Guiné Portuguesa, principalmente para trabalhar na plantação de arroz na área onde hoje é o Estado do Amapá. No período que vigorou de 1755 a 1778, a companhia trouxe à região mais de 25 mil escravos. Desse total, aproximadamente 15 mil se estabeleceram onde hoje é o Estado do Pará.

No Estado do Amapá o maior contingente de negros veio a partir de 1765 para a construção da Fortaleza de São José de Macapá. Há informações de que, em 1771, chegaram em Nova Mazagão, atual Mazagão Velho, 163 famílias provenientes da África que se organizaram de acordo com costumes trazidos de sua pátria. Em 1788, dizia-se existir cerca de 750 escravos só na área de Macapá. Salles acredita que a presença do negro no Amapá se deve, também, ao processo migratório dessa camada da população, tanto do Pará, quanto do Maranhão, em virtude da forte repressão às revoltas, da falta de oportunidades e das perseguições.

Vergolino e Figueiredo (1990) fazem referência às fugas em massa dos escravos que trabalhavam nos serviços das fortificações, e ao questionamento feito pelo Governador da Capitania ao Comandante da Praça de Macapá, no que diz respeito ao tratamento que era dado aos escravos.

Destaca-se que a região de Macapá, na Capitania do Grão-Pará, fazia limite com a Guiana Francesa, onde havia sempre uma movimentação de fuga de escravos e formação de quilombos, desde a primeira metade do século XVII, tanto de um lado como de outro. As fugas de escravos, de Caiena para o Pará e até para Macapá, levaram ao estabelecimento de uma série de acordos de captura e devolução que, todavia, não conseguiram coibir a formação dos mocambos que, a essa altura, se transformavam em problemas sérios. Consta que os quilombos se formavam, principalmente, nas regiões de fronteira.

Com a extinção da companhia, o comércio de escravos continuou, porém em menor número. A partir desta época, os negros passaram a vir de outras regiões do país ou através do contrabando. O tráfico permaneceu ativo até as primeiras décadas do século XIX.

No que se refere ao tráfico para a Amazônia, mais particularmente, há evidências de tráfico de negros de Angola e da Guiné portuguesa, hoje República da Guiné-Bissau, anos depois, através dos portos de Bissau e Cacheu e das ilhas de Cabo Verde, hoje República de Cabo Verde para o litoral amazonense, entre 1755 e 1778, realizado, na ocasião, por conta dessa Companhia. No ano seguinte, carta do governador anuncia o carregamento de escravos oriunda do porto de Benguela para “estimular os moradores no adiantamento das lavouras”. Em 1779, Macapá pede a

importação direta de escravos, argumentando a necessidade do serviço das suas lavouras e as condições favoráveis de seu porto.

Os escravos trazidos da África trabalharam em atividades agrícolas (nas fazendas de cana-de-açúcar, de algodão, de arroz, de cacau e de tabaco), no extrativismo das chamadas "drogas do sertão" (como a canela, a baunilha, o cravo, as raízes aromáticas, a salsaparrilha, o urucum e as sementes oleaginosas), além de servirem em trabalhos domésticos e em construções urbanas públicas e privadas, como fortificações.

O aumento da oferta de mão-de-obra africana na Amazônia não eliminou a escravidão indígena. "Negros da terra" e "negros da África" dividiram, por muito tempo, o mesmo mundo de trabalho.

O contato e a interação social entre os índios e os negros resultaram na incorporação e na troca de elementos da cultura material e imaterial. Os quilombolas aprenderam com os índios alguns segredos das "matas" permitindo-lhes fugir e vencer os obstáculos com mais êxito. Além disso, lutaram juntos numa das principais insurreições populares do país no século XIX, a Cabanagem.

Foi ao longo dos séculos XVIII e XIX que se formou a maior parte dos quilombos no atual Estado do Pará. Ao fugir para esses aldeamentos, conhecidos também por mocambos, o escravo conquistava a garantia de autonomia e de liberdade de ação e de movimento. A fuga para os mocambos representava, no início, uma solução difícil e arriscada. O escravo aventurava-se sozinho, indo abrigar-se, muitas vezes, em aldeias indígenas. Com o tempo, aprenderam a se organizar. A fuga passou a ser uma estratégia coletiva de resistência ao regime escravista.

Surgiram, então, personagens como os açoitadores, que se encarregavam de dirigir os grupos de fugitivos para os quilombos e se tornaram os principais inimigos dos proprietários de escravos. Organizada a fuga, os quilombos cresceram rapidamente, pois eram o principal foco de atração dos negros que escapavam das cidades e das fazendas. A fuga de escravos tornou-se um processo contínuo e rotineiro a partir da segunda metade do século XVIII e início do XIX, quando também aumentaram as notícias sobre os quilombos na imprensa local.

A desestabilização político-econômica ajudou nesse processo. A decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, por exemplo, facilitou a fuga dos escravos. Além disso, após a independência do Brasil, as crises políticas em Belém, capital da província, possibilitaram a fuga em massa dos escravos que viviam na área urbana.

Os mocambos passaram a ser tão numerosos que, não raro, a imprensa alegava que havia mais negros morando em quilombos do que em cativeiros. Jornais noticiavam constantemente a fuga e a captura de escravos fugidos, como ilustra o trecho abaixo do “Velho Brado do Amazonas”, de 1851:

“Não é desconhecido à polícia a notícia de existirem dois grandes quilombos entre Epinegé e Arauaia, e outros lugares assim infestados de semelhante mal, que diariamente se acoutam escravos fugidos e desertores, tanto que há dias foi capturado uma porção de escravos e um desertor que se dirigiam para o supradito Epinegé seduzidos por um José Sapateiro que se acha também preso. Esperamos ao bem conhecido zelo da polícia, que mande sem demora alguma, assaltar o dito quilombo, com gente armada de pólvora e bala, fazendo apreender todos os que nele se acharem, destruindo e arrasando para nunca mais ter serventia alguma, pois não só deve ser garantido a propriedade dos cidadãos deste distrito, como gozar da segurança pública, que lhe é devida, e pela qual é responsável a mesma polícia perante o país” (Salles, 1971/2005: 210-211).

A destruição dos quilombos, portanto, passou a ser uma prioridade do governo. Diversas expedições foram organizadas a fim de capturar os negros fugidos. Em 1841, uma corporação especial de capitães-do-mato foi criada para dar maior cobertura às ações. Vicente Salles aponta cinco principais regiões do Grão-Pará onde se concentraram os quilombos nos séculos XVIII e XIX: entre os Rios Gurupi e Turiaçu; na bacia do Rio Tocantins; entre os Rios Mojuim e Mocajuba; na bacia do Rio Trombetas e na chamada Guiana Brasileira.

Entre os rios Gurupi e Turiaçu, situados na divisa com o atual estado do Maranhão, havia um porto que servia ao comércio negreiro. A região era um importante núcleo intermediário de migração de escravos das províncias do Grão-Pará e do Maranhão. Os escravos desta região fugiram para as florestas próximas, principalmente no vale do Maracasumé, onde, em meados do século XIX, encontraram e tornaram conhecidas as minas de ouro de aluvião. Ainda hoje se encontram comunidades quilombolas nessa região, como Camiranga e Bela Aurora, que já estão com suas terras tituladas.

Outra região de grande concentração de quilombos foram as bacias dos Rios Acará, Moju, Capim, Igarapé-Mirim e Tocantins, no nordeste paraense. Neste local, encontravam-se lavouras de cana-de-açúcar com grande concentração de mão-de-obra escrava. Por ser uma região muito próxima a Belém, a nucleação e a fuga organizada de escravos eram favorecidas. Foi nela que se localizou

um dos maiores mocambos paraenses: o Caxiú. Na época da Cabanagem, os negros desse quilombo aderiram em massa ao movimento, liderados pelo líder negro Félix.

Muitos mocambos cresceram tanto que acabaram se tornando vilas, como o de Caraparu, nas proximidades de Belém. Este quilombo deu origem às atuais comunidades de Macapazinho, Boa Vista do Itá, Conceição do Itá e São Francisco do Itá.

Uma terceira região de concentração de quilombos foi a dos Rios Mojuim e Mocajuba, onde hoje se localizam os municípios de São Caetano de Odivelas e de Curuçá. No caminho de Mocajuba a Belém havia vários mocambos menores que ajudavam a despistar os capitães-do-mato do caminho até o quilombo de Mocajuba. Os maiores mocambos nesta região estavam situados nos altos dos Rios Trombetas, Erepecuru e Curuçá, em trechos navegáveis, acima das cachoeiras. A escolha do lugar era estratégica. Tratava-se de áreas onde a captura era difícil, mas possibilitavam o plantio de alguns produtos para a subsistência e também o pequeno comércio realizado por meio de intermediários ou diretamente nas cidades da região.

Após inúmeras tentativas de fuga dentro de Macapá, umas bem sucedidas, outras nem tanto, os negros se refugiavam nos Mocambos ou quilombos situados nas margens dos rios da região. Dentre eles, existe ainda hoje, por exemplo, a comunidade de remanescentes de Quilombos situada no Curiaú (Figura 6.4.6-4).

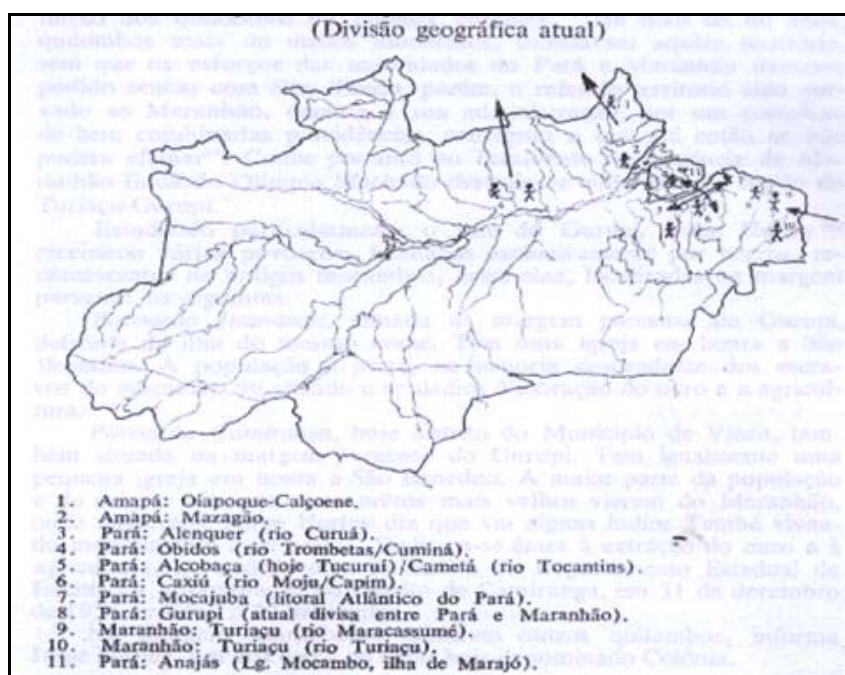


Figura 6.4.6-4 - Mapas dos principais mocambos do Grão-Pará

Uma outra hipótese da chegada dos negros na região amazônica também diz respeito a um processo migratório de negros provenientes da região de Barbados. Segundo a obra “Belém dos Imigrantes”, entre 1890 e 1925, a Amazônia recebeu um expressivo número de imigrantes provenientes de Barbados, uma possessão inglesa, localizada nas Antilhas. Segundo consta, esses imigrantes chegaram à Amazônia por força de um contrato de trabalho com firmas britânicas que exploravam serviços públicos na capital e no interior do Pará.

Conhecidos como “negros estrangeiros”, os barbadianos mantinham costumes e hábitos completamente diferentes dos negros brasileiros, destacando-se, ainda, pela sua condição mais elitizada, de trabalhadores qualificados, o que lhes conferia certo destaque na sociedade paraense.

Num país onde o negro ocupava a posição de mercadoria na sociedade, os barbadianos, por fazerem parte de uma elite de negros que não eram escravos, fizeram questão de manter seus costumes, sua identidade de súditos da coroa Inglesa, ainda que, ao que parece, buscando se aproximar, cada vez mais, dos hábitos, dos costumes e da língua do dominador inglês, como forma de manter os costumes do colonizador e, assim, diferenciar-se.

Nessa perspectiva, os barbadianos, ao que parece, vivenciaram o mesmo processo de fragmentação da identidade que os negros escravos brasileiros passaram, mas com uma roupagem diferente. Os negros brasileiros precisavam, em muitos casos, ostilizar a cultura negra ou “embranquecer-se” para poderem ser aceitos como cidadãos. Os barbadianos, idem. Precisaram também “embranquecer” para se distinguir dos negros escravos e manter uma certa aceitação social.

Não esquecemos, todavia, que a sua presença demonstra que os negros que chegaram à região amazônica não eram todos escravos e que houve negros em condição social bem melhor, fato histórico que desconstrói a ideia comum de que os negros que chegaram na região eram todos escravos.

Os movimentos dos negros vêm lutando, arduamente, para que seja valorizada a sua contribuição à cultura e ao desenvolvimento da história da Amazônia.

Este é um dado à parte porque envolve embates sérios, embora, como sempre camuflados. Os movimentos dos negros nessa região enfrentam obstáculos, impostos pela parcela da população amazônica que não admite qualquer influência negra, e que busca, incessantemente, vestígios de, se não de uma europeidade, mas de uma mestiçagem do branco com o índio.

Em comum essas comunidades compartilham o laço simbólico que mantém com o território, o qual garante sua produção econômica, reprodução social e cultural, sua etnicidade e um forte sentimento de afetividade, pois trata-se das raízes de seus antepassados. Nesse sentido, as áreas remanescentes de quilombos, “terra preto” são espaços onde se abrigam grupos que têm no território e na etnia importantes formas de apropriação simbólica da terra.

Deve-se ressaltar que os processos de reconhecimento e titulação estão intimamente ligados à luta pela terra, incluindo a propriedade legal, a garantia de manejo de seus recursos naturais e os laços simbólicos.

O reconhecimento destas áreas no Brasil é fruto das constantes lutas dos movimentos sociais que através da Constituição Federal de 1988, conseguiu através do art. 68-ADCT, bem como dos artigos 215 e 216 garantir aos descendentes de escravos o direito a terra onde moram ao longo do tempo, geração após geração, onde fincaram raízes e desenvolveram uma identidade cultural integrados ao ecossistema do qual retiram seu alimento e demais necessidades para a preservação da vida do grupo.

Tal como reforça diversos estudos sobre populações tradicionais, este processo começa pelo auto-reconhecimento da identidade de remanescente quilombola, a qual lhes confere sua etnia e os diferencia das demais comunidades, contribuindo para reafirmar a luta histórica de seus antepassados:

Um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da identidade, um dos temas centrais da antropologia.

(...)

A especificidade de uma cultura, porém, é dada pela particularidade de uma visão de mundo, por uma cosmogonia própria, pela existência de um território existencial singularizado (cf. Guattari 1986), configurado por uma lógica de ação e de emoção que, num contexto de dominação, vive muitas de suas facetas na clandestinidade, ao abrigo da apropriação ou da repressão.

(Diegues, 1999:24)

Ressalta-se que a definição do conceito de remanescente quilombola pelo INCRA na Instrução Normativa nº. 49, de 29 de setembro de 2008, levou em consideração os aspectos históricos, de auto-identidade, e a relação estabelecida com o território:

Art. 3º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Art. 4º Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

No Amapá, considerando que o movimento negro se organizou tardiamente, em relação a outras partes do país, essa luta vem sendo empreendida, mas também enfrentando as dificuldades de fazer ver à população amapaense, que o negro é mais do que um elemento exótico da cultura, assim como o são os exemplares da fauna e da flora amazônicas. O objetivo é ultrapassar essa visão folclórica, com ações concretas e políticas de valorização da cultura negra, da sua história e contribuição ao desenvolvimento da região.

Como exemplo de movimentos em ação organizada contra o racismo e pela valorização da cultura negra, citamos o IMENA - Instituto das Mulheres Negras do Amapá, criado no ano 2000 e a UNA - União dos Negros do Amapá, que vêm desenvolvendo ações em parceria com o governo do estado, através da Secretaria Estadual de Educação (Escola de Educação Popular Professor Paulo Freire), dando sustentação a pesquisas sobre a cultura negra amapaense, brasileira e africana, entre outros movimentos de cunho mais cultural e religioso.

Em Belém, no Pará, o CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), que em articulação com a Universidade Federal do Pará vem desenvolvendo pesquisas e outras ações mais amplas, mas também enfrenta resistência dos próprios professores quanto à inclusão da questão racial, como tema central do trabalho desenvolvido nas escolas.

Vale citar também a ação do Conselho Municipal do Negro, e do GT “Superando o Racismo na rede de Ensino Municipal”, um grupo de trabalho interministerial que é ligado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC da Educação de Belém, com ações em desenvolvimento junto às escolas da rede municipal de Belém, o grupo MOCAMBO, entre outros.

Já se sabe da existência no Estado do Pará de 240 comunidades quilombolas e cerca de 80 comunidades negras mapeadas no Estado do Amapá.

No século XXI, os descendentes dos quilombos prosseguem na trajetória de luta constante por seus direitos. O alvo principal agora é a titulação das suas terras tradicionalmente ocupadas. Foi no Pará, no município de Oriximiná, que pela primeira vez uma comunidade quilombola recebeu o título coletivo de suas terras, no ano de 1995. E é nesse estado que se concentra o maior número de terras quilombolas tituladas.

Desde 1998, o Pará conta com uma legislação que regulamenta o processo de titulação dessa categoria de terras. Inovadora, essa legislação garante o direito à auto-identificação das comunidades sem a necessidade do laudo antropológico - algo que o governo federal só veio a reconhecer em 2003. Embora a Constituição Federal de 1988 (Art. 215, 216) garante os direitos à terra e à manifestação cultural aos remanescentes quilombolas.

6.4.6.2.1.2 - Comunidades Remanescentes de Quilombos nos Municípios da AII

Estado do Pará

Na região do Pará conhecida como Baixo Amazonas, encontram-se cerca de 60 comunidades remanescentes de quilombos, localizadas nos municípios de Oriximiná, Óbidos, Santarém, Alenquer e Monte Alegre.

A região dos rios Trombetas e Erepêcuru, localizada ao norte do município de Oriximiná concentra o maior número de comunidades quilombolas na região, com um total de 21 comunidades. Os quilombolas dessa região foram pioneiros na luta para fazer valer os direitos assegurados na Constituição de 1988. Foi no Baixo Amazonas que ocorreu a primeira titulação de terra de quilombo no país. No ano de 1995, a comunidade de Boa Vista, localizada no município de Oriximiná, recebeu do INCRA o título de suas terras. Entre 1995 e 2005, outras 28 comunidades desta região tiveram suas terras tituladas, abarcando aproximadamente 1.161 famílias. A área titulada no Baixo Amazonas soma 386.488,05 hectares, o que representa 43% da dimensão total de terras de quilombo tituladas no Brasil.

Estas comunidades integram a A.R.Q.M.O. - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Oriximiná, que congrega as 33 comunidades existentes na região, das quais 19 já possuem titulação. Segundo um dos coordenadores da associação, o processo de formação de entidade se deu a partir da Constituição de 1988, ano em que organizaram o “1º. Encontro Raízes Negras” para discutir a questão das comunidades no município. No ano seguinte, constituíram a associação que tinha como principal bandeira de luta a titulação de suas terras. As comunidades já tituladas contam com escolas de ensino fundamental e ACSs, que atendem as demais da região

e contam com rádios amadores distribuídos em 20 comunidades para facilitar a comunicação entre as mesmas.



Fonte: levantamento de campo, 2008.

Figura 6.4.6-5 - Sede da A. R. Q. M. O. localizada no centro de Oriximiná.

De acordo com os levantamentos de campo, no Estado do Pará não foram identificadas comunidades negras ou remanescentes de quilombo ao longo do corredor de 10 Km ao traçado da LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná. Os territórios das comunidades existentes no município de Oriximiná se encontram à aproximadamente 150 quilômetros do ramal do Bec, área prevista para a instalação da subestação. No município de Alenquer está localizada a comunidade Pacoval que dista aproximadamente 20 Km da Área de Influência. No Quadro 6.4.6-3, a seguir são apresentadas as comunidades remanescentes de Quilombos identificadas nos municípios atravessados pela Linha de Transmissão.

Quadro 6.4.6-3 - Comunidades Remanescentes de Quilombos nos Municípios da AII-PA

Comunidade	Localização	Área (ha)	População	Titulação
Água Fria	Oriximiná	14	15 famílias	Expedida pelo INCRA em 1996.
Alto Trombetas (Mãe Domingas)	Oriximiná	61.211,96	182 famílias	Expedida pelo ITERPA, em 2003
Trombetas	Oriximiná	80.887,09	138 famílias	Expedida pelo INCRA e pelo ITERPA em 1996
Boa Vista	Oriximiná	1.125,03	112 famílias	Expedida pelo INCRA em 1995.
Erepecuru	Oriximiná	218.044,26	154 famílias	Expedida pelo INCRA em 1998 e ITERPA em 2000.
Vila Nova Cachoeira Porteira	Oriximiná	Sem informação	Sem informação	Registrada no Livro de Cadastro geral nº 10, Registro 972, Fl. 37, em 19/04/2007. Publicada no DOU em 16/05/07, Seção 1, nº 24, Folhas 23 e 24.
Mondongo	Óbidos	Sem informação	Sem informação	registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 891, fl. 05, em 27/02/2007. Publicada no DOU em 13/03/07, Seção 1 nº 49 - Folha 06.

Comunidade	Localização	Área (ha)	População	Titulação
Muratubinha	Óbidos	Sem informação	Sem informação	registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 889, fl. 03, em 27/02/2007. Publicada no DOU em 13/03/07, Seção 1 n° 49 - Folha 06.
Nossa Senhora das Graças (Paraná de baixo)	Óbidos	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 895, fl. 09, em 27/02/2007. Publicada DOU em 13/03/07, Seção 1 n° 49 - Folha 06.
Peruana	Óbidos	Sem informação	Sem informação	registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 894, fl. 08, em 27/02/2007. Publicada no DOU em 13/03/07, Seção 1 n° 49 - Folha 06.
Ariramba	Óbidos	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral n° 08 - Registro n° 832- Fl. 44, em 27/11/2006. Publicada DOU em 13/12/06, Seção 1 n° 238 - Folhas 59 e 60.
Cabeceiras	Óbidos	17.189,169	445 Famílias	expedida pelo FCP no ano de 2000
Igarapé-Açu	Óbidos	Sem informação	Sem informação	registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 890, fl. 04, em 27/02/2007. Publicada no DOU em 13/03/07, Seção 1 n° 49 - Folha 06.
Passagem	Monte Alegre	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral n° 08- Registro n° 801- Fl. 13, em 14/11/2006. Publicada no DOU em 13/12/06, Seção 1 n° 238 - Folhas 59 e 60
Peafú	Monte Alegre	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral n° 08- Registro n° 801- Fl. 13, em 14/11/2006. Publicada no DOU em 13/12/06, Seção 1 n° 238 - Folhas 59 e 60.
Pacoval	Alenquer	7.472,88	115 Famílias	Expedida pelo INCRA no ano de 1996

Fonte: ITEPAR, 2009.

Estado do Amapá

No Estado do Amapá, na região do presente estudo, foram identificadas comunidades negras em processo de reconhecimento, outras já reconhecidas pela Fundação Palmares iniciando-se o processo de titulação.

Conforme apontado anteriormente estima-se que haja cerca de 80 comunidades remanescentes de quilombos no Estado do Amapá.

A primeira comunidade quilombola foi a de Curiaú, em 1999. Além de Curiaú e Conceição do Macacoari outras nove comunidades estão em processo de reconhecimento no estado: Mel, Rosa, Cunani, Lagoa dos Índios, São Pedro dos Bois, São José do Mata Fome, Carvão, Ilha Redonda e Ambé.

Embora a LT Oriximiná - Macapá não atravesse territórios quilombolas, durante os levantamentos de campo realizados em novembro de 2008, foram identificadas seis comunidades remanescentes de Quilombos situadas ao longo do corredor de 10Km, situadas no máximo a cerca de 6Km do eixo do traçado da Linha de Transmissão. De modo geral, estas comunidades estão situadas na área do entorno da zona urbana do município de Macapá. No Quadro 6.4.6-4, a seguir são

listadas as comunidades Remanescentes de Quilombos Identificadas no municípios da Área de Influência do empreendimento. São apresentadas também as distancias em relação ao empreendimento das comunidades identificadas ao longo do corredor 10Km da LT.

Quadro 6.4.6-4 - Comunidades Remanescentes de Quilombos nos Municípios da AII-AP

Comunidade	Localização	Área (ha)	População	Titulação	Distância do Traçado
São Raimundo do Pirativa	Santana	Sem informação	Sem informação	Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 08 - Registro nº 817- Fl. 29, em 27/11/2006. Publicada no DOU em 13/12/06, Seção 1 nº 238 - Folhas 59 e 60.	-
São Pedro dos Bois	Macapá	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 06 - Registro 500 - Fl. 09, em 20/03/2006 - Publicada no DOU em 12/05/2006, Seção 1, nº. 90 - Folha 10.	-
São José do Mata Fome	Macapá	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 06 - Registro 499 - Fl. 08, em 20/03/2006 - Publicada no DOU em 12/05/2006, Seção 1, nº. 90 - Folha 10.	-
Porto do Abacate	Macapá	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 06 - Registro 499 - Fl. 08, em 20/03/2006 - Publicada no Diário Oficial da União em 12/05/2006, Seção 1, nº. 90 - Folha 10.	-
Rosa	Macapá	Sem informação	15 Famílias	Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 06 - Registro 549 - Fl. 58, em 03/05/2006 - Publicada no DOU em 12/05/2006, Seção 1, nº. 90 - Folha 10.	1200 m
Ilha Redonda	Macapá	Sem informação	50 Famílias	Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 06 - Registro 498 - Fl. 07, em 20/03/2006 - Publicada no Diário Oficial da União em 12/05/2006, Seção 1, nº. 90 - Folha 10.	6000 m
Ambé	Macapá	Sem informação	Sem informação	Registro no Livro de Cadastro Geral nº 06 - Registro nº 582, Fl. 92, em 19/05/2006 - Publicada no DOU em 07/06/2006, Seção 1, nº. 108 - Folha 5.	-
Mel da Pedreira	Macapá	2,6 mil	60 famílias	Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 05 - Registro 413 - Fl. 21, em 18/10/2005 - Publicada no DOU em 09/11/2005, Seção 1, nº. 215 - Folha 17.	-
Lagoa dos Índios	Macapá	Sem informação	400 habitantes	Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 04 - Registro 299 - Fl. 06, em 21/07/05 - Publicada no DOU em 19/08/2005, Seção 1, nº. 160 - Folha 20.	-
Conceição de Macacoari	Macapá	8.465,471	61 famílias	Titulada pelo INCRA em 7 de janeiro de 2006.	-
Torrão do Matapi	Macapá	Sem informação	80 Famílias	Em processo de autorealhecimento	1.700 m

Comunidade	Localização	Área (ha)	População	Titulação	Distância do Traçado
Campina Grande	Macapá	Sem informação	Sem informação	Em processo de autoreconhecimento	1.850 m
Curiaú	Macapá	3.321,8931	108 Famílias		
Currallinho	Macapá		30 Famílias	Em processo de autoreconhecimento	2600 m

6.4.6.2.1.3 - Comunidades Remanescentes de Quilombos na Área Influência Direta

6.4.6.2.1.4 - Aspectos Culturais

Além das características sociais, econômicas e culturais apontadas no início deste item, em relação às comunidades tradicionais, no aspecto cultural das comunidades quilombolas identificadas na AID destaca-se o uso coletivo das terras ocupadas e o Marabaixo, como uma manifestação cultural que expressa os modos de vida e o legado de ocupação das comunidades Quilombolas no Estado do Amapá.

Assim como nas demais regiões estudadas, os festejos emanam do catolicismo popular, centrados na “festa dos santos” que acontece quase que o ano todo. O Marabaixo é um tipo de dança folclórica que apresenta um sentimento misto de tristeza, de alegria, de fé, de esperança, que tem como referência as raízes culturais de origem africana. Está presente em muitas festas do catolicismo tradicional das comunidades rurais do Amapá, como é caso dos Quilombos de Curiaú, as localidades de Currallinho e Torrão do Matapi, localizadas às margens da BR-156 no município de Macapá.

Hoje o Marabaixo é um importante símbolo da identidade social e etnicidade do povo amapaense. Permeado de múltiplos significados, históricos, sociais e religiosos o Marabaixo é considerado um importante símbolo do Estado do Amapá. Seu ritmo ligado às tradições musical elaborada a partir das referências do catolicismo popular.

Uma das explicações para o termo Marabaixo é “mar a baixo” fazendo alusão do trajeto dos negros da África para o Brasil. Já outros dizem que vem de “Marabati”, termo da língua árabe que significa “saudar os Deuses” (Divisão de Assuntos Culturais, do Amapá, 1998).

Sua coreografia, como a maior parte das danças afro-brasileira é circular e em sentido anti-horário. “A dança imitaria os passos dos negros e escravos com os pés presos por correntes” (Grupo folclórico de Mazagão Velho, 2007).



Figura 6.4.6-6 - Grupo de Marabaixo de Mazagão Velho, no Festival do Meio do Mundo em Macapá setembro de 2007.



Figura 6.4.6-7 - Dança do Marabaixo. Apresentação no Festival do Meio do Mundo em setembro de 2007, Macapá.

Seu rito, seu ritmo ao som de caixas (tambores), seu ladrão (músicas) e bailados se relacionam ao modo do como os escravos, além de ser considerado um instrumento de valores éticos, de protesto e de contestação do negro.

6.4.6.2.1.5 - Quilombo do Rosa

O Quilombo do Rosa já se encontra reconhecido pela Fundação Palmares, com número de registro no Livro de Cadastro Geral da Fundação Palmares nº. 06 - Registro 549 - Fl. 58, em 03/05/2006 - Publicada no Diário Oficial da União em 12/05/2006, Seção 1, nº. 90 - Folha 10. O processo para o reconhecimento do quilombo se deu a partir de 1999. Segundo uma moradora do quilombo falta ainda o INCRA demarcar a terra (cerca de 4.000 hectares) e construir a infraestrutura básica como escola e posto de saúde.



Figura 6.4.6-8 - Placa da Fundação Palmares indicando o Quilombo do Rosa.



Figura 6.4.6-9 - Casas do Quilombo do Rosa.

O quilombo, situa-se a cerca de 4,8 Km do eixo do traçado da LT e a cerca de 20Km da sede do município de Macapá. No local são cerca de 15 casas, dispersas, formando uma espécie de vilarejo, onde a maioria de seus moradores são parentes ou tem um histórico de ancestralidade em comum. De acordo com uma moradora do local, são cerca de 80 pessoas na comunidade.

Os modos de vida da comunidades está centrado na agricultura principalmente do plantio de mandioca. A mandioca será utilizada para extração de farinha, tapioca e tucupi. De modo geral, as áreas variam de três a quatro tarefas.

No quilombo existe uma igreja denominada Menino Deus, que serve para um importante festejo no quilombo, que acontece no mês de dezembro. Nesse festejo os moradores do Rosa, se interagem com outras comunidades da região. O festejo é acompanhado por novena e hasteamento do mastro em homenagem ao Santo de devoção da comunidade, neste caso Menino Deus.

Por está relativamente próximo a cidade de Macapá o quilombo do Rosa é atendido por energia elétrica, no entanto, como foi dito anteriormente não existe escola nem posto de saúde. O que segundo os moradores constituem num transtorno para os moradores da área que precisam se deslocar para Macapá para receber atendimento médico e no caso da educação são atendidos pelas escolas que se encontram mais próximas.

Sobre representatividade o grupo participa do Conselho das Comunidades Afro-descendentes do Estado do Amapá (CCADA). Uma importante entidade de defesa dos direitos negros no Estado do Amapá, que surgiu em 2003, com objetivo de apoiar as comunidades remanescentes na titulação de terras, regulamentação de associações comunitárias, emissão de documentos e facilitação de acesso a benefícios públicos.

6.4.6.2.1.6 - Quilombo Ilha Redonda

O quilombo da Ilha Redonda localiza-se próximo a rodovia AP-010, no entroncamento da BR-156 nas proximidades do aterro de Macapá, em área de expansão urbana do município. A comunidade Ilha Redonda situa-se a cerca de 6,5Km do eixo do traçado da LT.

O quilombo já se encontra com certidões de auto-reconhecimento registrada na Fundação Palmares (Registro no Livro de Cadastro Geral da Fundação Palmares nº. 06 - Registro 498 - Fl. 07, em 20/03/2006 - Publicada no Diário Oficial da União em 12/05/2006, Seção 1, nº. 90 - Folha

10). No entanto, segundo uma moradora do local, só estaria faltando à demarcação das terras, pelo INCRA.

Sobre a história de reconhecimento do quilombo alguns moradores não queriam o reconhecimento porque achavam que o título de terra coletivo, poderia atrapalhar o direito individual de cada morador. Algo semelhante ao que vem acontecendo em outras comunidades negras do município de Macapá. No entanto, de acordo com a entrevistada prevaleceu o interesse da maioria. Apesar das terras ainda não estarem demarcadas pelo INCRA.



Figura 6.4.6-10 - Centro comunitário no quilombo da Ilha Redonda.



Figura 6.4.6-11 - Cemitério do quilombo da Ilha Redonda.

No local existe escola, igrejas, centro comunitário e cemitério, a formação do povoado consiste com uma rua principal onde é possível encontrar algumas casas e os principais aparatos comunitários e ao longo da área existem outras casas dispersas.

Sobre a infra-estrutura no quilombo existe energia elétrica, a rua principal é asfaltada, tem escola municipal até o ensino fundamental (1ª a 4ª série), posto de saúde com duas enfermeiras da própria comunidade, igrejas evangélicas como Assembléia de Deus.



Figura 6.4.6-12 - Igreja Assembléia de Deus do Quilombo Ilha Redonda.



Figura 6.4.6-13 - Ruas do Quilombo Ilha Redonda.

Seus moradores vivem da agricultura de subsistência tendo a mandioca como o principal produto. Além disso, alguns moradores trabalham na manutenção do aterro sanitário de Macapá, prestação de serviços (pedreiros, pintor, empregadas domésticas entre outras). Existem alguns programas do governo que atende a população local entre estes o Bolsa Família, Renda para Viver Melhor e programa de Parteiras Tradicionais.

6.4.6.2.1.7 - Comunidade do Torrão do Matapi

A comunidade negra do Torrão do Matapi encontra-se a pouco mais de 1,7 km da faixa de servidão da LT. Segundo o presidente da associação, no ano de 2007 a comunidade iniciou um processo de discussão para o reconhecimento da comunidade como área quilombola.



Figura 6.4.6-14 - Comunidade do Torrão do Matapi, próximo as margens da BR-156, no município de Macapá.



Figura 6.4.6-15 - Morador do Torrão do Matapi, com o tambor utilizado na dança do Marabaixo.

A comunidade é cortada pela BR-156 no sentido Macapá-Laranjal do Jari, no km 10, entre os municípios de Macapá e Santana, segundo o presidente da associação de moradores são aproximadamente 80 famílias, que vive da pesca, caça, agricultura de subsistência (mandioca, milho e feijão) e dos programas do Governo Federal.



Figura 6.4.6-16 - Posto de saúde



Figura 6.4.6-17 - Escola estadual

No local foi possível encontrar posto de saúde, escola estadual, conzinha comunitário, centro comunitário, igreja e pequenos estabelecimentos comerciais. Por concentrar estes serviços a comunidade é tida na região como um pólo local, que atende as comunidades menores que estão na circunvizinhança.

Sobre as dificuldades de morar no local os moradores entrevistados apontaram à falta de geração de renda que tem contribuído para que os jovens migrem para a cidade de Macapá, a poeira levantada pelos carros que circulam na BR-156 que cortam a comunidade, principalmente no período de estiagem das chuvas, o que provocaria doenças respiratórias, a questão do aumento da violência alguns moradores narraram casos de morte e assassinato nas proximidades da comunidade, além da questão fundiária da terra.

No caso da relação fundiária um caminho que o grupo acredita ser possível para resolver essa pressão e a transformação da comunidade em área de remanescente de quilombo, isso porque, o local teria sido fundado por escravos. Assim sendo, o grupo nos últimos anos vem reunindo a comunidade juntamente com entidades de representação do negro no Estado do Amapá, para a reivindicação da comunidade como área de remanescente de quilombos.

Entretanto, esse auto-reconhecimento segundo um morador requer paciência e muito diálogo por parte do grupo, pois alguns moradores seriam contrários a titulação coletiva da terra. Com receio de perderem o direito individual de suas terras. É importante ressaltar que mesmo a área não ter sido certificada pela Fundação Palmares, algumas ONG's já considera a comunidade como área remanescente de quilombo.

Sobre as principais formas de sociabilidade as festas religiosas são um ponto alto da tradição do lugar, entre estas as principais são a festa de São Benedito, o padroeiro do lugar. Segundo um morador a estatua de São Benedito, que existe na vila teria mais de 100 anos e seria inicialmente de um antigo escravo, que deu origem ao lugar e a maioria desses moradores seria descendente desse escravo. Na ocasião da festas os moradores comemoram através de cantorias, ladainhas e a festa profana movimentada pelo ritmo dos tambores feitos de tronco de macacaueiro e couro de animais silvestres, chamados de macacos. Esses instrumentos vão compor o universo da festa que é dançada ao ritmo do Marabaixo.

6.4.6.2.1.8 - Comunidade de Campina Grande

A área conhecida como Campina Grande localizada no município de Macapá na BR-156 é dispersa formando amplos espaços entre uma casa e outra, entretanto, foi possível observar em alguns locais é possível observar um adensamento maior, ou seja, a presença de algumas habitações mais próximas. Em um dos pontos coletado em campo próximo a Capela de São Benedito a comunidade estava a cerca de 1,8 km da faixa de servidão da LT.



Figura 6.4.6-18 - Capela de São Benedito.



Figura 6.4.6-19 - Casas na comunidade de Campina Grande.

Por causa dessa dispersão da comunidade não foi preciso calcular o número exato de pessoas morando na área e nem mesmo o seu tamanho, até porque é possível avistar alguns retiros e até mesmo fazenda na área denominada como Campina Grande. Sobre o histórico do local foi possível apreender que estas famílias teriam um histórico semelhante as demais áreas de remanescente de quilombo da região. Da mesma forma os problemas são semelhantes, entre estes se destaca a questão fundiária, pois em alguns casos a falta de documentação da terra acaba contribuindo para pressão e especulação fundiária na região.

Sobre a transformação da área em quilombo, um dos moradores entrevistados foi categórico em afirmar que não concordava, porque temia que o título de terra fosse coletivo, o que desagradaria aos moradores que gostariam de negociar seus direitos de posse individualmente. No entanto, já outro morador entrevistado acredita que a maneira de garantirem a manutenção da terra é através do reconhecimento da área como quilombola. Por causa desse impasse os moradores favoráveis não teriam avançado no processo de reconhecimento.

Apesar desse impasse foi possível registrar a presença de entidades de organização do movimento afro do Estado do Macapá na localidade de Campina Grande, como o Centro de Inclusão Digital e Unidade Folclórica de Campina Grande.



Figura 6.4.6-20 - Unidade Folclórica de Campina Grande



Figura 6.4.6-21 - Centro digital da comunidade Campina Grande.

Essas entidades além do apoio na organização e no resgate da cidadania das famílias locais têm contribuído para a manutenção das tradições destes grupos, entre os principais elementos dessas tradições estão à dança folclórica do Marabaixo, amplamente praticada por essas comunidades negras da região de Macapá.

Sobre a economia seus moradores vivem da exploração da agricultura com ênfase na produção de mandioca e seus derivados. Da criação de gado e búfalo e da exploração dos recursos locais principalmente da madeira. A produção dos moradores é vendida nas feiras livres da cidade de Macapá.

6.4.6.2.1.9 - Comunidade do Curralinho

A comunidade do Curralinho fica localizada nas proximidades da BR-156 próxima ao entroncamento que indica APA do Curiaú, nas proximidades de um posto da policia rodoviária, aproximadamente 10 km do centro de Macapá. Nesta região antes de chegar à comunidade do Curralinho é possível encontrar algumas pequenas propriedades, que cultivam hortaliças, a área é conhecida como pólo da fazendinha, um importante cinturão verde da cidade de Macapá.



Figura 6.4.6-22 - Infra-estrutura da comunidade de Curralinho.



Figura 6.4.6-23 - Placa indicando que o local pertence à APA do Curiaú.

Na comunidade de Curralinho segundo dados da agente de saúde são cerca de 30 casas, perfiladas formando um pequeno vilarejo, com basicamente uma rua de terra batida. A maioria das casas é construída de madeira e alvenaria, não existe esgotamento sanitário e em algumas casas é possível perceber que o banheiro é feito em um cômodo anexo as casas. Próximo ao centro da vila existe uma casa de farinha onde seus moradores extraem os produtos derivados da farinha de mandioca.

A comunidade encontra-se a uma distância aproximada de 950 metros da faixa de servidão da LT. No local a maioria dos seus moradores mantém um laço de parentesco muito forte. A principal atividade dos moradores é o cultivo da Mandioca para a fabricação de farinha e tucupí, que são

extraídos artesanalmente nas casas de farinha da comunidade. Esses produtos derivados da mandioca são comercializados nos estabelecimentos comerciais da cidade de Macapá.



Figura 6.4.6-24 - Moradores ralando mandioca para a fabricação de farinha e tucupi.



Figura 6.4.6-25 - Tucupi comercializado na feira de Macapá e nos restaurantes da cidade.

Sobre a infra-estrutura, na comunidade encontra-se orelhão, energia elétrica, centro comunitário e escola com o ensino fundamental (1ª a 4ª série) essa infra-estrutura encontra-se na chegada da vila. Sobre a saúde a vila não possui posto médico, mas existe a presença de agente de saúde comunitário que é uma moradora da comunidade é que representa o grupo junto às comunidades negras da cidade Macapá. Sobre o reconhecimento como área de remanescente de quilombo, a entrevistada informou que o grupo, tem discutido para que área seja reconhecida.

6.4.6.2.1.10 - Comunidade de Curiaú

A comunidade de Curiaú foi o primeiro grupo social quilombola reconhecido no Amapá. Porém, antes mesmo do reconhecimento, o governo estadual já havia criado a Área de Proteção Ambiental (APA) de mesmo nome.

A área quilombola abrange 3.321 hectares dos 21.676 hectares da APA, composta por florestas, campos de várzea e cerrados.

Residem atualmente na Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú cerca de 1.500 pessoas, divididas em quatro comunidades - Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora, Casa Grande e Curralinho.

Os modos de vida população local está baseada na agricultura, na pesca, do cultivo de búfalos e do turismo. Com relação ao desenvolvimento do potencial turístico está prevista a implantação de um plano piloto com a exploração de trilhas ecológicas, passeios de barco e visitação à

lugares como o Poço Tapera - caminho feito pelos antigos escravos em sua fuga. Além das manifestações culturais presentes na comunidade.

Dentre os aspectos culturais presentes na comunidade destaca-se, as crenças religiosas, com o festejo da Folia de São Joaquim, com nove noites de novena com folia ; o batuque, a ladainha e o marabaixo. “A cultura do marabaixo, do batuque, é uma das manifestações da comunidade que têm atraído um público muito grande ao Curiaú”, garante o secretário estadual extraordinário de Políticas para os Afrodescendentes, Josivaldo da Silva Libório.

Sobre a origem do quilombo, a tese mais divulgada, inclusive em material informativo do próprio governo, sustenta que os atuais moradores da área são remanescentes de antigos escravos que teriam fugido dos maus tratos a que eram submetidos na então vila de Macapá, onde eram empregados na construção de edificações públicas.

A hipótese, no entanto, vem sendo questionada por alguns historiadores, como Hermano Araújo, chefe da unidade de preservação e conservação da Fortaleza de São José, em Macapá. Hermano conta que, por volta de 1760, o governo determinou que fosse construída uma vigia militar na foz do Rio Curiaú. Na época, diz ele, os soldados eram estimulados a, usando a mão de obra escrava, atuar também como colonos, recebendo, além do salário, um incentivo em dinheiro. O historiador, no entanto, acredita que os negros que deram início ao quilombo já haviam sido libertados quando ocuparam o local. “Os negros que ocuparam a área eram escravos de um oficial que tinha uma gleba no local e que, antes de morrer, os alforriou. Eles ocuparam a área já libertos”, diz o historiador.

6.4.6.2.2 - Comunidades Extrativistas

Os grupos que apresentam essa característica podem ser classificados como aquele grupo social que vive das atividades da agricultura de subsistência e de atividades extrativistas.

De modo geral as atividades agrícolas estão voltadas para subsistência praticada na chamada roça de toco², o cultivo é voltado para o plantio de milho, feijão, melancia, mandioca, etc. Além dos cultivos agrícolas há a criação de pequenos animais e um pequeno rebanho bovino e bubalino

Geralmente, as terras exploradas são posse. Observa-se que em algumas comunidades agroextrativistas as áreas destinadas à roça de toco são áreas contíguas, não sendo possível

² No item a seguir são apresentados os espaços territoriais ocupados pelos Agroextrativistas e o sistema de produção da agricultura de subsistência

visualizar a delimitação de exploração por cada família da comunidade. Nesse caso, a terra é muito importante para o grupo, além de se constituir como espaço de produção de alimentos é também, o espaço de moradia, constituindo-se em um território cheio de significações e relações sociais, que permite a reprodução social e econômica das famílias residentes, seja pela capacidade de sustento alimentar, assentamento e estabelecimento de vizinhança. De forma, pode-se afirmar que a propriedade possui uma importante função social tanto para a família como também para a comunidade.

No caso das atividades extrativistas, os principais produtos explorados são a madeira, a castanha do Pará, o curuá e o açaí e em menor escala, o palmito. As atividades extrativistas são praticadas nas áreas de florestas existentes na região das localidades. De acordo com o observado em campo, cada família possui um território, ou uma área para exploração dos recursos florestais, denominada de colocação. Assim, como as áreas destinadas de roças, as áreas de exploração extrativistas também não são demarcadas.

No caso da região do empreendimento, esse grupo, no Estado do Amapá está mais concentrado na região da RESEX do Cajari, sobretudo, na região do Alto Cajari, nas proximidades da BR-156. Também, na BR-156 é possível encontrar grupos de agro-extrativistas em outros pontos além da RESEX e do PAE do Maracá.



Figura 6.4.6-26 - Castanha do Pará, principal produto explorado pelos agroextrativistas na área do empreendimento.



Figura 6.4.6-27 - Agroextrativistas na região da BR-156, próximo a comunidade de Açaízal.

Sobre a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari, Picanço (2005) aponta que este ato possibilitou a preservação da floresta e a garantia das atividades econômicas necessárias para a manutenção das famílias.

Já no Estado do Pará foi possível encontrar alguns agroextrativistas, na região da PA-254 nas proximidades do município de Óbidos e nas proximidades do Projeto Jari em Almeirim. No caso da PA-254, um morador informou que no passado a presença de famílias agroextrativistas era muito grande ao longo da área que hoje dá lugar a PA, mas por causa da derrubada da maioria dos castanhais na região, os moradores que compunham essa categoria tiveram que migrar para outras atividades e na maioria dos casos migraram para as cidades da região.

Segundo Picanço (2005), esses povos apresentam uma série de estratégias que possibilitam uma relação integrada com o território e o meio ambiente, para isso uma série de recursos materiais e imateriais são acionados, para que possam garantir os meios necessários para sobrevivência do grupo. Esses saberes seriam repassados de geração para geração. Ainda segundo o autor, a floresta seria o principal espaço de trabalho e a relação com este espaço é definida, sobretudo, pelas estações do ano inverno (chuvas) e verão (seca).

6.4.6.2.2.1 - Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex do Cajari)

A criação das reservas extrativistas no Brasil é uma conquista dos movimentos extrativistas, principalmente do Conselho Nacional de Seringueiros. Que propôs ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e órgãos ambientais. A criação de projetos de assentamentos nestas áreas, os chamados projeto de assentamentos agro-extrativistas.

Dentro desta filosofia criou-se a Reserva Extrativista do Rio Cajari, criada em por Decreto Federal número 98.897, de 30 de janeiro de 1990, com objetivo de exploração sustentável dos moradores da região do Cajari. Assim, a reserva foi declarada de interesse ecológico e social.



Figura 6.4.6-28 - Placa indicando a área da RESEX do Cajari.



Figura 6.4.6-29 - Árvore da castanheira na RESEX do Cajari.

A área da reserva corresponde a 501.771,1014 mil hectares, localizados nos seguintes municípios do Sul do Amapá: Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão e Sudoeste de Macapá (capital do estado). (MMA et al, 2008). A divisão territorial da reserva nestes três municípios pode ser observada no Quadro 6.4.6-5.

Quadro 6.4.6-5 - Área de Abrangência da RESEX do Rio Cajari

Município	Área em hectares	Localização
Mazagão	216.344,5382	Ao Norte
Laranjal do Jari	202.229,5427	Oeste
Vitória do Jari	83.197.0205	Ao Sul

Fonte: IBAMA, MMA et al (2008)

Sobre a classificação do espaço a área da Reserva Extrativista do rio Cajari é dividida em três setores, tendo o rio Cajari sua principal referência, nesse sentido as áreas são:

Baixo Cajari: essa região corresponde à região mais alagada da reserva formada por rios e igarapés temporários. Sobre a configuração espacial da reserva Picanço (2005), descreve que essa parte da reserva tem como rios principais o rio Cajari, Ajuruxi e a faixa de influência do Amazonas. Os produtos explorados nesta parte da reserva são principalmente, o açaí para fruto e palmito, a extração de madeira e a pesca, com destaque para o camarão nas comunidades próximas ao rio Amazonas. Assim, como a região do Médio Cajari e na região do rio Maracá, esta parte da reserva sofreu com exploração predatória do palmito.

Nessa parte da reserva a única forma de deslocamento entre as comunidades é o transporte fluvial e a população se distribuiria de forma mais dispersa, por causa dessas condições essas comunidades são as mais isoladas da RESEX do Cajari. Segundo um técnico do IBAMA de Macapá, no Baixo Cajari, a maior comunidade é a Vila Betel, que tem aproximadamente 80 famílias. As demais comunidades dessa região podem ser vista no Quadro 6.4.6-6.

Quadro 6.4.6-6 - Comunidades na região do Baixo Cajari /Lago do Ajuruxi (RESEX)

Comunidade	Famílias	Habitantes
Vial Bettel	80	S/1
Santo André	26	134
São José	18	102
Maranata	25	89
Santarém	15	72
Igarapé dos meios	32	71
Santo Antonio do Braço	12	70
Maitá	10	52
Itapira	12	50

Comunidade	Famílias	Habitantes
Santo Antonio Foz	7	49
Mangueirira	9	47
Filadelfia	8	45
Macedônia	11	41
Aningal	12	37
São Tomé	8	34
Rio Mulato	7	33
Arraias	4	29
Tambaqui	5	29
Capitão	6	28
Bispo	7	27
Pau de cabeça	4	24
Irapi	6	19
Igarapé dos paus	5	18
Matauí	4	16
Açaiatuba	4	14
Rio Chato	2	11
Aterro	3	8
Jarilandia	2	7
Total	344	1.158

Fonte: relatório final do R3 da LT Tucuruí-Macapá-Manaus (Brasil, EPE, 2008). Pesquisa de campo, 2008

Médio Cajari: Segundo Picanço (2005), a região que compreende o Médio Cajari é formada *por faixas de várzeas, de veredas e de campos alagados, pontuados por maciços de terra firme florestados, as "ilhas" ou "tesos"* (idem, 2005:63). Nessa parte de terra firme, é o local a onde os moradores dessa parte da reserva colocam a roça e criam os pequenos animais. Já nos campos alagados os moradores criam o gado e os búfalos. O autor explica ainda que essa região foi onde ocorreram mais conflitos entre os extrativistas e o Projeto Jari, esses conflitos ocorriam principalmente, pela disputas das áreas de pastagens, onde Jari concentrou seu gado como forma de pressionar os moradores saírem do local. Entretanto, atualmente esta seria a parte da reserva que mais recebe ajuda do Projeto Jari, através de apoio para que os moradores possam escoar a produção e de outros projetos patrocinados pelo Grupo Orsa. Para o autor essa seria uma estratégia para modificar a imagem negativa que o Projeto tem, junto às famílias de agro-extrativistas que vivem na região. No Quadro 6.4.6-7 é possível observar as comunidades existentes nesta parte da reserva.

Quadro 6.4.6-7 - Comunidades na região do Médio Cajari (RESEX)

Região	Comunidade	Famílias	Habitantes
Médio Cajari	Conceição do Muriacá	40	161
Médio Cajari	Santana	20	107
Médio Cajari	Santa Helena	18	102
Médio Cajari	São João do Paraíso	35	100
Médio Cajari	Ariramba (divisa entre o médio o alto)	14	69
Médio Cajari	Tapereira	15	65
Médio Cajari	Poção/Terra vermelha	9	63
Médio Cajari	Santa Rita	9	50
Médio Cajari	Boa Vista	8	44
Médio Cajari	Comércio	7	40
Médio Cajari	São Sebastião	8	30
Médio Cajari	Total	183	831

Fonte: relatório final do R3 da LT Tucuruí-Macapá-Manaus (Brasil, EPE, 2008).

Nesta parte da reserva está concentrada grande quantidade de açazais nas várzeas das cabeceiras dos igarapés. Por causa disso, as principais atividades extrativistas exploradas nessa parte da reserva são a exploração do palmito e açaí. No Médio Cajari, também, teria grande potencial para exploração da seringueira.

Por essas características Picanço (2005), aponta que a região foi alvo de um projeto comunitário de manejo florestal a implantação de uma fábrica visando à exploração racional de palmito, na comunidade de Conceição do Muriacá, uma das principais comunidades do Médio Cajari. Tal projeto teria apoio do Fundo Mundial para a Natureza - WWF e Governo Estadual.

Alto Cajari: corresponde à Área de Influência Direta do Empreendimento, pois, a LT tem paralelismo com a rodovia BR-156 (Macapá - Laranjal do Jari) que é a principal rota terrestre de acesso a RESEX e conseqüentemente a essa região. Esta parte da reserva é formada por uma vegetação de savana/cerrado e mata conhecida como terra firme.



Figura 6.4.6-30 - Área de Mata fechada da RESEX do Cajari.



Figura 6.4.6-31 - Área de Savana/cerrado, nas margens da BR-156 na RESEX do Cajari.

Nessa parte da reserva é onde se concentra maior parte dos castanhais, por isso a principal atividade dos moradores dessa região é a exploração da castanha. Nessa parte é possível encontrar Cooperativa de Castanha dos produtores do alto Cajari - COPERALCA- localizada na Vila de Santa Clara do Cajari.

Em relação a exploração dos castanhais Picanço (2005) aponta que a presença destes nesta parte da reserva foi um importante fomentador na ocupação do espaço. Além disso, a própria abertura da BR-156 no início da década de 1990, foi outro catalizador desse processo. Com essa realidade foram se formando alguns povoados, atualmente são cerca de uma dúzia de povoados (Quadro 6.4.6-8) sendo Água Branca do Cajari, o principal é o maior desta parte da reserva.

Quadro 6.4.6-8 - Comunidades na região do Alto Cajari (RESEX)

Comunidade	Famílias	Habitantes
Água Branca	80	406
Marinho	20	108
Martins	20	105
Sororoca	18	95
Itaboca	15	79
Açaizal	17	72
São Pedro	12	69
Santa Clara	16	48
Dona Maria	12	47
Acampamento	8	38
Boca do Braço	5	23
Martins	30	?
Total	223	1.090

Fonte: relatório final do R3 da LT Tucuruí-Macapá-Manaus, (Brasil, EPE, 2008). Pesquisa de campo, 2008



Figura 6.4.6-32 - Escola municipal do Povoado de Água Branca do Cajari.



Figura 6.4.6-33 - Povoado de Água Branca do Cajari, nas margens da BR-156.

Localizado, nas margens da BR-156, o povoado fica cerca de 50 quilômetros da sede do município de Laranjal do Jari, no local são mais de 200 famílias, que vivem principalmente em função da exploração da castanha. Nessa região do Alto do Cajari, por causa da proximidade com BR-156, tem sido alvo de invasões de terra e percebido também o aumento da criação do gado e do búfalo.

Na reserva a principal atividade extrativista é a exploração da castanha - do- Brasil, ou castanha-do-pará. Seus principais gestores são: Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Cajari (ASTEX-CA) e o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), que é representado por entidades governamentais, não-governamentais, Conselho Nacional de Seringueiros. Os moradores da reserva para terem o direito de explorar e acessar os recursos possui uma carta de anuência emitida pelo IBAMA. Essa carta seria um título de posse coletiva. O documento que os moradores da RESEX, obtenham créditos ou outro tipo de financiamento, junto aos mecanismos de financiamento.

O Planejamento da reserva foi aprovado em novembro de 1995, neste planejamento o IBAMA e o CNPT, elaboraram um Plano de Uso (PU), que tem como proposta indicar os melhores caminhos para utilização da reserva, bem como as regras de uso dos recursos naturais, os direitos e deveres dos fieis depositários, ou seja, as famílias agro-extrativistas que moram e dependem da reserva. Entre as finalidades do plano estão os seguintes objetivos:

“Este Plano objetiva assegurar a sustentabilidade da Reserva Extrativista do Rio Cajari mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores. Está aqui contida a relação das

condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir a legislação brasileira sobre o meio ambiente” (PU RESEX do Cajari, 1996:20).

Entretanto, segundo técnicos do CNPT citado por Sousa (2006), o atual Plano de Uso da RESEX, não ofereceria as condições necessárias “ao conjunto de uso dos recursos naturais praticados pelas famílias” (idem, 2006:41).

Em julho de 2000 a reserva, bem como outras reservas extrativistas existentes, passa a fazer parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Com essa ação a reserva passa a garantir definitivamente o status de unidade de conservação. Com esse ato a forma de gestão da reserva se modifica e passa a ser formado um conselho gestor, que tem como principais objetivos a ampliação, participação e controle social.

Segundo informações de um documento elaborado no ano de 2008 por técnicos do MMA et al (2008), um dos principais problemas que a RESEX do Cajari está enfrentando, são as ocupações irregulares que acontecem em toda a área da reserva. Entretanto, estas ocupações seriam mais freqüentes na parte oeste da reserva, nas proximidades da BR-156, no Alto Cajari.

Para os autores do documento, essa parte da reserva seria mais sensível por causa da abertura da BR-156 o que contribuir para facilitar o acesso a essa parte da reserva. Essas ocupações são mais presentes na região do Ramal do Chapéu, Mutum, Fé em Deus, Muriacá, Bacia Branca e Igarapé do Meio. Nesse estudo, os autores identificaram cerca de 180 famílias que estariam ocupando de forma irregular as áreas da reserva. Segundo dados apontados no documento seria uma área ocupada de forma irregular que correspondem,

“A área efetivamente alterada pelos ocupantes irregulares no interior da RESEX-CA com desmatamento é 2.022,4417 ha e a área pressionada pelos ocupantes, inclusive piqueteadas e demarcadas como limites das “posses” e com perturbações com coleta de castanha, caça, pesca, retiradas de madeiras, cipós e etc, tem um raio que gira em torno de 19.410,0830 há” (MMA et al, 2008:26).

Essas ocupações vão se formando através de sítios, onde a maioria dos moradores planta para subsistência (mandioca) e para fins comerciais, o extrativismo para estas famílias não apareceria como fonte principal de renda. Esse ato estaria em desacordo com o objetivo da RESEX, o que corrobora para a necessidade de medidas por parte dos gestores da reserva. Sobre o período de

incidências destas ocupações, este teria se intensificado a partir do início deste século (MMA et al, 2008).

Já na área oficial da RESEX são aproximadamente 60 comunidades formando cerca de 800 famílias, que vivem na reserva, existem três associações, além de duas associações de mulheres. Destas associações a principal é a Associação dos Trabalhadores do Rio Cajari (ASTEX-CA).

Normalmente, cada família em média ocupa uma área de roça equivalente a um hectare, produzindo, mandioca, feijão, milho, melancia, além disso, alguns moradores começaram a criar gado e búfalo.

6.4.6.2.3 - Comunidades Ribeirinhas

Os ribeirinhos são o grupo de atores encontrados nas margens dos rios e igarapés que cortam principalmente, a região que compreende o município de Prainha a Almeirim, no Estado do Pará. Esse grupo é formado por uma população cabocla oriunda da mestiçagem entre índios, brancos e numa escala menor de descendentes de escravos.

O modo de vida desse grupos, também denominado de *Povos das Águas*, está condicionado ao ciclo da natureza, pois o fenômeno da enchente e da vazante regula em grande parte o cotidiano ribeirinho, de tal modo que o mundo do trabalho obedece o ciclo sazonal quando desenvolvem as atividades de extrativismo vegetal, agricultura, pesca e caça.

Além dos rios ser o local para a coleta da principal fonte de renda e alimento _o pescado. Os rios, na denominação local “são as estradas dos ribeirinhos”.

Na ocupação territorial os ribeirinhos constroem suas casas próximas aos rios e igarapés, como o Rio Paru, Amazonas e outros. Algumas são construídas dispersas em vários agrupamentos de 20 a 40 casas de madeira construídas em palafitas, mais adequadas ao sistema de cheias dos rios. Ainda sobre as habitações, essas casas são construídas utilizando os recursos florestais disponíveis na região, como a madeira e as palhas que podem ser usadas na cobertura. Próximo as casas é possível perceber a presença de jirau para o cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares, as cozinhas são construídas do lado de fora da casa, e praticamente quase nenhuma habitação possui banheiro. Poucas casas possuem energia elétrica e quando tem é fornecida por baterias de carro ou por geradores comunitários que são instalados em algumas vilas. Entretanto, segundo informações locais o óleo que deveria ser fornecido pelas autoridades públicas seria insuficiente para a manutenção do mesmo.



Figura 6.4.6-34 - Comunidade de Cauateuá, no rio Paru município de Almeirim-PA.



Figura 6.4.6-35 - Casa de ribeirinho no rio Marauarú. Almeirim-PA

A forma de trabalho do ribeirinho é essencialmente extrativista e agrícola centrado na produção familiar. A principal atividade deste grupo é a coleta (açai, madeiras), caça, pesca e da exploração de alguns produtos agrícolas (milho, feijão, mandioca e frutas). Neste caso, o principal produto é a mandioca que é destinada a fabricação de farinha e outros subprodutos desta cultura. A mandioca juntamente com o pescado vai formar o principal binômio nutricional do grupo, peixe (protéico) e mandioca (calórico). A comercialização do excedente ocorre com frequência em períodos de maior demanda nos mercados locais, principalmente em Almeirim e Santarém. Além disso, obedece temporalidade própria de quem vive nas várzeas. Essa lógica temporal é aliada a uma racionalidade espacial e regido por relações sociais particulares. As preocupações na vida cotidiana dos ribeirinhos são determinadas pelas cheias/vazantes dos rios, pelo sol e pela chuva, pelos dias e pelas noites.



Figura 6.4.6-36 - Mandioca pronta para ser transformada em farinha na comunidade de Tucumanduba-Almeirim (PA)



Figura 6.4.6-37 - Tucunará na brasa. Comunidade de Barreira rio Paru-Almeirim (PA).

A pesca é praticada basicamente de forma artesanal utilizando arcos e flecha, anzóis, vara, linha e em alguns casos é possível encontrar grupo de pescadores que utilizam rede e malhadeiras.



Figura 6.4.6-38 - Pescador do rio Marauarú pescando com linha.



Figura 6.4.6-39 - Pescador de arco e flecha no rio Tucumanduba-Almeirim (PA)

Os ribeirinhos das várzeas desenvolvem estratégias adaptativas peculiares, principalmente, nos aspectos de utilização dos recursos naturais aquáticos e terrestres. As peculiaridades das terras de várzea, heterogêneas e complexas são decorrentes dos sedimentos trazidos juntamente com as águas dos rios. Conforme assinala Fraxe (2000:48), é importante destacar um fenômeno muito comum a várzea, denominado de terras caídas e que se dá na medida em que a força da água, exercida sobre as margens dos rios, derruba as terras e, assim, as populações camponesas que habitam-nas são levadas a recuarem com suas casas e adentrarem na floresta.

Nesse movimento, explicita-se a interferência provocada pelo ciclo natural da várzea sobre a organização da produção agrícola. A agricultura obedece a dois modelos, a várzea e a terra firme, a primeira próxima aos rios e/ou as terras alagadas com áreas mais fertilizadas, que, no entanto, passa metade do ano inunda o que dificulta o seu cultivo no outro período ano. O segundo modelo é a chamada terra firme, com a fertilidade menor, é utilizada principalmente, nos períodos de cheia, não só para o plantio como para deslocamento do gado.

O trabalho da roça e a participação da vida social e religiosa da comunidade estruturam a rotina das famílias ribeirinhas. Em geral, todos os membros das famílias estão envolvidos no processo de trabalho que são executados prioritariamente por mulheres e crianças de ambos os sexos, sendo que a participação do trabalho masculino restringe-se a eventuais capinas, segundo Noda (2001, p.194). Destaque-se, aqui, o envolvimento das crianças no processo de trabalho.

6.4.7 - Dinâmica e Uso do Território na Área Atravessada pela LT

Esta seção apresenta a descrição das principais formas de ocupação e usos do território atravessado pelo traçado da LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná.

Conforme apontado anteriormente o traçado da LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná atravessa áreas rurais, a exceção das áreas de expansão urbana dos municípios de Laranjal do Jari e Macapá, ambos no estado do Amapá.

A descrição e caracterização das áreas atravessadas pela LT tiveram como base os levantamentos de campo realizados em novembro de 2008. O mapeamento das áreas rurais, povoados e localidades foram realizados ao longo do corredor de 10 km, considerando 5 Km para cada lado a partir do eixo do traçado da LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná.

6.4.7.1 - Dinâmicas e Classificações Locais do Território

De modo geral, o que se percebe no corredor de passagem da LT é que a dinâmica de ocupação é determinada especialmente pela presença de pequenos núcleos (localidades), especialmente ao longo das estradas que ligam Macapá à Laranjal do Jari (BR-153) e Prainha à Oriximiná (PA-254) que variam diretamente conforme os diferentes tipos de uso dos recursos naturais, distinguindo comunidades voltadas para o extrativismo, a pesca, a agricultura de subsistência e a pecuária. Registra-se que muitas destas áreas constituem assentamentos rurais e, no estado do Amapá, algumas localidades compõem a Resex do Rio Cajari. Ainda em outros dois pontos se registra ocupações urbanas, como é o caso de Laranjal do Jari e as proximidades com Macapá, onde estão sendo estabelecidos loteamentos.

De modo geral o grau de urbanização encontrado ao longo da Área de Influência Direta é pequeno, dispondo em grande parte dos povoados, de Posto de Saúde, um pequeno Comércio, uma escola de ensino médio, energia elétrica movida a gerador com horário disponível, sem rede de distribuição de água ou captação de esgoto. Embora a dinâmica dos povoados estejam atreladas às atividades agrícolas e aos modos de vida rural, estes espaços são classificados pelos IBGE como núcleo urbano isolado.

As áreas urbanas e malha rodoviária que deverão sofrer interferência durante a fase de obras são pólos locais, denominado de outras centralidades, conforme descrito no item 6.4.3 - Demografia,

Estrutura Produtiva e Malha Urbana, em hierarquia Urbana da Região. De modo geral as intervenções socioeconômicas são decorrentes das instalações de canteiros obras e circulação de caminhões e trabalhadores. Ressalta-se que o traçado está projeto para atravessar áreas antropizadas, destinadas ao plantio de lavouras e seguir em paralelo as rodovias: PA-254 e BR-156, de modo minimizar a abertura de novos acessos e conseqüentemente novas frentes de ocupações humanas.

Quadro 6.4.7-1 - Área Urbana e Malha Viária que serão usadas durante a fase de obras da LT

UF	Município	Povoados /Localidades	Malha Viária
PA	Oriximiná	sede	PA-254
	Alenquer	Vila Mamiá	PA- 254
	Alenquer	Camburão	PA-254
	Monte Alegre	Limão	PA-254
	Prainha	Jatuarana	PA-254
	Almeirim	Jurupari	
AP	Laranjal do Jari	sede	BR-156
	Mazagão	Projeto Agroextrativista do Maracá	BR-156
	Macapá	sede	BR-156

Fonte: Pesquisa de campo, outubro - novembro de 2008.

Destaca-se que o histórico de ocupação destes povoados esta associado à migração de trabalhadores ou agricultores de outras regiões do país, em especial, do Nordeste e do próprio Pará com vistas a fixação de residência para a exploração da castanha, juta ou agropecuária. Ao longo das rodovias foram implantados os principais projetos de assentamentos da reforma agrária e colonização, como é o caso das comunidades de Camburão e Macará. Estes povoados serão descritas no item de Descrição do Traçado, mais adiante.

Durante o levantamento de campo, observou-se que o espaço rural é marcado por uma diversidade grande de classificações e territorialidades, cujas definições e limites são pouco claras. Definido pela kilometragem da rodovia, por um córrego ou rio, por um assentamento, por áreas de exploração e uso, ou por uma fragmentação de uma fazenda, os lugares no espaço rural possuem fronteiras subjetivas, pouco definidas.

Em função da dificuldade de ater-se a uma clara divisão territorial do espaço rural, este estudo procurou identificar o território atravessado pela LT através das formas domínio e uso espacial empregada pela população residente na área em estudo. As formas de domínio e uso do território na Área de Influência Direta são descritos a seguir.

6.4.7.1.1 - Povoados

São pequenas localidades, vilas ou aglomerações, distantes da sede do município e que, em muitas situações, fazem o papel de pólos locais. Nestes povoados é possível encontrar igrejas que podem ser de orientação católica ou evangélica (Assembléia de Deus, Universal e outras tantas), além disso, possui, geralmente, cemitério, escola, posto de saúde e pequenos comércios.



Figura 6.4.7-1 - Povoado de Cipoal no município de Óbidos-PA



Figura 6.4.7-2 - Povoado de Água Branca do Cajari, na RESEX do Cajari, no município de Laranjal do Jari-AP



Figura 6.4.7-3 - Povoado de Jutuarana no município de Prainha-PA



Figura 6.4.7-4 - Povoado do Camburão, município de Alenquer-PA

Normalmente, nos povoados, a maioria das casas possui luz elétrica (cerca de quatro horas por dia, entre 19 às 22 horas) e muitas têm água encanada embora não tratada, com exceção de alguns locais do Estado do Amapá, onde os moradores receberiam cloro e orientação para usá-lo na água de consumo.

O saneamento não existe e em alguns casos ele escorreria a céu aberto através de valas onde são despejados os resíduos domésticos sem tratamento. Além disso, esses povoados fazem o papel de pólos locais, para as comunidades que moram em seu entorno, pois são nestes locais, que os moradores procuram os primeiros serviços ou realizariam a compra dos produtos de primeira necessidade.

6.4.7.1.2 - Quilômetros

O termo “quilômetro” é usado pelos moradores da região da PA-254, para definir um aglomerado de casas e estabelecimentos comerciais. Essa classificação é encontrada, sobretudo entre os municípios de Monte Alegre e Prainha, no estado do Pará. Geralmente nestes locais estariam concentrados os principais serviços locais (escolas, postos de saúde e igrejas).



Figura 6.4.7-5 - Km 11, no município de Monte Alegre-PA



Figura 6.4.7-6 - Posto de Saúde no Km 13 no município de Prainha-PA

Além desse, serviços, em alguns locais é possível encontrar pequenos estabelecimentos comerciais, como armazéns e bares. No quilometro 11 no município de Monte Alegre é possível encontrar um posto de gasolina. A rigor, a semelhança dos quilômetros é idêntica a configuração dos povoados. Assim sendo, esses aglomerados fazem o papel de pólos locais, na região da PA-254.

6.4.7.1.3 - Retiros ou Sítios

Constituídos a partir da fragmentação de alguma fazenda, este tipo de local pode ser dividido em dois tipos, um destinado as atividades agrícolas e outro destinado as atividades de lazer comunitário.

No primeiro caso, o espaço é marcado por pequenas propriedades com áreas que variando de 0,5 a 2 há. Na maioria dos casos a área é ocupada por famílias que se destinam a plantação de cultivos destinados a subsistência familiar, com a presença de um pequeno rebanho de gado. O excedente do que é produzido neste espaço é vendido em mercados locais ou para atravessadores.

Esse grupo está mais concentrado no município de Macapá e Santana, no entorno da RESEX do Cajari, no município de Laranjal do Jari e, em algumas propriedades espaçadas ao longo da PA-254. Na maioria dos casos, esses proprietários são formados por migrantes vindos principalmente de estados do Nordeste, que migraram para região principalmente a partir da década de 1980.

Como na maioria das outras categorias, a atividade principal é desenvolvida através do trabalho familiar e ocasionalmente contratam algum trabalhador extra. Possuem poucos recursos tecnológicos e produzem, principalmente, mandioca e hortifrutigranjeiros, que vão atender a mercados como Macapá (AP), Santarém (PA) e Manaus (AM). Esses pequenos produtores, também exploram a atividade pecuária através de um pequeno rebanho de gado de corte e/ou bubalino.



Figura 6.4.7-7 - Placa indicando o Retiro Santa Rita no município de Macapá-AP



Figura 6.4.7-8 - Retiro nas margens da BR-156 entre os municípios de Santana e Mazagão AP

No segundo caso, esses espaços são transformando em áreas de lazer, cujos proprietários, geralmente profissionais liberais e não depende de suas propriedades para sua subsistência econômica, moram nas cidades e vêm nestes lugares espaços para o “descanso”. Na região pesquisada, este fenômeno aparece com muita clareza nas áreas mais próximas as cidades de Macapá e Laranjal do Jari, no Estado do Amapá. Obviamente, estes espaços são observados em outras locais da região, mas é nas proximidades da capital do estado do Amapá que eles se destacam. Nestes espaços se distribuem a casa principal, pequenas áreas de criação de animais

(galinhas, patos e, às vezes, porcos), árvores frutíferas e a residência eventual de um “caseiro”. Raramente, um estabelecimento deste tipo possui alguma área de produção agrícola.

Geralmente, seus proprietários vão para esses locais apenas nos fins de semana ou feriados, estes proprietários deixam suas terras sob a responsabilidade de “caseiros” que trabalham para a manutenção da propriedade. Alguns destes trabalhadores vivem nas terras dos seus patrões, mas o comum é que eles morem em casas separadas nos povoados vizinhos. Neste sentido, este movimento acaba por oferecer uma alternativa de renda para estas populações rurais, que, assim, dividem suas atividades nos retiros e sítios com sua própria produção agrícola, num regime que alguns autores denominam de pluriatividade.

6.4.7.1.4 - Fazendas

Geralmente, a fazenda ocupa grandes extensões de terra, ela é construída em torno de uma *sede*, onde se localiza a moradia permanente ou temporária do seu proprietário. De modo geral, as fazendas identificadas na Área de Influência Direta tem como principal atividade a criação extensiva de gado de corte e/ou a criação de bubalinos em pastagens selvagens ou plantadas. Normalmente essas fazendas, são formadas em locais que anteriormente eram matas fechadas com presenças de castanhais e outras madeiras nobres. Assim, o primeiro impacto para a formação de uma fazenda, é a derrubada da mata, para que esta seja substituída por áreas de pastagens.

Nestas fazendas, é possível identificar algumas casas dos empregados, que são principalmente vaqueiros, que tomam conta do gado do fazendeiro. Essas fazendas utilizam de pastagem natural e pastos plantados.



Figura 6.4.7-9 - Entrada de Fazenda as margens da PA-254, município de Óbidos-PA



Figura 6.4.7-10 - Fazenda Santa Rosa no Rio Paru, município de Almeirim-PA

É importante ressaltar que a relação estabelecida entre vaqueiros e fazendeiros não é puramente econômica. Há entre eles um laço de dependência e confiança que colocam em evidência todos os elementos da patronagem. Um vaqueiro pode ser o empregado de um mesmo fazendeiro por anos a fio.

A presença desse ator é mais constante nas margens da PA-254, nas proximidades da BR-156 entre Macapá e Mazagão, entre a Resex do Cajari e o município de Laranjal do Jari, assim como, algumas fazendas na região dos rios localizadas entre os municípios de Prainha e Almeirim.



Figura 6.4.7-11 - Fazendas próximas a RESEX do Cajari, na cidade de Laranjal do Jari



Figura 6.4.7-12 - Curral de fazenda no Rio Jutuaí, município de Almeirim

No caso da PA-254 onde a presença é maior, foi possível identificar que estes fazendeiros são basicamente formados por dois grupos, o primeiro, formado por famílias tradicionais que se consolidaram através dos ciclos econômicos que marcaram o baixo Amazonas e por imigrantes.

Na visão de Oliveira (2002) essas famílias foram se adaptando com o passar do tempo com cada nova situação econômica da região, para a autora essas famílias que eram responsáveis pelo aviação na exploração da junta, no domínio da cadeia do pescado, e no período da corrida da pecuária seriam essas famílias influentes que teriam sido responsáveis pelo processo de desmate da floresta ao longo da PA para transformá-la em pasto.

Assim sendo, este grupo é formado por famílias influentes dos municípios de entorno da PA-254. Sobre essa questão Oliveira (2002), aponta que:

“(...) não é difícil perceber que famílias que dominaram no passado atividades econômicas importantes (como extrativismo, criação de gado e/ou juta) e que também detiveram o característico sistema de aviação, sempre presente na economia regional e atualmente observado na pesca são praticamente as mesmas que prevalecem hoje na exploração pecuária e/ou pesqueira. Além disso, essas famílias também figuram entre os principais comerciantes locais e normalmente fazem parte do quadro político municipal”. (idem, 2002:38-39)

Outro técnico entrevistado na EMATER do município de Óbidos, também apontou essa característica dizendo que essas famílias teriam sido as primeiras a desmatar a floresta na chamada corrida da pecuária na década de 1980. Segundo o técnico essa postura teria contribuído para a expulsão das famílias que moravam as margens da PA-254, neste caso essas famílias teriam migrado para a periferia das cidades da região.



Figura 6.4.7-13 - Fazenda na PA-254. (placa indicando investimento do Banco da Amazônia)



Figura 6.4.7-14 - Fazenda na PA-254 município de Óbidos

O segundo grupo é formado por migrantes vindo, principalmente, de Estados como Mato Grosso, Goiás e de estados da região Sul do País. Esse grupo estaria ocupando essas áreas mais recentemente, sobretudo, após a instalação do porto graneleiro da Cargil em Santarém no início deste século.

Segundo um técnico da prefeitura de Oriximiná, num primeiro momento esses fazendeiros vieram atraído pelo preço baixo das terras e pela possibilidade de plantar soja. Mas por causa das dificuldades de logística rapidamente voltaram para a pecuária de corte.

6.4.7.1.5 - Assentamentos Rurais e Assentamentos Agroextrativistas

Os projetos de assentamento para a reforma agrária fizeram parte da política de povoamento da região Amazônica. Os assentados são de responsabilidade do INCRA. Nesse sentido, são descritos aqui, restritamente, os grupos assentados em projetos de assentamento para a reforma agrária pelo governo federal.

Os assentamentos rurais, assentamentos agroextrativistas ou até mesmo assentamentos de desenvolvimento sustentável, são espaços destinados ao assentamento de famílias beneficiadas pelo Programa de Reforma Agrária, coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nos municípios que vão compor a All foram identificados 14 assentamentos no Estado do Amapá e 66 no Estado do Pará. No caso do Estado do Pará, esses assentamentos foram formados a partir da metade da atual década. Na seção conflitos esse tema será mais explicado.

Sobre a criação dos assentamentos no país, autores como Leite (1994) definem que para o Estado, a característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas propriedades rurais em terras que, na maioria das vezes, se encontravam totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção agrícola.



Figura 6.4.7-15 - PAE do Maracá, município de Mazagão-AP



Figura 6.4.7-16 - Assentamento Nazaré Mineiro em Laranjal do Jari-AP

Outra característica importante de compreender estes espaços destinados pela reforma agrária é que esse seria uma possibilidade de famílias de produtores rurais sem terra ter acesso a recursos como terra e créditos. Nesse sentido, Carvalho (1999) aponta que, a criação de um projeto de assentamento é constituída não só por um ato administrativo do governo, mas, sobretudo, pela luta dos movimentos sociais. Além disso, de acordo com o mesmo autor, o assentamento rural

não é apenas uma área de terra com finalidade de produção agropecuária e/ou extrativista, mas também um agregado heterogêneo de grupos sociais constituído por famílias de trabalhadores rurais que antes não tinham terras e dessa forma se apossam formalmente das mesmas. Passam, então, a se encontrarem "face a face" nesse espaço físico, social, político, ambiental e econômico onde irão reproduzir seus meios de vida e de trabalho.

Já Leite et all (2004), trazem a importância dos assentamentos para a geração de renda e emprego agrícola e não agrícola além de um fator dinamizador no comércio local dos municípios onde estão inseridos, tais assentamentos. Assim, os assentamentos trazem conseqüências não somente para as vidas dos assentados, mas para a região onde estão inseridos.

Durante os levantamentos de campo, observou-se uma grande concentração de assentados rurais, principalmente nos municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Santana. Ao longo dos 700 Km do traçado, a LT atravessa 09 áreas de assentamentos rurais.

Quadro 6.4.7-2 - Assentamentos Rurais ao logo do corredor de 10 Km

Município	Assentamento
Óbidos	Repartimento
Óbidos	Cruzeirão
Óbidos	Cipoal
Alenquer	Camburão
Monte Alegre	Cristo Rei
Laranjal do Jari	Nazaré Mineiro
Mazagão	PAE Maracá
Mazagão	Pancada do Camaipi
Santana	Matão do Piaçacá

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

O principal Projeto de assentamentos que é atravessado pela LT é o Projeto Agroextrativista do Maracá (PAE). Destaca-se que esse assentamento é o maior projeto de assentamento, em termo de extensão de área, identificados ao longo do traçado, com 569.208,54ha e com cerca de 1.000 famílias assentadas. O Projeto Agroextrativista do Maracá (PAE) foi criado na década de 1990.

O projeto visa à manutenção e garantia que a floresta seja explorada de forma sustentável. Os moradores deste assentamento estariam distribuídos em três grandes rios que são:

"(...) a margem direita do rio Preto, o rio Maracá a margem esquerda do rio Ajuruxi, além de parte da margem esquerda do rio Amazonas, margens de igarapés tributários desses rios e margens da BR-156." (Filocreão, 2007:319)

Segundo Filocreão (2007) o Projeto do Maracá foi criado em 1997, numa área de quase 600.000 (seiscentos mil) hectares no município de Mazagão com capacidade assentar quase 1000 famílias. Sobre a concessão de uso da Associação dos Trabalhadores dos Projetos de Assentamentos Extrativistas I, II, III do Vale do Rio Maracá (ATEXMA).

De modo geral, os assentados são famílias da região. Segundo uma agente de saúde entrevistada existiria também, a presença de famílias que vieram de outros estados e posteriormente se tornaram assentados no assentamento. A renda é obtida principalmente, das atividades extrativistas, através da coleta de castanha do Pará e do açaí.



Figura 6.4.7-17 - Crianças e adolescentes jogando bola no PAE do Maracá.



Figura 6.4.7-18 - PAE do Maracá núcleo principal as margens da BR-156.

Outro assentamento que merece destaque é o assentamento Maria Nazaré Mineiro nas proximidades da área urbana de Laranjal do Jari. O assentamento diferentemente do PAE do Maracá, criado por migrantes e desempregados do Projeto Jari, que na década de 1990 ao perderem seus empregos, não quiseram retorna para seus locais de origem.

O assentamento foi formado inicialmente, ha 10 anos atrás, a partir da fixação de residência dos trabalhadores desempregados da Jarí Celulose, migrantes do Maranhão, Piauí e Ceará. A área total do assentamento é de 680 hectares com lotes de 02 hectares cada. O assentamento foi em homenagem da líder assassinada no processo de ocupação das terras.



Figura 6.4.7-19 - Assentamento Maria Nazaré Mineiro. Laranjal do Jari



Figura 6.4.7-20 - Ruas do assentamento Maria Nazaré Mineiro. Laranjal do Jari.

Segundo um membro da associação de moradores durante o período da pesquisa em novembro de 2008 havia cerca 160 famílias assentadas. Cada família possui um lote de dois hectares para cultivo, totalizando 680 ha.

Em relação a créditos os assentados receberam o crédito instalação, habitação e o PRONAF, destinado a produção de pimenta. Entretanto, a cultura escolhida para a utilização do crédito do PRONAF, não teria dado certo, por causa da falta de habilidade em lidar com o cultivo e pela falta de água para realizar a irrigação. Sobre a escolha da cultura um assentado informou que teria sido indicação dos técnicos responsáveis pela implantação e acompanhamento do assentamento. Atualmente, a produção agrícola do assentamento é mandioca para extração da farinha e tucupi, criação de tambaqui, hortaliças, em pequenas proporções destinadas a subsistência familiar. No entanto, devido a proximidade com a área urbana de Laranjal do Jari, a renda de grande parte das famílias provêm da prestação de serviços e comércio.

É importante ressaltar que esse grupo se assemelha em muito as outras categorias já descrita, sobretudo no que tange a relação de trabalho familiar, a religiosidade, as culturas cultivadas e até mesmo as dificuldades encontradas. No entanto, o que basicamente os difere dos demais povos tradicionais encontrados ao longo do traçado é a distribuição territorial e delimitação de uso da terra, bem como, a identidade política que eles vão ocupar, por serem considerados tutelados e reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Esse grupo teria mais condições de acessar a recursos principalmente créditos.

6.4.7.1.6 - Projetos Integrados de Colonização - PICs

Esse tipo de ator social, basicamente só é encontrado nas proximidades da PA-254, no município de Monte Alegre localizado as margens esquerda do Rio Amazonas. Essa área do município é tida por autores (Oliveira, 2002) e técnicos entrevistados como exceção de ocupação. Esse modelo de ocupação local fez parte do processo de ocupação dirigida para Amazônia promovida pelo governo federal durante as décadas de 1970 e 1980.

A rigor as décadas de 1970 e 1980 podem ser consideradas marco de ocupação do espaço amazônico, uma vez que as políticas do governo federal passam a considerar este espaço como uma nova fronteira agrícola, dinâmica e produtiva. Além disso, essa política visava suprir os debates sobre “segurança nacional”, baseados na idéia de que a região Amazônica se caracterizaria por um “vazio demográfico” ameaçador ao controle estatal de suas fronteiras, e, por outro, as tentativas de se criar uma “válvula de escape” que pudesse arrefecer as tensões sociais promovidas pela mecanização agrícola e pela preservação dos latifúndios em regiões tais como o sul, o sudeste e o nordeste, responsáveis, entre outras coisas, por acirrar a violência no campo e estimular o êxodo rural para as grandes cidades do país (Velho, 1976, entre outros).

Para levar à cabo tais empreendimentos, o governo brasileiro dá início, em 1970, ao Programa de Integração Nacional (PIN). A propaganda e os estímulos oferecidos pelo programa atraíram milhares de colonos provenientes das mais diversas regiões do país (principalmente do Nordeste, Sul e Sudeste).

O primeiro passo do Programa de Integração Nacional foi a criação, em 1970, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que deveria, junto com outros órgãos públicos, ser responsável por discriminar e regularizar o mercado de terras, incentivar a colonização pública e privada, financiar e subsidiar grandes projetos agro-pecuários, minerais e madeireiros e criar uma indispensável infra-estrutura de estradas, comunicações e energia.

O PIN estruturou os processos de colonização da Amazônia a partir de três eixos centrais - conhecidos como “corredores do desenvolvimento” -, cada um dos quais seguindo uma linha de ocupação na região amazônica: a Transamazônica, a Belém-Brasília e a Cuiabá-Porto Velho (Velho, 1976; Kohlhepp, 2002, entre outros).

Para isso, a ocupação planejada da Amazônia foi, primeiramente, organizada em dois tipos de Projetos de Assentamento: os PIC's (Projetos Integrados de Colonização) e os PAD's (Projetos de Assentamento Dirigido). Os primeiros deveriam distribuir diversos lotes de 100 ha destinados à

agricultura familiar integrada ao mercado - 100 ha era o tamanho padrão considerado pelos técnicos do INCRA como ideal para a agricultura familiar -, enquanto os segundos reservariam terras de 250, 500 e 1000 ha à monocultura, tais como a do cacau ou a pecuária.

Na área do empreendimento o foco dessa política foi o município paraense de Monte Alegre. Onde cada família que se estabeleceu no local, recebeu lotes padrão de 100 hectares nas proximidades da PA-254. Esses lotes estavam divididos por vicinais ou mais conhecidos localmente por setores, que cortam perpendicularmente a PA, formando uma espécie de espinha de peixe, tendo a rodovia como o principal eixo de ligação entre os setores.



Figura 6.4.7-21 - Propriedade localizada no PIC de Monte Alegre-PA



Figura 6.4.7-22 - Cruzamento de setor com a PA-254. Município de Monte Alegre-PA.

Como forma de organização os setores foram divididos entre pares (lado esquerdo da rodovia) e ímpares (lado direito da rodovia). Na fase da pesquisa em setembro de 2008, foram identificadas segundo dados do Escritório local da EMATER-PA, cerca de 15 setores com cerca de 700 famílias. Sobre a configuração destes setores Oliveira (2002) chama atenção que a disposição do PIC de Monte Alegre.

“(...) obedeceu a um modelo de setores, perpendiculares à estrada principal, e núcleos populacionais a cada 2 km ao longo da estrada. Mais tarde esse modelo serviu de referência para o projeto de Colonização implementado na Transamazônica, substituindo setores por travessões e implementando as agrovilas” (idem, 2002:49).

Do entroncamento com a PA-254 ao final de cada setor, existe uma variação de quilômetros que podem ir de 22 km a 38 km, por causa dessa variação o número de famílias por setores também é variado, conforme mapa elaborado por um técnico do escritório da EMATER-PA de Monte Alegre, apresentado logo abaixo.

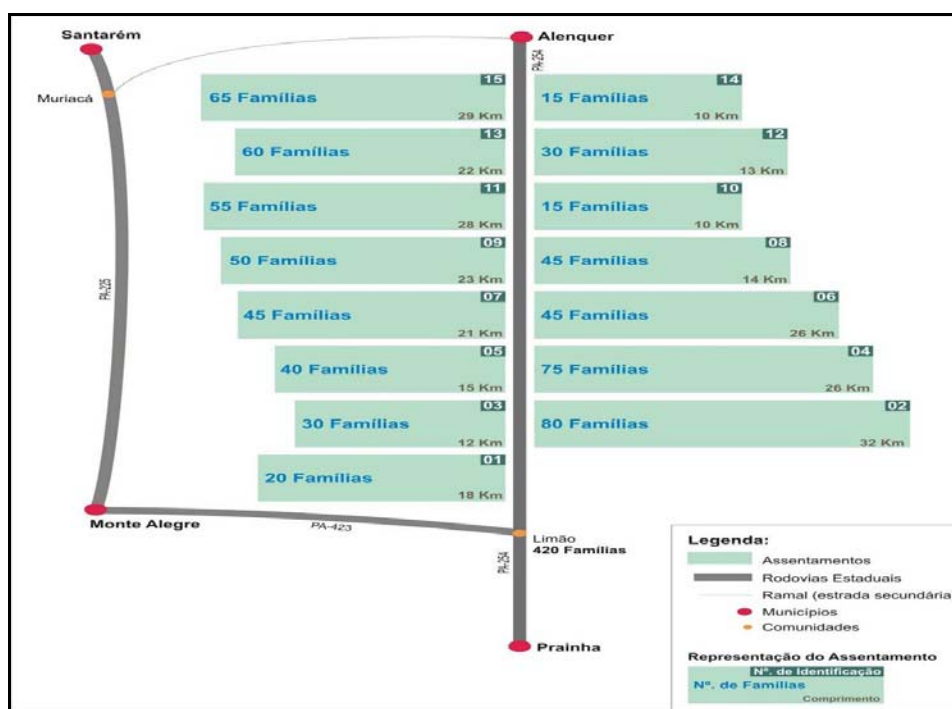


Figura 6.4.7-23 - Área dos Setores no PIC em Monte Alegre (esboçado na técnica de mapeamento com técnicos da EMATER-PA, em Monte Alegre).

Sobre a formação deste PIC na região de Monte Alegre, Oliveira (2002), aponta que a ocupação dessa área onde estava sendo aberta a PA-254, estava relacionada com a entrada em áreas de terra firme e mais distantes da sede do município, não só por esses agricultores beneficiados pelo PIC, mas também, por pecuarista vindo de fora que vieram para região estimulados por incentivos fiscais. Seu auge foi o início da década de 1980.

Essas famílias que ocuparam a área num primeiro momento eram, sobretudo, formadas por migrantes dos Estados da região Nordeste. Segundo os ditames do projeto, o INCRA seria o órgão responsável por facilitar o acesso a terra, pela organização territorial, pela implantação de serviços de apoio, pela construção de escolas, postos de saúde e estradas vicinais, armazéns para produção, além da administração e controle do projeto como um todo.

Atualmente, segundo um técnico do escritório da EMATER do Pará, a configuração original dos lotes em alguns setores foi alterada, isso porque alguns colonos venderam os seus lotes, o que causou a despadronização inicial dos lotes.

Para Oliveira (2002), essa despadronização está relacionada, principalmente, com a expansão das fazendas de criação de gado na PA-254 e conseqüentemente nas áreas no entorno da PA, o que contribuiu para as famílias fossem deslocadas para o fundo dos setores.



Figura 6.4.7-24 - Caixas de hortifrutigranjeiros localizadas as margens da PA-254



Figura 6.4.7-25 Casa de farinha utilizada pelos colonos para fabricação de farinha de mandioca.

Sobre as principais culturas encontradas foi possível identificar a Mandioca destinada à fabricação de farinha, olericulturas e a pecuária de corte extensiva, sobre o número de cabeça de gado que cada família possui esse número é bastante variado, podendo ir de 30 a 200 cabeças de gado.

O destino dessa produção dos colonos são os mercados locais, os municípios de Santarém e Manaus no estado do Amazônia. É importante, ressaltar que esses colonos em sua maioria, podem ser classificados também, como agricultores familiares, pois, quase toda mão-de-obra empregada na produção é oriunda da família.

6.4.7.1.7 - Projeto Jari

Na área Direta do Empreendimento o Projeto Jari é o principal investimento dentro de um modelo do agronegócio, que explora produtos como a celulose, a pecuária de corte e a extração

de madeira. O Projeto ocupa uma área entre o município de Almeirim até a divisa com o município de Laranjal do Jari no Estado do Amapá.

O Projeto Jari iniciou no final da década de 1960, mais especificamente no ano de 1967, esse período a região Amazônica recebe diversos incentivos (empréstimos subsidiados, isenções fiscais e etc.) governamental, seu idealizador foi o norte americano Daniel Ludwig, que adquiriu as terras de um grupo de portugueses que exploravam, principalmente, a castanha do Pará. A intenção de Ludwig era implantar um grande projeto de produção agrosilvipastoril. Assim, empresário fundou a Jari Florestal e Agropecuária que ficou conhecido com projeto Jari.

Segundo Lins (2001), fisicamente Ludwig recebeu uma área de 1.632.121 hectares sendo 1.174.391 ha no Estado do Pará, município de Almeirim e o restante no Território Federal do Amapá no município de Mazagão. Atualmente, existem ações impetradas pelo governo do Pará, contestando esses valores e segundo um técnico do Instituto de Terras do Pará, o governo só reconheceria aproximadamente 1/3 dessas terras que o Projeto diz ser dono.

Na sua fase Ludwig explorou os seguintes projetos: projeto florestal para exploração de celulose, pecuária, agricultura de arroz de várzea e outras culturas como banana, dendê, jazidas de caulim e uma área industrial. Ademais, outros projetos de infra-estrutura, foram implementados como: construção do distrito de Monte Dourado, estradas, portos e trapiches, campo de aviação e rede elétrica.

Segundo Lins (2001), esses investimento realizados por Ludwig promoveu grandes transformações socioeconômica na região e nos municípios vizinhos ao projeto, estendendo essa influência até Macapá e Belém. Nesse sentido, o atual município de Laranjal do Jari, na época pertencente ao território de Mazagão, experimenta essas transformações sendo elevado a categoria de município em dezembro de 1987. No entanto, o projeto também contribui para o acirramento no conflito de terras na região. Neste caso, de um lado moradores agroextrativistas e de outro próprio projeto.



Figura 6.4.7-26 - Área da Jari Celulose



Figura 6.4.7-27 - Rio Jari, local de travessia entre o estado do Amapá e Pará.

Segundo os moradores mais antigos do lugar: Laranjal do Jari era mais conhecido como "Beiradão", pois as primeiras casas do lugar foram construídas em palafitas as margens do rio Jari. E ainda até os dias de hoje o principal ponto de comércio e transações são as margens do rio, ou seja, no "Beiradão". Outro município que leva um nome semelhante é Vitória do Jari que é conhecido por "Beiradinho", por ser menor que Laranjal o termo ficou no diminutivo.

Segundo Lins (2001), no início da década de 1980 foram os mais difíceis para Ludwig foram: o desestímulo com projeto, problemas referentes à própria empresa, a dificuldade em oficializar a posse definitiva das terras, o incêndio do prédio da empresa, o naufrágio do barco Novo Amapá no início do ano de 1981, que matou mais de quatrocentas pessoas em sua maioria funcionários da Jari. Esse naufrágio até então é considerado o maior da história da Amazônia.

Por causa desses eventos todos Ludwig no final do ano de 1981, resolveu não mais investir no projeto Jari e o Governo Federal para evitar a estatização da empresa convocou um consorcio de 23 empresários brasileiros, liderados pelo Grupo CAEMI. Assim, com financiamentos do Banco do Brasil e do BNDES, o consorcio continuo com os trabalhos na região. Em outubro de 2008 o Grupo Orsa que estaria à frente das operações do Projeto Jari.

6.4.7.1.8 - Expansão Urbana / Loteamentos

Nos últimos 60 anos a população urbana no Brasil, passou de acordo, com o IBGE de 31% em 1940, para 81%, conforme aponta o censo de 2000. O processo de urbanização brasileiro tem origens diversas que irão variar de acordo com a região do país e no caso da região Norte, políticas de desenvolvimento regional em sua maioria capitaneada pelos governos federal e estadual,

acabaram concentrando investimentos e aumento de população de forma isolada, não integrando a região e suas capitais.

A expansão urbana geralmente é uma área de periferia de alguma cidade que se encontra em fase de crescimento. Normalmente o padrão habitacional é constituído por casas populares, em locais sem infra-estrutura básica (saneamento, água encanada, escola e etc.).



Figura 6.4.7-28 - Loteamento Sarney, no município de Laranjal do Jari-AP



Figura 6.4.7-29 - Loteamento Castanheira, no município de Laranjal do Jari-AP

No traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná, os adensamentos urbanos são encontrados apenas na periferia urbana do município de Macapá e na área de periferia e expansão urbana de Laranjal do Jari.

Em Macapá, encontra-se o Loteamento Amazonas maior adensamento urbano identificado no município de Macapá e destaca-se os Loteamento Sarney, Cajari 1 e 2 e Castenheira que integram a expansão urbana de Laranjal do Jari, sendo altamente adensados.

No município de Laranjal do Jarí foi possível identificar a presença de alguns bairros recentes, que estão crescendo entre a região da BR-156 e a sede do município. Estes bairros são formados principalmente por famílias de migrantes, que vieram para região em busca de empregos nas empreiteiras do Projeto Jari e da empresa CADAM oriundos de estados do nordeste brasileiro.



Figura 6.4.7-30 - Via principal do Loteamento Amazonas, periferia urbana de Macapá.

6.4.7.2 - Caracterização dos Usos: Sistema de Produção Rural na AID

O sistema de produção está relacionado, sobretudo, ao sistema de cultura de subsistência e nas atividades extrativistas e em menor instancia para as atividades de agronegócio, destinados a pecuária extensiva e a exploração de madeira.

A agricultura de subsistência e as atividades extrativas são praticadas pelos ribeirinhos, quilombolas, posseiros, pequenos agricultores e agro-extrativistas. Nessa modalidade seus moradores plantam geralmente em áreas que podem variar de meio a um hectare, essas áreas são constantemente revezadas. Isso ocorre por causa da forma de manejo utilizada por esses grupos. Assim sendo, uma área que hoje é uma roça de toco ou itinerante amanhã já poderá estar regenerada e ser uma mata fechada. As atividades extrativistas são centradas na coleta de frutos, raízes, óleos, resinas, sementes da mata e para pesca artesanal.

O outro grupo formado por fazendeiros pecuaristas e empresas de exploração de papel e celulose. Neste caso esses atores visam uma exploração capitalista, utilizado grandes extensões de terra.

No primeiro caso esses grupos grupo classificados como populações tradicionais vivem dentro de um sistema integrado e dentro de uma lógica própria de transmissão de saber, conhecimento e aprendizagem. Para eles fenômenos climáticos têm uma importância fundamental nos seus sistemas de crenças e de relação com o mundo. Neste caso, o fenômeno da natureza que mantém uma íntima relação com os modos de vida destes grupos são as fases da lua, as estações

do ano Inverno (chuva) e verão (seca), que definem a relação com o espaço e qual cultura cultivar.

Outra questão importante a destacar na região em relação ao sistema de produção é a complexidade que a agricultura assume na região Amazônica. Essa complexidade esta relacionada segundo Murrieta et al (2008), as nuances socioculturais, ecológicas e geográficas que o processo de produção agrícola pode assumir na região. Por causa dessa complexidade optou-se por apresentar os principais sistemas de produção encontrados ao longo do traçado.

6.4.7.2.1 - A Agricultura de Subsistência

A agricultura praticada na região é aquela relacionada principalmente com as chamadas culturas de subsistência sendo as principais: milho, feijão, mandioca, banana, cana-de-açúcar e abacaxi. Esses alimentos são basicamente plantados para garantirem a alimentação direta e imediata da família, por isso as áreas que se ocupam com esse plantio geralmente são pequenas (no máximo dois hectares). Esse tipo de agricultura também é conhecido como roça de toco, ou seja, as culturas são plantadas em áreas recém desmatadas, que se plantam entre os tocos, com o passar dos anos a área é abandonada e se escolhe outro local para plantar.

É importante ressaltar que na roça de toco, o grande impacto da ação antrópica se dá pela abertura da área de plantio e pela aplicação do fogo controlado. Como não há tratores e implementos agrícolas, o solo não é revolvido a todo instante. Assim os moradores praticam o cultivo mínimo, mesmo sem conhecê-lo por este nome.

Assim, portanto, a roça é o resultado final de um processo amplo que se inicia com a derrubada do “mato” (natureza plena) com o machado e com a queima controlada desta área derrubada com a proximidade da época das chuvas. O fogo age como a técnica necessária para sistematizar a área de plantio e, com as cinzas decorrentes da queimada controlada, adubá-la com os recursos disponíveis. Por fim esse processo termina com o plantio das culturas.

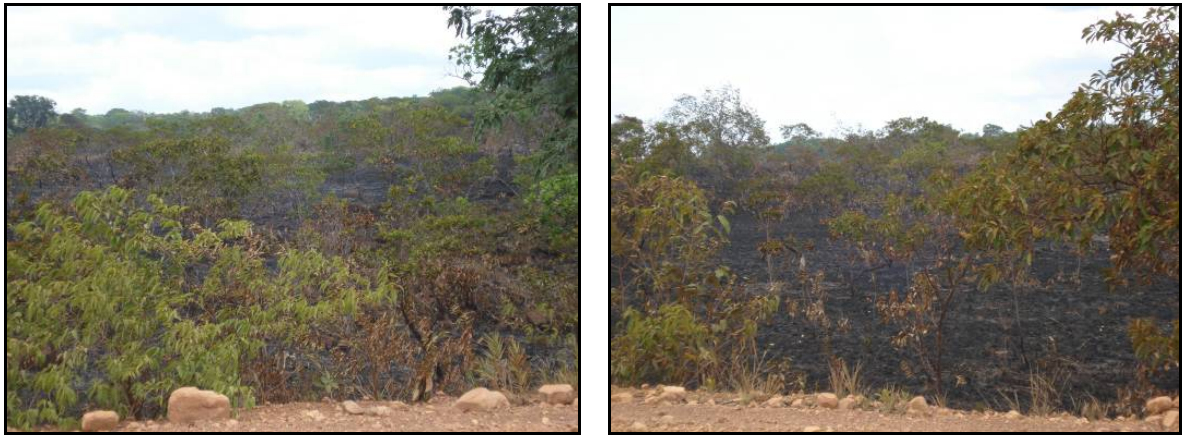


Figura 6.4.7-31 - Área preparada para o plantio das roças de toco na região da BR-156

Outra característica desse tipo de agricultura é o baixo nível tecnológico empregado. Normalmente logo após a derrubada das árvores, os agricultores já plantam entre os tocos, e com isso a utilização de insumos químicos ou até mesmo maquinário é inexistente.

As únicas ferramentas que são utilizadas são manuais como enxadas, cutelos ou facões para manter a roça limpa durante a utilização daquele espaço. Com o passar do tempo a área que esta sendo utilizada é abandonada para que a mata se recupere, e outra área é escolhida, permitindo assim, que estas áreas se regenerem rapidamente. Essa estratégia adotada por esse tipo de sistema de produção permite a ocupação do espaço de forma barata, com menor esforço possível, além de superar a baixa fertilidade natural do solo por pelo menos dois ciclos produtivos, ou seja, duas safras.

De acordo, com as famílias entrevistadas, o tamanho da roça vai variar de acordo com o número de membros na família -mão-de-obra disponível para as atividades- ou as condições financeiras do grupo familiar para manter a roça. Mas geralmente o mais usual são de duas a quatro tarefas, o que corresponde cerca de um hectare (equivalente a 10.000 m²).



Figura 6.4.7-32 - Roça de toco com a cultura de mandioca na RESEX do Cajari



Figura 6.4.7-33 - Roça de toco no ramal da Estação em Laranjal de Jari

A roça também pode ser observada como lugar de trabalho dos membros da família e de onde se tira o sustento. Para Heredia (1979), a roça também é o local onde o pai ensina ao filho as técnicas agrícolas, necessárias para o trato com a roça. Portanto, um local de aprendizado. Na região é muito comum encontrar crianças ou adolescentes ajudando os pais nas atividades realizadas na roça.

Assim, a roça além de ser um local de trabalho é um local da reprodução de saber em que os pais repassam para os filhos os conhecimentos necessários para lidar com a terra.

Outro elemento importante com a agricultura é o calendário agrícola, que por sua vez está associado a dois grandes períodos. O primeiro é marcado pela atividade da castanha que inicia-se no final do ano. Nessa época os extrativistas vão limpar a área onde são realizados os trabalhos com a castanheira. A coleta da castanha acontece no primeiro semestre e é quando estão contidos os meses de maior intensidade de trabalho. No final da coleta é realizada a comercialização do fruto que pode também acontecer também durante o período da coleta.

Os segundo período ocorre no segundo semestre após a coleta da castanha. Nessa época as atividades estão voltadas para agricultura, que iniciam-se em agosto, com a brocagem, a derrubada das árvores, coivarar e preparar o terreno para receber o plantio que acontece no início do ano. Nessa época os produtores plantam (milho, feijão, arroz, mandioca e frutas).

Nos meses de abril, maio e junho os moradores estão envolvidos com os trabalhos de capina e outros tratos culturais das lavouras plantadas no início do ano. No meio do ano acontece a

colheita dos produtos (milho, feijão e arroz). Já a mandioca e as frutas a colheita é realizada durante o ano todo.

A pesca e a caça (catitu, porco do mato, veado, tatu e outros) são praticadas o ano todo. No caso da pesca a variedade do pescado varia de acordo com a época do ano e com as estações inverno (chuvas) e verão (seca).

Sobre o gado e búfalo essa é uma atividade que mantém as famílias ocupadas praticamente o ano todo. Entretanto, no período de chuvas nas regiões de terras mais baixas, o gado exige um manejo e esforço de trabalho maior, pois é a época que precisa deslocar o gado para terra firme. Outra época que exige mais esforço é o período de vacinação (aftosa, brucelose e outras) e o período de marcação do gado. Para melhor visualizar as atividades agrícolas na região será apresentado logo abaixo o Quadro 6.4.7-3 com a síntese dos períodos e das atividades praticadas na região.

Quadro 6.4.7-3 - Calendário referente às principais atividades agrícolas encontradas na AID

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Tratos culturais da castanha												
Preparar rancho e equipamentos nos castanhais												
Colheita, quebra dos ouriços e transporte da castanha												
Comercialização da castanha												
Manutenção e tratos culturais das lavouras de subsistência												
Plantio das lavouras de subsistência												
Colheita das lavouras*												
Coleta de açaí												
Extração de Palmito												
Caça e pesca												
Manejo com o gado ou búfalo												

Fonte: Pesquisa de campo 2008, elaborado juntamente com as famílias moradoras as margens da BR-156 e próximo a PA-254.

*A mandioca e as frutas são colhidas o ano todo e esta presente em todos os sistemas de produção.

6.4.7.2.2 - Sistema: Várzea - Terra Firme

Este sistema de produção também conhecida como agricultura itinerante ou de mobilidade, é praticado pelos moradores e fazendeiros que moram perto dos rios ou igarapés. Essa agricultura ora é desenvolvida na várzea (período de estiagem) ora é desenvolvida na terra firme (período de chuvas), longe das águas e enchentes, faz parte de um complexo sistema de produção da região

Amazônica. Assim sendo, essa agricultura foi encontrada nas comunidades ribeirinhas e nas fazendas entre os municípios de Prainha e Almeirim no Estado do Pará. As áreas que essas famílias que utilizam essa forma de plantio se assemelham as roças de tocos citadas anteriormente.



Figura 6.4.7-34 - Áreas de várzea na região do rio Paru, no município de Almeirim-PA.



Figura 6.4.7-35 - Área de pasto de terra firme, município de Prainha-PA.

A agricultura praticada nesse modelo envolve uma série de conhecimentos e significados tanto do âmbito material quanto imaterial, fases da lua, estações do ano e configuração de terreno são acionados para definir o momento certo de acionar qual o ambiente a se plantar. Esses conhecimentos necessários para a manutenção deste sistema é passado de geração para geração. Meggers (1987) procura descrever esse tipo de sistema de produção e aponta que essas comunidades ao longo do tempo foram aprimorando toda a gama de conhecimento necessário para produzir em dois ambientes tão distintos. A autora cita, que na várzea, por exemplo, o ciclo anual é determinado pela enchente das áreas de vazante do rio e não pela distribuição das chuvas no local.

Esse modelo praticado por essas populações teria sido herdado da cultura indígena. No grupo encontrado na área direta da LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná, foi possível observar que na várzea pescam, criam o gado e plantam roçados de ciclo rápidos com no máximo 120 dias como o milho e melancia. Na várzea a vegetação geralmente é mais resistente as inundações como as palmeiras, capins flutuantes e vitória régia.

Além disso, Meggers (1987) descreve que as terras nesse ambiente os solos são mais ricos, ou seja, por causa do rejuvenescimento que ocorrem nos solos consequência das enchentes que trazem nutrientes vindos dos Andes anualmente.

Já na terra firme são formados os roçados, de longa duração tendo a mandioca como o principal produto. No entanto, estes roçados têm duração de cerca de três anos, pois a partir desse período ocorre à diminuição da produtividade, desta forma outra área é procurada para formar novos roçados. É importante ressaltar que a mandioca pode ser produzida na várzea, entretanto, precisa ser plantada uma variedade de mandioca de ciclo mais rápido entorno de oito meses, a área de várzea tem que ser mais altas. Porque a mandioca é muito sensível a cheia e a inundações.



Figura 6.4.7-36 - Área de várzea ocupada com gado nelore.



Figura 6.4.7-37 - Búfalo pastando em áreas de várzea próximo a fazenda Santa Rosa, rio Paru.

Na terra firme, durante o período da chegada das chuvas ou inverno, seus moradores deslocam o gado para esse ambiente. Já no período da estiagem, o gado passa ficar na várzea pastando nas pastagens naturais que se formam nesse espaço. No caso da pecuária os fazendeiros, também, praticam esse manejo, de ir e vim com o gado, ou seja, ora na várzea, ora na terra firme.

Normalmente, essas áreas de terra firme são terras comunais, que os moradores utilizam para colocar o gado. Essa dinâmica foi observada principalmente nas comunidades que moram na região do rio Chicaia, rio Paru e Amazonas. Outra informação importante sobre a terra firme se refere à fertilidade do solo que nesse ambiente são mais pobres. Por isso, o desmatamento nessas regiões contribui para a queda de fertilidade do solo, pois o solo exposto sem a mata sofre com a chuva favorecendo o aumento de erosão e a perda de nutrientes.

Quadro 6.4.7-4 - Principais atividades agroextrativistas desenvolvidas no sistema de várzea e terra firme

Atividades	Terra Firme					Várzea						
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Deslocamento do Gado												
Deslocamento das Famílias*												
Mandioca												
Cultura de Ciclo Rápido (até 120 dias)												
Caça												
Pesca												
Atividades Extrativistas												

* Deslocamentos apenas das famílias cujas áreas de colocação encontram-se muito distantes das áreas várzeas, locais de moradia.

 Período de chuvas

Nesse movimento, explicita-se a interferência provocada pelo ciclo natural da várzea sobre a organização da produção, sobre tudo da população ribeirinha. Ab'Saber observa que os ribeirinhos possuem um vasto conhecimento das várzeas, dos rios e floresta, coletando alimentos, fibras, tinturas, resinas, ervas medicinais, bem como materiais de construção.

6.4.7.2.3 - Exploração Extrativista

Os primeiros a desenvolverem atividades econômicas logo no início da colonização, catequizando índios e colhendo as especiarias (drogas do sertão) para a coroa portuguesa foram os missionários e sertanistas. Essas atividades econômicas iniciadas pelos colonizadores podem ser consideradas os primeiros passos na exploração extrativista na região. É importante ressaltar que os índios da região já praticavam o extrativismo, porém não em escala econômica como foi implantada pelos colonizadores.

Seguindo essa linha de raciocínio Sousa (2006) afirma que, o extrativismo pode ser encarado como uma das formas da relação homem/natureza com os ecossistemas existentes na Amazônia. Essa relação já estava presente na região antes da chegada dos colonizadores europeus. Nesse período, os índios já viviam da coleta dos produtos da floresta, que serviam para a reprodução biológica. No entanto, com a presença dos colonizadores a floresta passou a ser vista como possibilidade de geração de riquezas, através da extração de alguns produtos que eram exportados para Europa.

“As técnicas de produção agrícola dos colonizadores europeus, ao se juntarem às práticas agrícolas indígenas, geraram sistemas de produção agroextrativistas bastante eficientes, sob o ponto de vista da manutenção de um modo de vida autárquico na Amazônia.” (idem, 2006:6)

Desta forma para Castelo (1999), o extrativismo na Amazônia pode ser expresso em uma atividade econômica que explora diferentes produtos como borracha³, castanha-do-Brasil, açaí, palmito entre outros. Com objetivo de garantir a existência da floresta e a sobrevivência dos povos que nela habitam e por pressões de movimentos ambientalistas. Os governos, tanto Federal, quanto estaduais têm criado as reservas extrativistas.

Nesse sentido, alguns autores (Castelo, 1999; Vilhena, 2004; Sousa, 2006) que têm pesquisado a região Amazônica apontam o extrativismo como uma alternativa viável para os povos da região. Nesse contexto surgiriam as Reservas Extrativistas (RESEX), que do ponto de vista ecológico representam um avanço na forma de uso da terra na Amazônia, uma vez que procura garantir e preservar os recursos florestais, possibilitando a exploração econômica de maneira viável, das famílias residentes na área da RESEX. Além disso, a criação das Reservas pode contribuir para a fixação dessas famílias no campo.

Segundo Vilhena (2004), a Reserva Extrativista pode ser definida como áreas de exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis pelas populações tradicionais. Assim, as reservas seriam uma alternativa dentro da evolução histórica do extrativismo representado caminhos para o equilíbrio entre desenvolvimento, conservação do meio ambiente, auto-gestão das áreas pelas comunidades, aperfeiçoamento do saber popular, entre outros. Ademais, fariam parte de uma política ambiental implementada nos últimos anos.

³ No início em escala comercial a borracha transformou-se na principal droga do Sertão. E a principal atividade econômica da região no século XIX. Castelo (1999) citando Martinello (1988), afirma que: “(...) esse período pode ser considerado o de maior expressão política, de maior expressão cultural e sócio-econômico da região Amazônica, gerando condições materiais e de vida nunca antes experimentadas, propiciando novos espaços vitais para a nação, além da revitalização de seu organismo social e financeiro” (idem, 1999:08)

6.4.7.2.3.1 - Exploração da Castanha do Brasil⁴ (Castanha do Pará ou Castanha da Amazônia)

A exploração da castanheira (*Bertholletia excelsa*) constitui em uma das principais atividades da economia das famílias da região. As castanheiras são exploradas nas áreas de reservas como a RESEX do rio Cajari.

A castanheira é uma árvore que pode chegar a 70 metros de altura, com uma idade estimada entre 800 a 1000 anos. Nos castanhais, como por exemplo, na Vila de Martins, cada família chega a explorar 600 castanheiras. Essas áreas são conhecidas como colocações. Portanto, cada família teria direito a explorar uma colocação. Normalmente essas colocações são passadas de pai para filho.



Figura 6.4.7-38 - Castanheira (*Bertholletia excelsa*).



Figura 6.4.7-39 - Extrativista do Ramal do Retiro em Laranjal do Jari.

A castanha é uma árvore que está intimamente ligada à cultura das populações extrativistas da Amazônia. Da castanha pode-se tirar a amêndoa, o óleo, a farinha que podem ser utilizadas na fabricação de biscoito. Tanto homens quanto mulheres participam da coleta da castanha.

Uma das explicações que ajuda entender a variação da área explorada por cada família estaria relacionada, com a densidade das castanheiras que é muito variável. Nesse sentido, Sousa (2006) aponta que é possível encontrar de uma a dez árvores por hectare, essa dispersão seria estabelecida pela natureza. Um responsável pela disseminação da castanha seria a cotia um

⁴ Outras traduções para a castanha do Brasil: paranusbaum, para-nuss (alemão), nuez del brasil (casteliano), castaña de pará (espanhol), brazil nut, brazilnut, brazilnut-tree, creamnut, paranut (inglês), castagna di Pará (italiano).

roedor que usa a castanha na sua alimentação e ao mesmo tempo é responsável pela disseminação da árvore.

Segundo Sousa (2006), a produção da castanheira pode variar de ano para ano. Essa variação estaria relacionada: ao tamanho das árvores; posição da copa das árvores; interações com aves predatórias de frutos verdes; fatores genéticos e condições dos solos.

De acordo com as informações dos extrativistas da região, a exploração da castanha acontece no primeiro semestre, época das chuvas. O primeiro serviço é limpar as trilhas e os igarapés onde fica as castanheiras, consertar os barracos para receber os extrativistas no início do ano.

Nesse período é quando os ouriços se desprendem da árvore. Esses ouriços podem chegar a pesar em média cerca de um quilo. Caracteristicamente ouriço é uma cápsula globosa, com uma casca lenhosa de coloração castanho-escura e superfície espessa e bastante dura. Têm de 10 a 15 cm de diâmetro. Por seu peso e pela altura das castanheiras, esses frutos, muitas vezes, alcançam o chão com tal força e velocidade que, dependendo do tipo de terreno, afunda no solo.

Os ouriços recolhidos são quebrados com ajuda de uma machadinha, de onde se retiram as castanhas de seu interior. O número de sementes é variado entre 10 a 25 amêndoas, o tamanho da amêndoa também varia entre quatro a sete cm de comprimento. Depois de juntar às castanhas, essas são transportadas em paneiros⁵ espécie de balaio preso por uma correia as costas do castanheiro, utilizando um utensílio chamado cambitos. Segundo Lins (2001):

“O cambito é feito com um pedaço de madeira verde com diâmetro ente 5 a 8 cm, tendo uma das extremidades cortada em formato de cruz, com profundidade de 15 cm e amarrado a base de inserção para as secções não venham a partir-se, e dando abertura que comporte o ouriço, o qual e preso por esta espécie de mão mecânica e jogado no paneiro preso às costas” (idem 2001:113).

Nos igarapés ou rios as castanhas são lavadas. Depois de lavadas as castanhas são armazenadas em locais provisórios na própria floresta, onde perdem a umidade e são embaladas em sacos de linhagem para depois serem transportada em embarcações (batelões) para o local a onde serão comercializadas.

Segundo os extrativistas o transporte da castanha da floresta até o rio seria a etapa mais difícil, pois o serviço seria pesado e o que mais desgastaria o trabalhador. Como foi narrado pelos

⁵ Os paneiros são confeccionados pelos próprios extrativistas.

extrativistas, o transporte é feito nas costas dos trabalhadores, e muitos poucos têm condições de possuir burros para realizar o transporte da castanha.



Figura 6.4.7-40 - Paneiro sendo confeccionado por moradores da RESEX do Cajari. O Paneiro é utilizado para transportar produtos como castanha e mandioca.



Figura 6.4.7-41 - Agro-extrativista carregando Mandioca no Paneiro. Na RESEX do Cajari.

De acordo com os extrativistas uma das principais dificuldades em trabalhar com a castanha é o problema de não existir uma medida oficial, para lidar com a castanha. Esse sistema de medida é muito complexo: existe o hectolitro (cada hectolitro são cerca de 120 litros) e barrica que são uma medida de volume e depois de beneficiada ela passa a ser tratada como unidade de quilograma. Essa transformação de hectolitro para peso provocaria mais ganhos para os atravessadores. Na safra de 2007 o preço do hectolitro da castanha *in natura* variou de R\$ 40,00 a R\$ 60,00. De acordo com um morador entrevistado em 2008 a castanha teve um preço melhor.



Figura 6.4.7-42 - Castanha armazenada na Comunidade Santa Clara, na RESEX do Cajari.



Figura 6.4.7-43 - Castanha armazenada em sacos esperando o transporte para venda do Ramal do Retiro em Laranjal do Jari.

A cadeia de comercialização da castanha também é complexa envolve uma série de atores como: extrativistas, aviadores (atravessadores, da comunidade, municipais e regionais), exportadores (empresa MUTRAN de Belém), entre outros.

O aviador é aquele agente econômico responsável por fornecer a mercadoria, crédito e as compras necessárias para o extrativista realizar as suas atividades. O aviador é uma espécie de atravessador que financiaria o castanheiro. Por outro lado, o castanheiro fica na obrigação de vender e pagar aos produtos para quem o aviou.

Segundo Sousa (2006), a partir da presença de cooperativas na região forçou os atravessadores tradicionais a oferecerem preços melhores para castanha comprada junto aos extrativistas.

Agentes da cadeia produtiva da castanha na região Sul do Amapá:

- Extrativistas: São as famílias que exploram diretamente o produto podendo vender para cooperativas ou atravessadores.
- Cooperativas: criadas pelos próprios extrativistas com incentivo de entidades governamentais e não governamentais, para realizar o processamento da castanha, garantido preços mais justos aos associados. Na área de influência da LT uma das principais cooperativa é a Cooperativa de Castanha dos produtores do alto Cajari - COPERALCA- localizada na Vila de Santa Clara do Cajari. A COPERALCA foi fundada em 2001. Foi construída com recursos do IBAMA.



Figura 6.4.7-44 - Sede da COOPERALCA na Comunidade Santa Clara, na RESEX do Cajari.

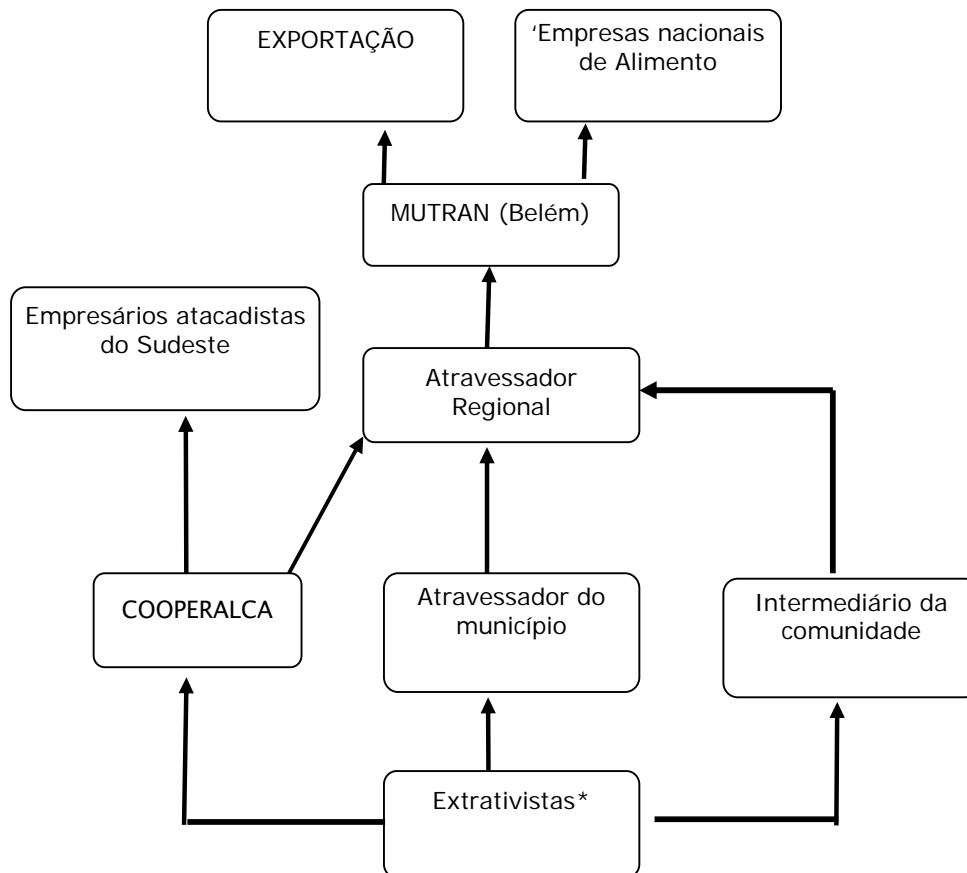


Figura 6.4.7-45 - Trator utilizado para transportar castanhas dos castanheiros dos associados da COOPERALCA, Comunidade de Santa Clara.

No ano de 2005, segundo Sousa (2006), existiam 99 cooperados de 12 comunidades da RESEX-CA, e nesse mesmo ano a cooperativa passaria por problemas financeiros e administrativos. Além da COPERALCA, a Cooperativa Mista de Agroextrativistas de Laranjal do Jari (COMAJA), também atua na região, entretanto nos últimos anos em menor escala.

- **Intermediário da comunidade:** que compram as castanhas dos vizinhos, com objetivo de aumentar a renda. Esses intermediários vendem diretamente para os atravessadores locais ou regionais que representam o grupo MUTRAN.
- **Atravessadores Municipal:** são pequenos atravessadores que compram de diversos extrativistas da região e entregam aos atravessadores regionais, que têm mais infra-estrutura e capital. Normalmente, esses atravessadores buscam o produto na floresta.
- **Atravessadores Regionais:** Esses são em menor número compram a castanha de atravessadores menores ou até mesmo de intermediários das comunidades. Esse atravessador processa a castanha e vende diretamente para o grupo MUTRAN.
- **Empresários Atacadistas do Sudeste:** esses atores já começam entrar na região comprando a castanha de atravessadores locais e de cooperativas como a COPERALCA.
- **Família MUTRAN:** o grupo MUTRAN é o principal comprador de castanha do Pará e o do Amapá, que adquirem a castanha via atravessador. Também é o grupo MUTRAN, que um dos principais responsáveis pela exportação da amêndoa. De acordo com Sousa (2006) o grupo MUTRAN, compra castanha na região do Vale do Jari desde a época dos portugueses. Atualmente o grupo tem como clientes nacionais os chocolates Garoto e Nutrimental, Matrix e Estelamar. Além de clientes internacionais, como as empresas Norte Americana Diamond e J.F Braun.

A seguir, é apresentado um fluxograma que ajuda entender melhor essa relação da comercialização da castanha no sul do Amapá. Esse fluxograma foi elaborado com ajuda de uma técnica agrícola da Secretaria de Agricultura de Laranjal do Jari que trabalha com os extrativistas do município, bem como as informações fornecidas pelos extrativistas entrevistados moradores na reserva do Rio Cajari.



Fonte: Pesquisa de campo 2008, elaborado com a ajuda dos extrativistas e de uma técnica da Secretaria de Agricultura de Laranjal do Jari. Além de consultar obras de Sousa (2006).

* nessa região, alguns extrativistas vendem também para a COMAJA.

Figura 6.4.7-46 - Fluxograma da cadeia produtiva da castanha RESEX do Rio Cajari

6.4.7.2.4 - Agropecuária Extensiva e Silvicultura

Na região de abrangência do empreendimento, esse tipo de exploração pode ser encontrada principalmente, no trecho que compreende a região da PA-254, onde é praticada a pecuária de corte e a produção de Eucaliptos nos municípios de Almeirim e Laranjal do Jari.

Na modalidade de agricultura extensiva, diferente da praticada nos modelos de subsistência e de várzea-terra firme, os recursos naturais são explorados de forma mais intensa, ou seja, o primeiro passo é a retirada das árvores para dar lugar às pastagens. Assim, as madeiras nobres são comercializadas com as diversas madeiras existentes na região, que em sua maioria são clandestinas. As madeiras de menos valor comercial são transformadas em carvão. Após esse

processo, de limpeza das áreas os fazendeiros plantam a pastagens em sua maioria exótica (brachiarão, quícuio, Tanzânia, entre outros). Depois desse processo é colocado o gado nelore (gado branco) e o búfalo, ambos destinados ao corte.



Figura 6.4.7-47 - Gado transportado na região da PA-254 no município de Oriximiná-PA



Figura 6.4.7-48 - Fazendas nas margens da PA-254, no município de Óbidos (PA)

É importante ressaltar que esse tipo atividade (gado) exige que as áreas de pastagens sejam queimadas todos os anos, com intuito de renovar as mesmas, esse tipo de manejo acaba contribuindo para o empobrecimento do solo.



Figura 6.4.7-49 - Área queimada na estrada de Almeirim para Monte Dourada (PA)



Figura 6.4.7-50 - Área desmatada as margens da PA-254, entre os municípios de Monte Alegre e Alenquer (PA)

O problema desse tipo de exploração na Amazônica é a contribuição que esse tipo de atividade traz para o desmatamento e conseqüentemente outros problemas advindos da exploração

irracional da floresta, como a queima do solo e derrubada de árvores. Além disso, como foi constatada nessa região da PA-254, a intensificação desse tipo de atividade, contribui para 'expulsar' os agro-extrativistas da floresta, uma vez que, a derrubada da mata e de castanheira afeta diretamente na renda desses povos. E para acirrar o conflito entre fazendeiros e agro-extrativistas.

O segundo modelo é praticado, sobretudo no município de Almeirim, pelo Projeto Jari, que tem na cultura do eucalipto, uma cultura exótica, sua principal fonte de exploração dos recursos locais. Neste caso, a mata nativa seria substituída por eucaliptos destinados a fabricação de papel e celulose⁶.



Figura 6.4.7-51 - Caminhões com madeira retirada nas terras do Projeto Jari (PA).



Figura 6.4.7-52 - Eucalipto ao fundo numa área do Projeto Jari.

Além, do eucalipto a empresa explora madeiras de lei com intuito comercial, neste caso segundo informações a empresa seguiria um plano de manejo florestal, que visaria à exploração dos recursos de uma maneira que impactasse menos a floresta. É importante, ressaltar que nas terras do Projeto Jari, também, encontra-se uma pecuária de corte.

⁶ Segundo dados da Eletrobrás (200?) "A Jari Celulose é a segunda maior exportadora brasileira de celulose para a Europa. Três quartos de sua produção vão para o mercado externo e um quarto para o mercado interno brasileiro, inclusive empresas do Norte e Noroeste. Hoje, a Jari Celulose produz 300 mil toneladas de celulose/ano, plantações florestais e criação de 14 mil búfalos" (idem, 200?, 164).

6.4.7.2.5 - Pesca

Na área de Influência Direta a atividade pesqueira, foi observada nas localidades existentes, principalmente, nos municípios de Prainha e Almeirim no Estado do Pará⁷. Essa atividade é praticada nos rios, lagos e igarapés. Essa atividade estende-se por todo ano. Entretanto, no período de verão (seca) seria a época mais fácil de pescar, pois, os peixes se concentrariam mais nos igarapés o que facilitaria a captura. Já no inverno por causa da cheia a pesca passa a ser mais difícil. Essa influência das estações também influi no tipo de pescado que se captura.

Em relação às artes de pesca observadas as principais são as tarrafas, anzóis, zagaia, arco e flecha, malhadeira e linha. Sobre a utilização desses instrumentos um pescador informou que o uso delas depende da espécie que se que capturar *aqui a gente para pegar tucunaré a gente usa a linha*. (Pescador do rio Paru, 2008).



Figura 6.4.7-53 - Malhadeira armada no igarapé do Marauarú - Almeirim (PA).



Figura 6.4.7-54 - Armadilha de camarão na região da Serra da Velha Pobre, no rio Amazonas- Almeirim (PA)

O peixe segundo informações de um pescador do rio Paru, é dividido em peixe liso (ou peixe de pele) e o peixe de escama. Ambos os tipos são apreciados, nesse sentido, Murrieta (2001) ao estudar os hábitos alimentares dos moradores da Ilha de Ituqui no Baixo Amazonas, procurou a definir a seguinte informação, sobre classificação dos peixes na região:

“Peixes lisos são normalmente apreciados pelo sabor “forte” e estrutura fibrosa da carne. Enquanto os peixes de escama são caracterizados como tendo um sabor mais

⁷ É importante ressaltar que a atividade pesqueira é bastante intensa nos municípios da região do Baixo Amazonas, representando uma importante fonte de geração de renda, além de ser uma das principais bases da alimentação das famílias ribeirinhas dessa região.

“fraco”, leve e suave, sendo assim mais “digeríveis”, mas não necessariamente mais saborosos (às vezes, é exatamente o oposto)” (idem, 2001: 65-66)



Figura 6.4.7-55 - Tucunaré pescado no Igarapé do Marauarú, no município de Almeirim-PA.



Figura 6.4.7-56 - Acari vendido nas ruas do município de Prainha-PA.

Sobre as principais espécies capturadas foram identificadas durante a pesquisa de campo as seguintes espécies: surubim, tucunaré, aracu, pescada, aruanã, curimatã, jataurana, piaba, mapará, acari, dourada⁸, entre outros. Na região da Serra da Velha Pobre no município de Almeirim, a comunidade de Praia Verde pesca camarão.

As embarcações utilizadas na pescaria são principalmente as rabetas (motor com potencia menor movido a gasolina), canoas (confeccionada pelos próprios pescadores) e voadeiras (com motor de potência maior movido a gasolina e óleo dois tempos). No caso dos pescadores profissionais estes utilizam embarcações maiores.

⁸ Essas espécies foram identificadas a partir de entrevistas de moradores da região dos rios Paru e Chicaia, no município de Almeirim no Estado do Pará.



Figura 6.4.7-57 - Canoas utilizadas por ribeirinhos no rio Paru, comunidades de Barreira- Almeirim (PA)



Figura 6.4.7-58 - Embarcações de pesca no rio Amazonas próximo a comunidade de Bacaba, Almeirim-PA.

A comercialização do peixe acontece nos mercados locais, ou para atravessadores que encaminham o pescado para centros maiores como Santarém. O pescado também tem uma forte influência na cultura dos moradores através dos festivais



Figura 6.4.7-59 - Peixe exposto para a venda em mercado local.



Figura 6.4.7-60 - Mercado do Peixe em Laranjal do Jari.

O peixe também representa todo um simbolismo para as comunidades da região e para os próprios municípios. Esse simbolismo é representado pelos festivais que acontece em principalmente entre junho e julho no início do verão.



Figura 6.4.7-61 - Placa indicando o festival do camarão da comunidade da Praia Verde.



Figura 6.4.7-62 - Quiosque na Praia Verde.

Na região os principais festivais identificados foram: Dourada na comunidade de Botafogo, festival do camarão na comunidade de Praia Verde. Na praia Verde os moradores ainda recebem banhista na praia que se forma nas proximidades do rio Amazonas. Essas comunidades estão localizadas no município de Almeirim no Estado do Pará.

6.4.7.3 - Principais Culturas Plantadas na Região e Dieta dos Moradores

Nesta parte procura apresentar uma breve descrição das principais culturas encontradas ao longo da diretriz do traçado, essas culturas foram encontradas praticamente em quase todos os sistemas de produção. Tendo como a principal cultura a mandioca, destinada a fabricação de farinha e seus derivados.

- **Mandioca:** é a principal cultura e a base da alimentação das famílias. Normalmente, o ciclo da mandioca é de oito meses podendo chegar a 14 meses. Na região a mandioca pode ser plantada em novembro porque em outubro ainda estão preparando a terra, a capina mais forte é nos três primeiros meses (duas capinas). A colheita é feita se arrancando o tubérculo - essa operação é feita manualmente, utilizando enxada ou enxadão.



Figura 6.4.7-63 - Mandioca plantada na comunidade do KM 11 as margens da PA-254. Município de Monte Alegre (PA).



Figura 6.4.7-64 - Mandioca colhida para se transformada em farinha.

A mandioca quando colhida precisa ser consumida imediatamente ou caso contrário ela não serve para o cozimento. A maior parte da mandioca é utilizada para a fabricação de polvilho ou farinha, as chamadas “farinhadas”. Que consiste no produto da mandioca processado. Dá origem à farinha de mandioca e ao polvilho. Geralmente em cada comunidade existe pelo menos uma casa de farinha em alguns lugares é possível encontrar casas de farinhas individuais, ou seja, cada morador teria uma casa de farinha em sua propriedade.



Figura 6.4.7-65 - Família de São Pedro, preparando a mandioca para a fabricação de farinha, na RESEX do Cajari, Mazagão-AP



Figura 6.4.7-66 - Casa de farinha, na ocupação Novo Progresso, as margens da PA-254, município de Alenquer-PA

Além da farinha, o polvilho é outro produto que é utilizado como ingrediente na preparação de biscoitos e pães. Normalmente, a farinha produzida nestas comunidades além de servir como complemento na dieta das famílias ela é comercializada nos municípios onde da região.

No universo de relações sociais das comunidades a casa de farinha ou casa de forno pode ser observada também como um espaço importante que reforçaria os laços sociais, além de ser um importante ponto de encontro dos moradores das comunidades.

- **Milho:** planta para comer e o excedente vai para as criações. Tanto o plantio quanto a colheita são feitos manualmente, geralmente. A colheita é feita manualmente, espiga por espiga; quebra-se o talo da planta para evitar que a água apodreça e deixa o milho no roçado por alguns dias para ser colhido posteriormente. Quando a safra é boa chegam a produzir duas espigas grandes por pé. Seu ciclo gira entorno de 120 dias.
- **Arroz:** o arroz é plantado apenas por alguns moradores. O preparo de solo inicia-se em outubro mais ou menos, e o plantio ocorre no início do ano, a colheita acontece no meio do ano O plantio é feito manualmente, principalmente através da matraca. O local preferencial para o plantio do arroz é área de várzea.
- **Feijão:** (ciclo de 90 dias aproximadamente) na região, cultivam-se diferentes variedades de feijão (leguminosa), como: mulato, vermelho e a fava. O período que necessita de maior mão-de-obra é durante a carpina e a colheita.
- **Banana:** é cultivada para a complementação da alimentação dos moradores, já na Vila de Santo Antônio a banana é cultivada principalmente para a venda. No entanto, nos últimos anos as safras têm sido baixas por causa da infestação de pragas nos bananais da região.
- **Frutas:** além da banana, as frutas mais comuns de serem cultivadas são: abacaxi, mamão, melancia, laranja, açaí e manga. Essas frutas são cultivadas principalmente na terra firme, entretanto, frutas de ciclo rápido como a melancia pode ser cultivada na várzea.



Figura 6.4.7-67 - Cultivo de melancia, no quintal da comunidade de Tucumanduba, município de Almeirim-PA



Figura 6.4.7-68 - Açai cultivado em quintais da comunidade de Barreiras- Almeirim, no município de Almeirim-PA

Essas culturas plantadas na região vão contribuir diretamente na dieta dos moradores que consiste basicamente em de farinha d água, macaxeira, bolinho de mandioca, beiju, castanha (*in natura*, paçoca ou biscoito, um produto rico em proteína), arroz, milho, frutas (banana, abacaxi, mamão, manga, melancia e laranja) carne de caça e pesca. Em relação às hortaliças não é muito comum os moradores consumirem esse tipo de alimento, quando ocorrem elas são plantadas em girais próximos as casas.



Figura 6.4.7-69 - Cultivo de cebolinha suspensa em comunidade da região do rio Paru, município de Almeirim-PA

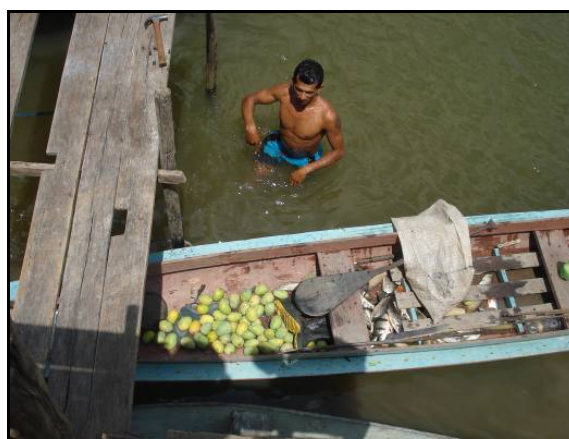


Figura 6.4.7-70 - Manga transportada em canoa, no município de Almeirim-PA

Em relação ao número de refeições segundo os entrevistados, o mais comum é realizarem três refeições diárias: café, almoço e janta, o horário das refeições pode variar de acordo com as

atividades que estão desenvolvendo, sobretudo, na época da coleta da castanha, onde a dinâmica de horário muda muito.

As crianças e os adolescentes que estudam ainda têm uma alimentação mais balanceada porque fazem refeições na escola. Os demais gêneros de necessidade são comprados nos armazéns próximos as comunidades ou nas cidades onde realizam as compras principais.

Em relação à saúde o principal problema indicado pelos moradores, sobretudo, daqueles que vivem na zona rural é a malária, leishmaniose, doenças respiratórias, vermelha e pressão alta. Outro aspecto importante em relação à saúde diz respeito à ausência de saneamento básico. Esse problema acaba contribuindo para a proliferação de doenças e verminoses na região.

6.4.8 - Descrição do Território Atravessado pela LT

6.4.8.1 - Considerações Iniciais

Nesta parte do estudo será apresentada a descrição das comunidades e povoados que poderão sofrer impactos diretos durante a instalação e operação da Linha de Transmissão. Entretanto, apesar dessas similaridades no traçado, optou-se por apresentar uma configuração de regiões divididas por trechos. A escolha dessa abordagem deveu-se a salvaguarda das características semelhantes que são encontradas por trecho.

Outro item importante muito comum em todas as regiões de influência da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná, diz respeito à posse e a titulação da terra. Está é uma questão complexa e complicada de se apreender, pois a relação com da terra pode variar desde uma posse sem o título de propriedade até proprietários de terra que não residem nas fazendas. Dentre os muitos tipos de ocupação da terra, uma das mais freqüentes é a identificação de famílias que há gerações ocupam a área, mas apesar desta ocupação histórica não possuem título de propriedade. Em alguns casos, extensas áreas são subdivididas em colocações ou pequenos estabelecimentos rurais (que pode variar de cinco a 15 hectares), existem os projetos de assentamentos rurais e os PIC's (em Monte Alegre). Nestes locais, normalmente à medida que os filhos mais velhos saem de casa para constituir suas próprias unidades familiares eles constroem suas casas no terreno de seus pais.

Entretanto, apesar dessas similaridades no traçado, optou-se por apresentar uma configuração de regiões divididas por trechos. A escolha dessa abordagem deveu-se a salvaguarda das características semelhantes que são encontradas por trecho.

É importante ressaltar que antes de cada trecho será apresentado um quadro contendo as coordenadas dispostas em UTM, quilômetro do traçado e distâncias desses locais da faixa de servidão, juntamente com esse quadro esta sendo apresentada a uma figura mapa para ilustrar esses pontos ao longo do traçado. Os trechos são:

Quadro 6.4.8-1 - Divisão do Traçado da Linha de Transmissão LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná por trecho

Estado	Trecho	Pólos Locais	Extensão do Trecho (Km)
Pará	01- Oriximiná - Alenquer		0 - 157Km
Pará	02 - Monte Alegre - Prainha		158 - 246Km
Pará	03 - Prainha - Almeirim		247Km - 360Km
Pará - Amapá	04 - Almeirim-Laranjal do Jari		361 - 475Km
Amapá	05 - Laranjal do Jari - Mazagão		476 - 576Km
Amapá	06 - Mazagão - Macapá		577 - 690Km

6.4.8.1.1 - Trecho 01: Oriximiná - Alenquer

Este é o trecho inicial do traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná que compreende as proximidades do entroncamento da PA-439, com o ramal do Bec e a PA-254 na comunidade de Poção na altura das coordenadas 638.007/9.823.050, e termina próximo da ponte sobre o rio Maicuru (787.370/9.822.040), que divide os municípios de Alenquer e Monte Alegre.

A principal característica da região são áreas remanescentes de castanhais exploradas em diversas comunidades e que resistem ao desmatamento para a exploração ilegal da madeira a instalação de fazendas de gado. Sobre a presença do governo federal na região, ela se dá predominantemente através de três ações principais. A primeira delas é através do Programa Bolsa Família onde foram encontrados beneficiários em grande parte das comunidades visitadas. Em seguida, o Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS) atua em todos os pólos locais e nas demais, sediados ou não em uma unidade básica de saúde da região. Por último, através do Programa Luz Para Todos que no momento da passagem dos pesquisadores, tinha equipes realizando a instalação de postes e cabos. Em diversos momentos a equipe de campo era

confundida pela população com a equipe deste programa, em virtude do desejo e necessidade dessas populações por uma energia firme e ininterrupta.

Nesta parte do traçado merecem destaque os assentamentos Repartimento e Cipoal, localizados no município de Óbidos, as comunidades Bela Vista e Curuatela, no município de Curuá e as comunidades Vila Mamiá e Camburão no município de Alenquer. O padrão de ocupação existente neste trecho se caracteriza pela presença destes adensamentos, intercalados por fazendas e por casas esparsamente distribuídas ao longo da PA-254. No Quadro 6.4.8-2 abaixo são apresentadas as coordenadas dos pontos de ocupação humana existentes no trecho com suas respectivas distâncias do empreendimento.

Quadro 6.4.8-2 - Ocupações Identificadas no Traçado da Linha de Transmissão LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná - Trecho 01

Índice Mapa	Município	Descrição	Lado	Distancia da Linha	Km da Linha	X	Y
1	Oriximiná	Comunidade de Poção	Direito	8.576	-	638.077	9.823.050
2	Oriximiná	entrada para o ramal do BEC	Direito	6.457	-	640.506	9.826.090
3	Oriximiná	faz. Abandonada	Direito	5.116	-	641.576	9.824.952
4	Oriximiná	Faz. Sítio das Acácias	Esquerdo	188	1,86	648.367	9.823.442
5	Óbidos	Piquete da LT em fazendas	Esquerdo	06	4,39	650.623	9.822.296
6	Óbidos	Comunidade de Novo Horizonte	Esquerdo	210	7,84	653.380	9.820.232
7	Óbidos	Casas próximas a LT	Direito	228	9,47	654.337	9.818.852
8	Óbidos	Repartimento	Direito	347	10,15	654.783	9.818.320
9	Óbidos	Comunidade de Santa Luzia	Esquerdo	544	17,11	661.109	9.815.336
11	Óbidos	Comunidade Chico Mendes	Direito	40	20,92	664.122	9.812.932
12	Óbidos	Comunidade do Cedro	Direito	1.058	22,39	664.840	9.811.308
15	Óbidos	Cipoal - Assentamento	Direito	1.703	29,11	671.637	9.808.956
16	Óbidos	Comunidade do Rio Branco	Esquerdo	810	34,88	675.959	9.814.286
17	Óbidos	Região de fazendas (fazenda Líder)	Esquerdo	739	43,39	682.783	9.819.330
18	Curuá	Comunidade das Pedras	Esquerdo	318	56,89	693.943	9.826.926
19	Curuá	Vila Mamiá	Esquerdo	390	69,33	705.448	9.828.668
20	Curuá	Barreirinhas	Esquerdo	164	72,26	708.247	9.827.784
21	Curuá	Areal	Esquerdo	240	76,93	712.800	9.826.800
22	Curuá	Fé em Deus	Esquerdo	276	78,92	714.743	9.826.384
23	Curuá	Bate Roupa	Esquerdo	322	83,15	718.872	9.825.468
24	Curuá	Boa Floresta	Esquerdo	291	90,45	726.010	9.825.784
25	Curuá	Bela Vista	Esquerdo	420	92,09	727.806	9.825.784
26	Curuá	Curuatela	Esquerdo	447	96,43	731.750	9.824.000
27	Alenquer	Uirapuru	Esquerdo	148	97,26	732.375	9.823.384
28	Alenquer	Novo Progresso 2 área de ocupação	Direito	268	101,09	735.674	9.821.408
29	Alenquer	Novo Progresso 1 área de ocupação	Direito	229	105,10	739.602	9.820.426
30	Alenquer	Região de fazendas	Direito	353	106,14	740.590	9.820.086

Índice Mapa	Município	Descrição	Lado	Distancia da Linha	Km da Linha	X	Y
31	Alenquer	Comunidade de Morada Nova	Direito	2.771	109,08	742.947	9.817.106
32	Alenquer	Comunidade do Corrimão	Direito	746	108,93	743.235	9.819.112
33	Alenquer	Ocupação dispersa na PA 254	Direito	850	110,81	745.044	9.818.614
34	Alenquer	Fazendas	Direito	422	113,57	747.826	9.818.450
35	Alenquer	Bom Princípio	Direito	84	118,37	752.468	9.817.396
36	Alenquer	Fazendas	Direito	424	121,92	755.674	9.815.856
37	Alenquer	Camburão	Esquerdo	147	124,26	758.071	9.815.584
38	Alenquer	Boca Nova	Direito	6.454	125,10	756.585	9.809.106
39	Alenquer	Região de fazendas	Esquerdo	4.394	141,95	771278	9823908
40	Alenquer	Comunidade de Boa Água	Esquerdo	262	148,16	778977	9822830
41	Alenquer	Comunidade de Santa Helena	Direito	445	151,60	782365	9822188
42	Alenquer	Região de sítios	Esquerdo	79	156,59	787370	9822040
43	Alenquer	Ponte sobre o Rio Maicuru	Esquerdo	79	156,59	787370	9822040

Fonte: Pesquisa de campo novembro de 2008

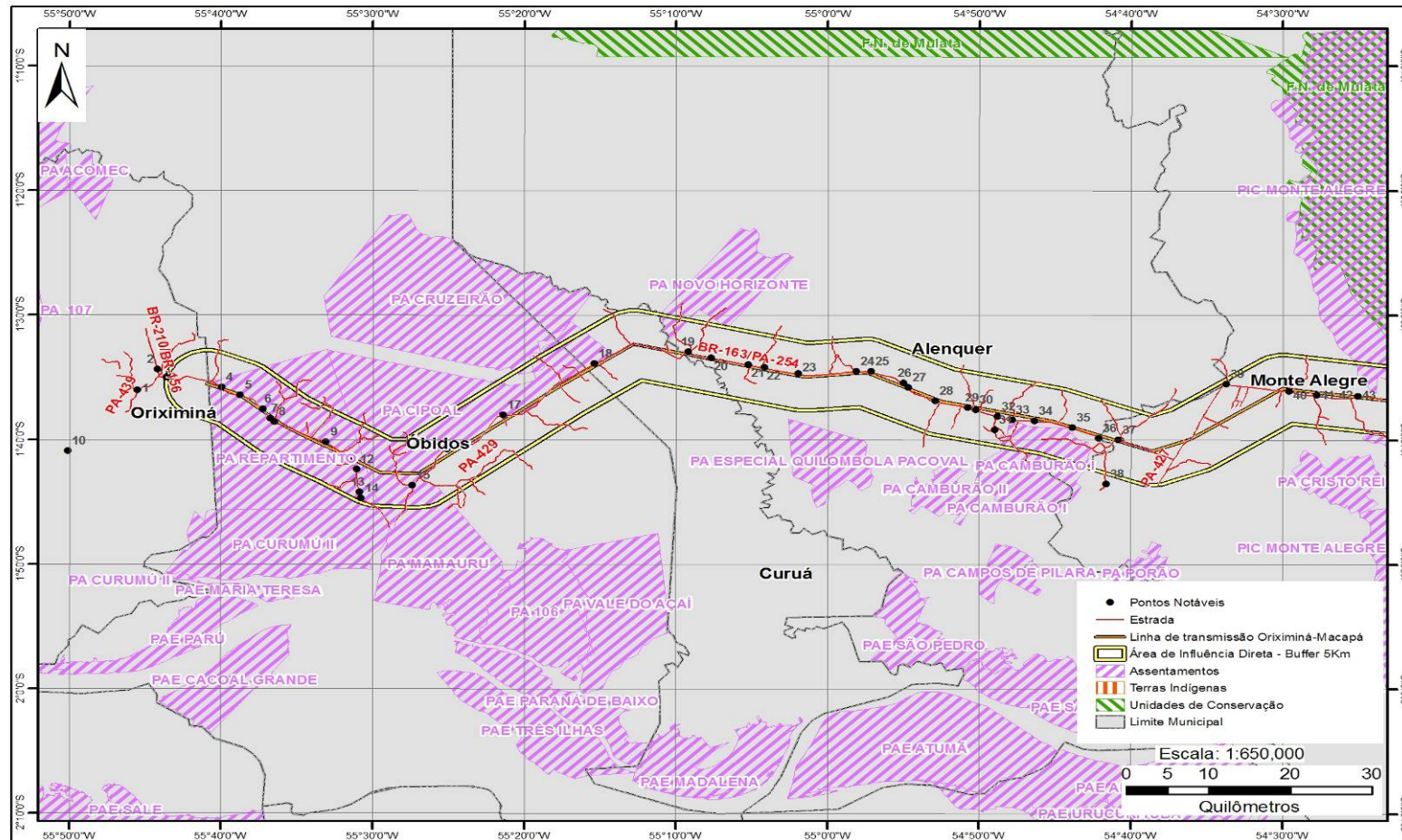


Figura 6.4.8-1 - Mapa com os pontos de campo e a passagem da LT no trecho O1

A seguir são descritos os principais povoados e vilas encontrados nesse trecho 01 do traçado da LT.

6.4.8.1.1.1 - Município de Oriximiná

Comunidade Poção



Figura 6.4.8-2 - Padrão construtivo na comunidade Poção



Figura 6.4.8-3 - Igreja da comunidade

A comunidade do Poção foi o único núcleo habitacional encontrado no município de Oriximiná. Esta comunidade está situada a cerca de 8 Km do eixo da LT, O local se constitui como uma pequena vila, com pouco moradores. No local existe, escola e a Igreja. Na vila é atendida com serviço de abastecimento de água, através de rede geral e não possui energia elétrica.

De acordo com uma informante os moradores da vila vivem basicamente da agricultura de subsistência. Durante a visita de campo, foi possível observar um pequeno comércio instalado na vila, que atende principalmente os que circulam na região na PA 254 entre as cidades de Óbidos e Oriximiná, situado a cerca de 40 km.

Sítio das Acácias

Seguindo a PA-254, na altura m37 no sentido a Óbidos situa-se a fazenda, denominada Sítio das Acácias afetada pelo traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná. Durante o levantamento de campo a sede da fazenda encontra-se fechada, não sendo possível obter informações a respeito da produção agropecuária do local.

6.4.8.1.1.2 - Município de Óbidos

No município de Óbidos, na região conhecida como Curral do Meio, o traçado da LT atravessa um conjunto de fazendas. Estas situam-se nas proximidades das margens da PA-254. Dentre as fazendas presentes no local situam-se a Fazenda Leres. De acordo com um vaqueiro entrevistado essa região, a principal atividade desenvolvida nas fazendas é o gado de corte.

Comunidade Novo Horizonte



Figura 6.4.8-4 - Sede da comunidade Novo Horizonte, às margens da PA-254

A comunidade de Novo Horizonte, situa-se a cerca de 210 metros, a esquerda do eixo da LT. Esta comunidade possui cerca de 31 casas, uma escola municipal de ensino fundamental, agente de saúde. Os moradores do local são beneficiados pelos programas do governo federal como por exemplo, o Bolsa Família. Sobre a economia praticada pelos moradores, foi apontado a agricultura de subsistência, centrada no plantio do feijão, milho, melancia e a mandioca para fabricação de farinha e seus derivados.

Segundo uma professora entrevistada apesar da vila pertencer ao município de Óbidos, quem “cuidaria da Vila” seria a prefeitura de Oriximiná, inclusive fornecendo professores e funcionários para o funcionamento da Escola. Essa realidade dessa vila mostra como as fronteiras municipais nessas regiões são bastante difusas.

Povoado Repartimento



Figura 6.4.8-5 - Padrão construtivo das casas e estabelecimentos comerciais na comunidade Repartimento

Um pouco mais a frente à cerca de 350 metros do traçado encontra-se o povoado do Repartimento. O povoado está localizado próximo ao km 10,15 da LT, do lado direito. A origem do nome desta localidade está relacionada ao fato de estar localizada na PA-254, em um ponto equidistante dos municípios de Oriximiná e Óbidos, e dividiria os dois municípios por isso Repartimento.

Com aproximadamente 50 anos de existência, possui 25 famílias residindo no local que contam com uma escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série) que atende inclusive, alunos da comunidade Santa Luzia (está situada fora da AID) e contam com um agente comunitário de saúde. O abastecimento de água da comunidade é feito através de poços.

A mandioca é principal produto cultivado pelos moradores e a comunidade possui ainda um pequeno numero de estabelecimentos comerciais que vendem em geral gêneros alimentícios de primeira necessidade. A localidade não possui cobertura policial e conta com oferta de energia elétrica por apenas três horas por dia. As principais doenças que acometem os moradores são as de veiculação hídrica, em especial, as Doenças diarreicas Agudas (DDA's) e verminoses que atingem em geral as crianças entre zero e seis anos de idade.

Comunidade Chico Mendes e Santa Luzia



Figura 6.4.8-6 - Comunidade de Chico Mendes



Figura 6.4.8-7 - Comunidade de Santa Luzia.

Distantes cerca de 500 metros do traçado da LT, situam-se duas pequenas comunidades, Chico Mendes com 15 famílias e Santa Luzia com 20 famílias, ambas as comunidades se encontram as margens da PA-254. Ressalta-se que na comunidade Chico Mendes há residências situadas ao longo da faixa de servidão da LT.

Nas duas comunidades foi identificada a presença de escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série). Em relação à saúde que faz o acompanhamento dos moradores da comunidade é o agente de saúde. Sobre a economia dos moradores a principal atividade é a fabricação de farinha de mandioca.

Comunidade do Cedro



Figura 6.4.8-8 - Comunidade do Cedro



Figura 6.4.8-9 - Casa na comunidade do Cedro.

Localizado no km 22,39 da LT, esta localidade possui apenas seis famílias residentes. Os serviços de saúde são acessados no Assentamento Cipoal enquanto que as crianças do local estudam na comunidade Chico Mendes.

Nessa região foi encontrado um acampamento de uma empresa que estava responsável pela instalação dos postes de energia do Programa Luz Para Todos, do governo Federal.

Assentamento Cipoal

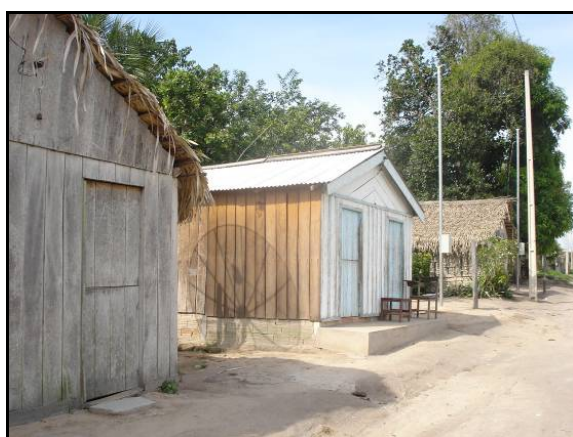


Figura 6.4.8-10 - Casas construídas com quaruba e cobertas com palmeira de curuá.



Figura 6.4.8-11 - Sede do assentamento Cipoal.

Localizado no km 29,11 da LT, a cerca de 1,7 Km do traçado. O assentamento Cipoal teve sua ocupação iniciada à aproximadamente 70 anos, a partir da migração de outros municípios do Pará e dos Estados do Maranhão e do Ceará. Com aproximadamente 91 famílias distribuídas em lotes de 10x30 metros na sede e roças que variam entre 1 e 5 hectares destinadas ao cultivo de mandioca, milho, feijão e melancia. Além disso, a castanha é explorada nas áreas remanescentes da região cuja produção é de aproximadamente 30 barricas (unidade de medida utilizada pelos castanheiros, para medir volume/120 litro) por família e como a prática do aviamento não é realizada, isto confere maior rendimento aos extrativistas.

Sobre a infra-estrutura e a oferta de serviços públicos, o assentamento conta com uma escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série), uma creche municipal e transporte escolar para os alunos que estudam em outras localidades. Ainda no local é possível encontrar uma Unidade Básica de Saúde com um enfermeiro e agente comunitário responsável pelo agendamento e coleta de material para a realização de exames, atendendo inclusive moradores de outras localidades, pois o assentamento se constitui em um pólo local. Além disso, Cipoal possui uma casa de farinha

comunitária e um telefone público e abastecimento de água através de rede geral. Em geral as casas são de baixo padrão construtivo feitas com quaruba e cobertura de palha de olho de curuá.

De acordo com o morador entrevistado, eles ainda aguardam a demarcação das terras por parte do INCRA, o que poderia suavizar a pressão de madeireiras que pretendem se instalar na região, acarretando inclusive em diminuição na área do castanhal explorado.

Comunidade Rio Branco



Figura 6.4.8-12 - PA-254, Próximo a comunidade de Rio Branco



Figura 6.4.8-13 - Casa na comunidade de Rio Branco.

Localizada a cerca de 810m, a esquerda, do eixo da LT, a comunidade tem aproximadamente 60 anos de ocupação. No local residem aproximadamente, 38 famílias e se caracteriza por possuir áreas remanescentes de exploração da castanha, o que confere uma produção de 500 barricas por ano. Destaca-se que a LT não atravessa áreas de castanhais exploradas pelos moradores.

Em virtude da expansão das pastagens e pressão das fazendas que se instalam na região, essa produção vem diminuindo ao longo dos 60 anos de ocupação do local. Além disso, a caça ilegal com a utilização de cães e a pesca contribuem para a diminuição da oferta de caça para a subsistência dos moradores.

6.4.8.1.1.3 - Município de Curuá

Fazenda Líder

Entre a divisa dos municípios de Óbidos e Curuá, situa-se um conjunto de fazendas, dentre elas a fazenda Líder que se situa a cerca de 739 m, a esquerda do eixo da LT. Como na maioria das fazendas da região, a principal atividade da Fazenda Líder é a criação de gado de corte.

Comunidade das Pedras



Figura 6.4.8-14 - Moradores na saída da missa realizada na sede do povoado

No município de Curuá a primeira comunidade encontrada é a comunidade das Pedras. Esta comunidade situa-se a cerca de 318m, a esquerda, do eixo da LT e encontra-se em uma área ocupada predominantemente por fazendas de gado. De acordo com as informações coletadas em campo, os fazendeiros fazem constante pressão nos fragmentos florestais ainda existentes e ameaçam constantemente a condição de ocupação destes moradores.

Em entrevista com o pároco que atende a igreja local, ele explicou que o histórico de ocupação da região esta associado à migração de trabalhadores de outras regiões do país, em especial, do Nordeste e do próprio Pará com vistas a fixação de residência para a exploração da castanha. Contudo, a expansão da fronteira agrícola impede a consolidação desta e de outras ocupações neste trecho já antropizado, em virtude da PA-254. Em relação aos serviços públicos e a compra de alimentos os moradores recorrem a Vila Mamiá, que fica poucos quilômetros da comunidade.

6.4.8.1.1.4 - Povoados Situados nos Limites Territoriais dos Municípios de Curuá e Alenquer

Vila Mamiá



Figura 6.4.8-15 - Sede da Vila Mamiá



Figura 6.4.8-16 - Escola municipal de Ensino Fundamental



Figura 6.4.8-17 - Praça Central



Figura 6.4.8-18 - Comércio e habitações

Localizada as margens da PA-254, 390 metros, a esquerda, do eixo do traçado da LT. A Vila Mamiá iniciou seu processo de ocupação na década de 1970, período de abertura da PA-254, na época foram cinco famílias de migrantes que vieram de outros municípios do Pará para a exploração da castanha. Em virtude das crescentes queimadas para a formação de pasto e da retirada ilegal de madeira, a exploração da castanha tem perdido nos últimos cinco anos sua importância econômica para as 85 famílias residentes no local. Com isso o plantio de mandioca e de frutas passou a ser a principal atividade econômica da localidade.

Sobre a infra-estrutura disponível, por se tratar de um pólo local, a Vila Mamiá conta uma escola municipal de ensino infantil e fundamental que atende 260 alunos distribuídos em dois turnos e uma unidade básica de saúde com um agente de endemias. Além disso, o bairro conta com abastecimento de água realizado por cada casa que constrói seu poço e a energia elétrica está disponível por apenas quatro horas diárias. De acordo com o entrevistado, os principais problemas da região são a caça e pesca ilegal e o desmatamento para a retirada de madeira.

Assim, como em outros locais as fronteiras aqui são difusas, alguns moradores dizem que a Vila com a criação do município de Curuá teria passado para as terras desse novo município, já para outros a vila pertenceria ao município de Alenquer. Em relação a oferta de serviços públicos estes são mantidos pela prefeitura de Alenquer.

Comunidades Barreirinhas, Areal e Fé em Deus



Figura 6.4.8-19 - PA-254, Barreirinhas



Figura 6.4.8-20 - Escola ensino Fundamental Boa Esperança

Após a Vila de Mamiá, entre 150 e 300 metros do lado esquerdo do eixo do traçado da LT e próximo ao limite entre os municípios de Curuá e Alenquer é possível encontrar um conjunto de lugarejos que é marcado pela ocupação esparsa as margem da PA-254. Em essas comunidades tem em média 20 casas, com a exceção de Areal que possui apenas quatro famílias. Sobre a oferta de serviços públicos, estas comunidades possuem escolas de ensino fundamental para alunos do primeiro segmento (1ª à 4ª série) que completam seus estudos nos pólos locais, exceto Fé em Deus que possui pré-escola. Os serviços de saúde são concentrados no agente comunitário que atua tanto nas sedes, quanto nos ramais ficando com as unidades básicas de saúde dos pólos locais o atendimento ambulatorial.

Neste grupo de localidades, a pressão de fazendeiros sobre as terras destes moradores persiste, além das queimadas, grilagem e invasão de terras, impedindo deste a expansão de ocupação destas localidades.

Bate Roupas e Boa Floresta

Seguindo até as proximidades do km 83 e 91 do empreendimento, a uma distância entre 322 e 291 metros, do lado esquerdo, do eixo da LT encontram-se as comunidades de Bate Roupas e Boa Floresta às margens da PA-254. Essas duas comunidades possuem respectivamente 30 e 45 famílias e contam com uma infra-estrutura comum às demais localidades da região, com uma escola de primeiro segmento do ensino fundamental e agentes comunitários de saúde. As principais atividades econômicas são a pecuária de corte e mandioca. Na comunidade de Boa Floresta é possível encontrar o cultivo da banana. Já em relação à castanha está vem perdendo sua importância em virtude do desmatamento para a formação de pasto nas fazendas.

Comunidade Bela Vista e Currutela



Figura 6.4.8-21 - Sedes das comunidades de Bela Vista e Currutela ou Ponte do Curua

Seguindo pela PA-254, em direção ao município de Alenquer, cerca de 400m do eixo da LT encontra-se as comunidades de Bela Vista e Currutela (Ponte do Curua). Com respectivamente 80 e 105 famílias cada uma.

O histórico de ocupação desta região é similar as demais localidades deste trecho, que com a abertura da rodovia e a exploração da castanha, se intensificou a ocupação e fixação de residência em pequenos lotes que produzem em geral mandioca, castanha em pequena escala e frutas.



Figura 6.4.8-22 - Moradores lavando roupa no rio Curuá.



Figura 6.4.8-23 - Ponte sobre o rio Curuá, divisa de municípios

Sobre a oferta de serviços públicos, as duas localidades contam com escolas de ensino fundamental, mas Bela Vista por se tratar de um pólo local, oferece os dois segmentos do ensino fundamental, recebendo alunos de outras comunidades. Em cada uma delas é desenvolvido o Programas de Agentes Comunitários de Saúde, Bolsa Família e o Programa de Eletrificação Rural (Luz para todos) que já instalou os postes e cabos. O abastecimento de água é realizado por cada família através de poços artesianos e o esgoto é coletado através de fossas rudimentares. A energia elétrica é distribuída por no máximo quatro horas por dia, através de geradores à diesel.

Destaca-se que neste trecho se concentram os principais focos de malária e leishmaniose da região e as demais doenças estão relacionadas ao consumo da água e para minimizar este problema a Pastoral da Criança doou filtro para os moradores de currutela ou Ponte do Curuá.

6.4.8.1.1.5 - Município de Alenquer

Uirapuru e Novo Progresso 01 e 02



Figura 6.4.8-24 - Casas na região de Novo Progresso.



Figura 6.4.8-25 - Moradores do Novo Progresso plantando mandioca ao longo da Faixa de Servidão da PA-254.

Atravessando a ponte sobre o rio Curuá, as primeiras ocupações encontradas são a comunidade de Uirapuru e Novo Progresso 01 e 02. No caso da comunidade do Uirapuru, ela se consiste num pequeno aglomerado com cinco casas que ficam nas proximidades do rio Curuá e a 148 metros a esquerda da faixa de servidão da LT.

Mais a frente cerca de 230 metros a direita da LT é possível avistar uma área que foi ocupada por trabalhadores sem-terra que ficou conhecido como Novo Progresso 01 e Novo Progresso 02. No local são mais de 50 famílias que estariam dispersa em áreas que ocupam as margens da PA-254. Foi identificada a presença de uma escola de ensino fundamental e uma capela. Sobre a saúde seus moradores são assistidos por agentes de saúde.

Uma importante característica dessas áreas é que os moradores aproveitam até a faixa de servidão da rodovia para colocarem pequenos plantios, principalmente de mandioca, a principal cultura que é plantada para obtenção de farinha de mandioca, que é comercializada no comércio da cidade de Alenquer.

Morada Nova



Figura 6.4.8-26 - Praça central com um cruzeiro na comunidade de Morada Nova.



Figura 6.4.8-27 - Típica casa dos moradores de Morada Nova.

Saindo da região do Novo Progresso, entrando num ramal fora da PA-254 é possível avistar um conjunto de fazendas, que estão próximos a comunidade de Morada Nova, que fica a 2,7 Km do eixo da LT.

No local moram cerca de 20 famílias que vivem da criação de gado de corte e do plantio de limão Taiti. De acordo com um morador entrevistado, o local teria cerca de 50 anos e inicialmente a principal atividade explorada era a castanha, que foi aos poucos sendo substituída pela pastagem, para atender os criadores de gado e búfalo. Na comunidade a maioria de seus moradores são parentes.

Comunidade do Corrimão



Figura 6.4.8-28 - Sala de aula.



Figura 6.4.8-29 - Escola Bom Jesus-Santo Antônio.

Voltando para as margens da PA-254 cerca 750m, a direita do eixo da LT encontra-se a comunidade do Corrimão, no local moram cerca de 15 famílias. Pela proximidade com a rodovia e a centralização em relação a outras comunidades, o município instalou uma escola de ensino fundamental e médio para atender as comunidades da vizinhanças.

Em 2008 segundo o diretor da escola existiam 385 alunos matriculados, que eram oriundos das comunidades da região. Sobre o Programa Bolsa Família, cerca de 80% dos alunos receberiam o benefício.

Bom Princípio



Figura 6.4.8-30 - Casas na comunidade de Bom Princípio.



Figura 6.4.8-31 - Bar as margens da PA-254.

Seguindo a PA-254 no sentido a sede do município de Alenquer, na altura das coordenadas 752.468/9.817.396 encontra-se 84 m, a direita do eixo da LT, a comunidade de Bom Princípio.

No local moram cerca de 35 famílias, que vive da pecuária de corte e da agricultura de substância, no local existe uma escola, agente de saúde e um pequeno estabelecimento que atende os usuários da rodovia, assim como, os moradores da comunidade. Nessa região também é possível encontrar algumas fazendas que se encontram próximas a faixa de servidão como as fazendas Bom Futuro e Santa Rosa.

Camburão ou Assentamento Camburão



Figura 6.4.8-32 - Escola da comunidade do Camburão.



Figura 6.4.8-33 - Comunidade de Camburão.

Situado a cerca de 150 m do eixo do traçado da LT fica a localidade conhecida como Camburão. O padrão de ocupação na sede é de lote de 20x40 metros e cada roça têm lotes de até 25 hectares distribuídos entre as 300 famílias residentes no local. A ocupação da região se iniciou com a chegada de migrantes de outros municípios do Pará e da região Nordeste para a coleta da semente da juta. Recentemente, o INCRA definiu a área como área de assentamento rural, entretanto os moradores não fizeram alusão a essa definição.

Atualmente as principais atividades econômicas desenvolvidas são a pecuária de corte e o cultivo da laranja e do limão Taiti, que são vendidos na sede do município de Alenquer. Sobre a infraestrutura disponível, a localidade conta com água potável armazenada em caixas d'água e retirada de poços, uma escola de ensino fundamental que funciona em três turnos, atendendo alunos de Boca Nova, povoado vizinho. A coleta de esgoto é feita através de fossas rudimentares. A localidade é uma das poucas às margens da PA-254 que possui abastecimento de energia elétrica 24 horas por dia.

Camburão é atendido por uma linha de ônibus regular para a sede de Alenquer e possui um clube de mães, entidade assistencial que funciona no moldes de creche e que desenvolve artesanato e atividades recreativas e um agente comunitário de saúde. As principais doenças do local são as diarreias e verminoses, além de gripes e demais infecções respiratórias.

Boca Nova e região do Rio Maicuru

Já próximo a divisa dos municípios de Alenquer e Monte Alegre a 6.000 metros da faixa de servidão, avista-se a comunidade de Boca Nova, no local são aproximadamente 20 casas de pequenos agricultores da região.



Figura 6.4.8-34 - Rio Maicuru.



Figura 6.4.8-35 - Ponte sobre o rio Maicuru.

Nessa região do Rio Maicuru é possível encontrar ocupações com sítios, próximos a PA-254 que fica num raio de 100 metros da faixa de servidão.

6.4.8.1.2 - Trecho 02: Monte Alegre - Prainha

Este trecho do traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná compreende o município de Monte Alegre nas proximidades da comunidade denominada como km 07 até região de fazendas localizadas na PA-254, já na direção do município de Prainha.

A principal característica desta região é a existência de comunidades classificadas e nomeadas por quilômetros, cujas sedes localizadas às margens da rodovia, concentram os serviços públicos e o comércio que atende ao restante da população. Muito embora, esta classificação seja apresentada em maior detalhamento em uma seção específica deste estudo, cumpre ressaltar que a população desta região, se assemelha mais às das periferias urbanas, seja em virtude de sua proximidade com as mesmas, seja pela oferta de serviços e comércio. Isto não exclui, de modo algum, a influência e práticas típicas do modo de vida rural, até porque, as fazendas

esparsamente distribuídas entre essas localidades figuram como principais empregadores dos moradores da região.

Nesta parte do traçado merecem destaque as comunidades do Limão, Patauí e Água Branca do Paulino, localizadas em Monte Alegre, e o Km13, Km 15 e comunidade Jatuarana, localizadas em Prainha. Nestas localidades encontra-se uma atividade comercial mais intensa, apesar da mandioca ser o principal cultivo, e um número maior de famílias compondo cada localidade.

Quadro 6.4.8-3 - Ocupações Identificadas no Traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná - Trecho 02

Índice do Mapa	Município	Descrição	Lado	Distância da Linha	Km da Linha	X	Y
44	Monte Alegre	Três Irmãs	Esquerdo	135	161,52	792264	9821436
45	Monte Alegre	KM 35	Esquerdo	1.289	172,33	802147	9825490
46	Monte Alegre	KM 28	Esquerdo	605	178,44	808566	9825260
47	Monte Alegre	Km 19	Esquerdo	8.181	184,89	815859	9832030
48	Monte Alegre	Entrada para Serra Azul	Direito	497	191,40	821309	9822656
49	Monte Alegre	KM 11	Direito	505	193,94	823827	9822352
50	Monte Alegre	KM 7	Direito	549	198,59	828.446	9.821.766
51	Monte Alegre	cerca de 06 fazendas próximo a cruzamento de setores	Direito	564	200,93	830.770	9.821.478
52	Monte Alegre	Faz. Acapuco	Direito	577	202,58	832.400	9.821.274
53	Monte Alegre	Comunidade do limão	Direito	76	207,98	170.150	9.821.850
54	Monte Alegre	Patauí + Macaca	Esquerdo	89	215,59	177.466	9.823.780
55	Monte Alegre	Comunidade de Água Branca do Paulino	Esquerdo	2.386	216,17	177.268	9.826.140
56	Prainha	Região de fazendas	Esquerdo	1.739	218,06	179.265	9.826.140
57	Prainha	KM 13	Esquerdo	432	221,78	183.213	9.826.112
58	Prainha	KM 15	Esquerdo	386	225,32	186.573	9.827.214
59	Prainha	Retiro paraíso	Esquerdo	371	226,15	187.365	9.827.470
60	Prainha	Região de fazendas próximas ao ramal do Dejur	Esquerdo	3.848	229,66	189.557	9.831.896
61	Prainha	KM 19	Esquerdo	338	230,36	191.462	9.828.816
62	Prainha	Comunidade de Jatuarana	Esquerdo	1.258	240,55	201.842	9.828.422
63	Prainha	Cruzamento LT - PA 254	Direito	676	243,51	203.938	9.825.570
64	Prainha	Comunidade de Patuá	Direito	1.575	244,52	204.568	9.824.374
65	Prainha	Comunidade de Majari	Direito	4.688	245,53	204.417	9.821.106
66	Prainha	Fazendas na PA 254	Direito	4.850	245,60	204.428	9.820.928

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008.

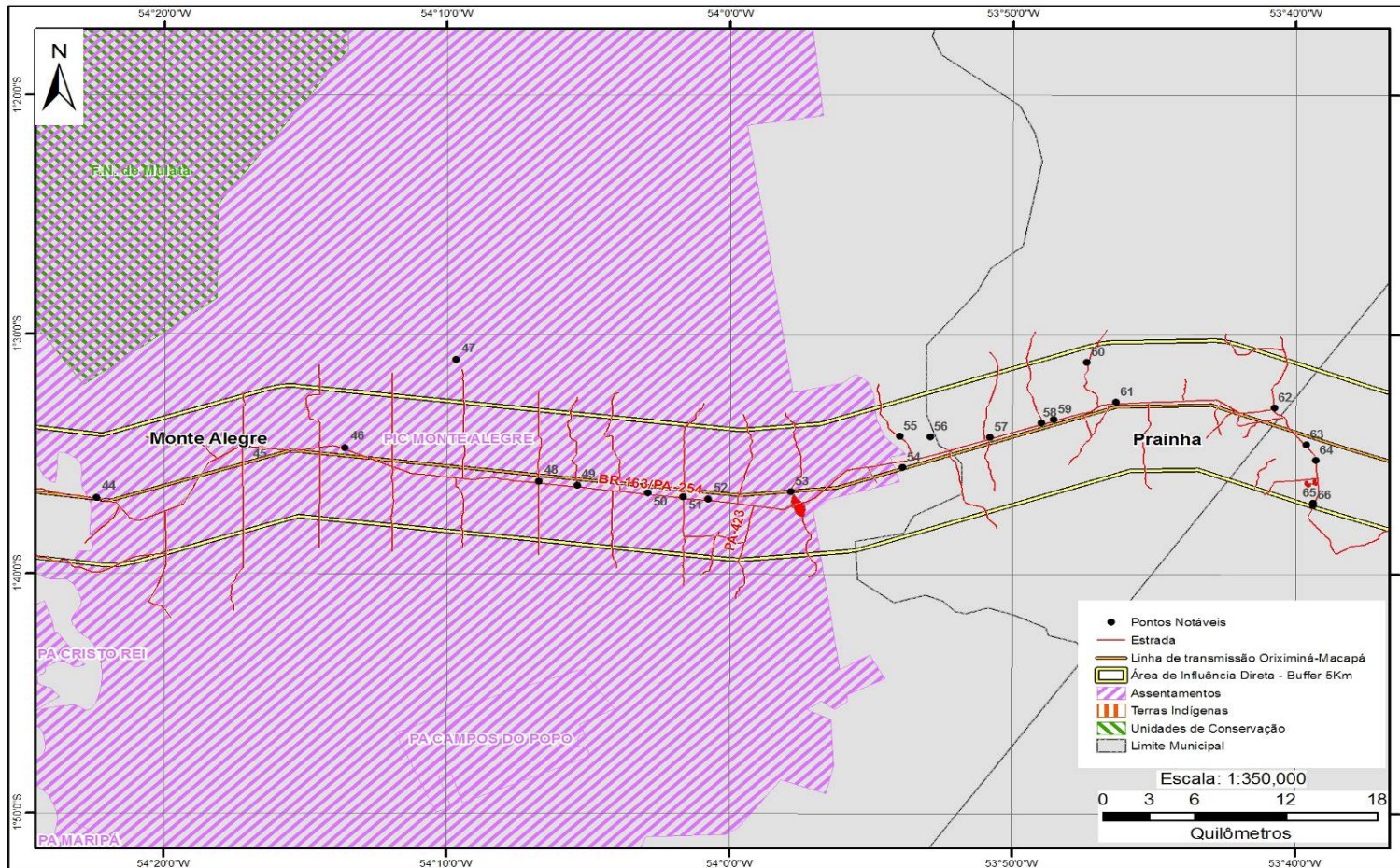


Figura 6.4.8-36 - Mapa com os pontos de campo e a passagem da LT no trecho 02

As seguir são descritos os principais aglomerados, vilas e localidades identificadas no longo do corredor de 10 Km do traçado, no trecho 2.

6.4.8.1.2.1 - Município de Monte Alegre

Nessa região do município de Monte Alegre, uma ocupação muito comum encontrada são os quilômetros termo usados pelos moradores da região da PA-254, para definir um aglomerado de casas e estabelecimentos comerciais. Geralmente nestes locais estariam concentrados os principais serviços ao redor do local, tais como posto de saúde e escolas.

Três Irmãs



Figura 6.4.8-37 - Bar na localidade de Três Irmãs



Figura 6.4.8-38 - Localidade de Três Irmãs

Localizada nas proximidades da Ponte do rio Maircuru, a 135 metros a esquerda da faixa de servidão, a comunidade de Três Irmãs é composta por cerca de 20 famílias que vivem num pequeno aglomerado, as margens da PA-254.

Como na maioria das localidades da região a economia dos moradores está voltada para agricultura com destaque para mandioca e para o trabalho nas fazendas de gado da região.

Km 35



Figura 6.4.8-39 - Unidade básica de saúde do Km 35



Figura 6.4.8-40 - Estabelecimentos comerciais localizados na sede da comunidade.

Seguindo em frente pela PA-254 a cerca de 1.200 metros a esquerda da faixa de servidão encontra-se a localidade denominada de km 35 com 130 famílias. No local a PA-254 corta a comunidade ao meio.

Na comunidade existem comércio e serviços públicos que atendem as demais localidades encontradas na região (Três Irmãs, KM 28, KM 19 entre outros). Assim sendo, possui uma unidade básica de saúde com 01 técnico em enfermagem, 01 escola de educação fundamental com 500 alunos divididos em 03 turnos e energia elétrica (gerador).

Km 28

Depois do Km 35, outra pequena localidade encontrada na região é o Km 28 essa localidade fica nas margens da PA-254 cerca de 600 metros a esquerda da faixa de servidão. No local é possível avistar poucas casas dispersas ao longo das margens da rodovia.

Km 11



Figura 6.4.8-41 - Escola Municipal no Km 11



Figura 6.4.8-42 - Sede do Km 11 e comércio local

Já na altura do Km 193 da LT, a cerca de 505 metros a direita da faixa de servidão encontra-se o Km 11, assim como as demais forma de ocupação dessa região a PA-254 corta a localidade ao meio. O local é considerado um importante aglomerado com cerca de 150 famílias. Também, é visto pelos moradores da região como um pólo local, pois atende às demandas por serviços públicos e em especial, saúde e educação, de outras comunidades menores. A localidade conta com uma escola de ensino fundamental e médio que atende a 800 alunos distribuídos em dois turnos, um centro de saúde com clinico geral e enfermeiro e atividade comercial diversificada.

O Km 11 é um dos poucos adensamentos localizados ao longo da PA-254 que contam com coleta de lixo realizada três vezes por semana, dois horários diários de transporte coletivo para Monte Alegre e até mesmo posto de gasolina. Esta localidade é uma importante produtora de milho, feijão e mandioca, além de gado bovino e urucu que atende ao mercado de Monte Alegre e comércio local.

Km 07



Figura 6.4.8-43 - Localidade do Km 07



Figura 6.4.8-44 - Casas no Km 07

Com o empreendimento próximo a PA-254 o primeiro núcleo de ocupação é o Km 07 localizado na altura do km 193 do empreendimento, situado a cerca de 500 m do eixo da LT numa área no final dos setores. Com uma população de 21 famílias, esta comunidade tem o Km11, que não integra a área de influencia direta, como sua referência nos serviços públicos e comércio.

A mandioca é o principal produto cultivado, seguido do milho e do feijão. A mandioca é beneficiada, através da farinha.

Região das Fazendas



Figura 6.4.8-45 - Áreas de fazendas às margens da PA-254

Ao longo do trecho é possível encontrar grande áreas de fazendas. De modo geral, as sedes se localizam ao longo da rodovia PA 254. Nessa região as fazendas encontram-se em uma média de 600 metros a direita da faixa de servidão da LT. Em geral são responsáveis pela produção de gado bovino e bubalino que atendem às sedes dos municípios da Área de Influência e os municípios de Santarém e Belém.

Destaca-se que durante as entrevistas de campo realizadas com moradores da região, as derrubada das matas (áreas de castanhais) e a ampliação das áreas das fazendas para a formação de pasto são apontadas junto com a caça como um dos principais problemas ambientais e gerador de conflitos na região.

Comunidade do Limão



Figura 6.4.8-46 - Estabelecimentos comerciais na sede da comunidade Limão.

Passando pelas margens da PA-254, na faixa de servidão, do eixo do traçado situa-se a comunidade do Limão, na altura do km 207 da LT. Esta é uma das comunidades pólo que possui características área de periferia urbana, seja pela oferta de serviços e farto comércio, seja pelo tamanho de sua população, com aproximadamente 400 famílias, conforme informado pela associação de moradores do Limão.

As casas são de médio padrão construtivo, inclusive de dois pavimentos feitas com uma combinação em alvenaria e madeira, extraídas da região. A coleta de água é feita por cada casa, através de poços artesianos e o esgoto é destinado para as fossas sépticas construídas nos fundos dos terrenos.

Sobre a oferta de serviços públicos disponíveis, a comunidade possui uma escola de ensino fundamental, unidade básica de saúde e uma creche municipal. Além disso, o Limão também conta com transporte público regular para Monte Alegre e Prainha. A falta de cobertura policial nas comunidades do trecho pesquisado é um dos principais problemas apontados pelo entrevistado, pois, a comunidade sofre com ocorrências de furto, rixas ocasionadas pelo consumo de bebidas alcoólicas. Destaca-se, que na época da pesquisa de campo, estava para ser inaugurado na comunidade um posto policial.

Sobre a economia, a comunidade é uma importante produtora de pimenta do reino e hortifrutigranjeiros, sobretudo de tomate que nos cálculos de um produtor da comunidade, no momento da pesquisa de campo havia cerca de cinco mil pés plantados. Essa produção é vendida para as cidades de Monte Alegre, Santarém e Manaus. Além disso, os moradores criam gado misto, em média cada morador possui 100 cabeças de gado.

Patauá e Macaca



Figura 6.4.8-47 - Fazenda na região de Patauá.



Figura 6.4.8-48 - PA-254, próximo a região da Macaca.

Saindo da comunidade do Limão pela PA-254 em direção ao município de Prainha, na altura das coordenadas 177.466/9.823.780, a ocupação marcada por fazendas e pequenos sítios, conhecidos como Patuá e Macaca. Essa região fica a cerca de 90 metros do eixo da LT.

De acordo com uma moradora do local são aproximadamente 15 casas dispersas nas proximidades da rodovia. Essas famílias quando precisam utilizar os recursos públicos ou até mesmo realizar pequenas compras vão até a comunidade do Limão.

Água Branca do Paulino



Figura 6.4.8-49 - Escola de Água Branca do Paulino.



Figura 6.4.8-50 - PA-254, Igreja na localidade de Água Branca

Já na divisa entre os municípios de Monte Alegre e Prainha, saindo da PA-254 encontra-se a comunidade de Água Branca do Paulino situada a cerca de 2,3 Km, a esquerda, da faixa de servidão.

No local moram cerca de 50 famílias que vivem da agricultura de subsistência, além da pecuária de corte. Na comunidade possui uma escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série) com 120 alunos, seis professores e duas serventes. A escola atende não só alunos da comunidade, mas também, alunos vindos de outras comunidades inclusive do município de Prainha.

6.4.8.1.2.2 - Município de Prainha

KM's



Figura 6.4.8-51 - Habitações no km 19.



Figura 6.4.8-52 - PA-254 Posto de Saúde no Km 13.

Já entrando no município de Prainha existe um conjunto de pequenas localidades. A ocupação é dispersa ao longo da PA-254. Essas localidades são conhecidas como KM, entre estes estão os Km's 13, 17,15 e 19.

Nesse trecho, primeira localidade encontrada é o km 13 (Casculo), situado a uma distância aproximada de 430 metros da LT, nas coordenadas 183.213/9.826.112. No local moram cerca de 25 famílias que encontram dispersas ao longo da PA-254. No local é possível encontrar um posto de saúde que atende as demais comunidades que se encontram nessa região da PA-254.

Destaca-se que a comunidade que se encontra mais próxima do traçado da LT é o Km 19 que fica a cerca de 340 metros do eixo da LT.

Como na maioria das comunidades dessa área seus moradores vivem da agricultura de subsistência com destaque para a mandioca e seus derivados e para as pequenas criações de gado de corte e búfalo.

Comunidade Jatuarana



Figura 6.4.8-53 - Padrão construtivo das habitações do Jatuarana



Figura 6.4.8-54 - Unidade Básica de Saúde

A comunidade Jatuarana fica a cerca de 1,2 Km do traçado da LT, próxima ao entroncamento que leva a sede do município de Prainha. A ocupação do local teve início no ano de 1978 com a chegada dos “pioneiros” vindos do Maranhão, Ceará e do município de Monte Alegre para a extração do leite da maçaranduba e têm na figura do Sr. Jose Brito o seu principal expoente e primeiro morador.

A comunidade possui 91 famílias distribuídas em 113 casas de médio padrão construtivo, feitas com a madeira quaruba e com cinco cômodos em média. De modo geral os lotes possuem trezentos metros quadrados, sendo 10x30 metros.



Figura 6.4.8-55 - Vista da sede do Jatuarana

A infra-estrutura Jatuarana é similar às demais com relação ao saneamento básico e captação de água, onde são utilizadas fossas rudimentares, localizadas nos quintais das casas e poços artesanais. O lixo produzido pelas famílias é queimado nas próprias residências, pois não existe coleta pública no bairro. Sobre a oferta de serviços públicos, a comunidade conta com uma escola de ensino fundamental e médio, atendendo alunos das comunidades vizinhas, permitindo que os alunos percorram uma distância menor para o prosseguimento de seus estudos. Possui também uma unidade básica de saúde com 02 agentes comunitários e contou até o ano de 1992 com os serviços das parteiras tradicionais. De acordo com o entrevistado, o último registro de malária no local foi em 2003, mas persiste a incidência de doenças de veiculação hídrica em crianças, porém a utilização de filtros d'água contribuiu para a sua diminuição.

O Jatuarana conta ainda com energia elétrica 24 horas por dia, oito telefones públicos distribuídos pela comunidade e uma linha regular de ônibus para Monte Alegre e a sede de Prainha. De acordo com o entrevistado, o principal problema ambiental da região é o desmatamento realizado para a formação de pasto promovido pelos fazendeiros que se instalam na região.

Patauá e Comunidade de Majari



Figura 6.4.8-56 - Habitações na comunidade Majari.



Figura 6.4.8-57 - PA-254 escola municipal.

Já quase no final da PA-254 encontram-se duas localidades conhecidas como Majari e Patauá com sete e cinco famílias respectivamente. Essas comunidades encontram-se em média 3 Km do traçado da LT.

No local foi identificada a presença de uma escola de ensino fundamental (1^a a 4^a série), que atende as famílias dessas localidades, sobre outros serviços os moradores se deslocam para a comunidade de Jutuarana ou para a sede do município.

6.4.8.1.3 - Trecho 03: Prainha - Almeirim

Este trecho do traçado se inicia nas proximidades do Igarapé Xicantã, na região do Xicáia (coordenadas 242.599/9.806.472), perto do limite entre Prainha e Almeirim e termina na altura das coordenadas 315.554/9.833.344, região do rio Paru, já no município de Almeirim.

A principal característica desta região é a existência de comunidades nos igarapés e rios que serão atravessados pelo empreendimento. Nesta região o deslocamento da população é exclusivamente fluvial e tem no rio Amazonas a principal forma de acesso e circulação, bem com o rio Paru que será atravessado pelo empreendimento. Além disso, o sistema várzea - terra firme (ou planalto), diretamente relacionado ao ciclo de cheia dos rios impõe limites e especificidades à dinâmica de ocupação da região.

Merecem destaque as comunidades Juturuna e Maruaru, por serem as mais próximas da faixa de servidão, e as comunidades Praia Verde, Botafogo e Pniel, em virtude da intensa atividade pesqueira e sua importância para a economia destas populações.

Quadro 6.4.8-4 - Ocupações Identificadas no Traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná - Trecho 03

Índice do Mapa	Município	Descrição	Lado	Distância da Linha	Km da Linha	X	Y
68	Prainha	Porto do Xicaia	Direito	9.510	307,38	267494	9809556
69	Prainha	Vila de São João no rio Jutai	Direito	2.902	321,97	282019	9820752
70	Almeirim	Região de fazendas do Jutai (cerca de 10 fazendas)	Direito	3.040	315,59	275802	9818322
71	Almeirim	Comunidade do Livramento do Aramum	Direito	2.330	324,93	284568	9822344
72	Almeirim	Santo Antônio	Direito	1.842	331,36	290321	9824768
73	Almeirim	Tucumanduba	Direito	1.445	334,03	292791	9825862
74	Almeirim	Praia Verde	Direito	993	341,20	299366	9827836
75	Almeirim	Região da Serra Velha Pobre (provável área da sub-estação)	Direito	1.785	343,41	301575	9827044
76	Almeirim	Comunidade Fé em Deus	Direito	2.745	345,26	304917	9826556
77	Almeirim	Comunidade de Botafogo	Direito	3.803	347,86	306921	9826544
78	Almeirim	Comunidade Pinel	Direito	4.643	350,51	309693	9826704
79	Almeirim	Bacabal	Direito	4.805	353,77	312796	9827716
80	Almeirim	Itanduba	Esquerdo	836	356,12	312986	9833826
81	Almeirim	Comunidade de Bela Vista	Esquerdo	2.786	353,38	309725	9834668
82	Almeirim	Região da comunidade do Juturuna	Esquerdo	6.090	350,69	306039	9836798
88	Almeirim	Faz. São Vicente	Esquerdo	7.807	350,59	305329	9838364
89	Almeirim	Serra Grande	Esquerdo	7.115	351,40	306334	9838007
90	Almeirim	Fazenda na Serra Grande	Esquerdo	6.620	352,50	307536	9837936
91	Almeirim	Comunidade de Maruaru	Esquerdo	9.368	354,51	308437	9841222
93	Almeirim	Boca do igarapé Maruaru	Esquerdo	8.525	354,11	308358	9840290
94	Almeirim	Fazendas	Esquerdo	1.081	356,85	313573	9834313
95	Almeirim	Fazenda Santa Rosa	Direito	531	358,35	315554	9833344
96	Almeirim	Ilha de Santa Cruz	Direito	912	358,49	315817	9833036
97	Almeirim	Comunidade do Jaburu	Direito	4.529	360,68	319158	9830441
98	Almeirim	Entrada da Boca do Rio Paru	Direito	3.898	360,23	318515	9830870

Fonte: pesquisa de campo, novembro de 2008.

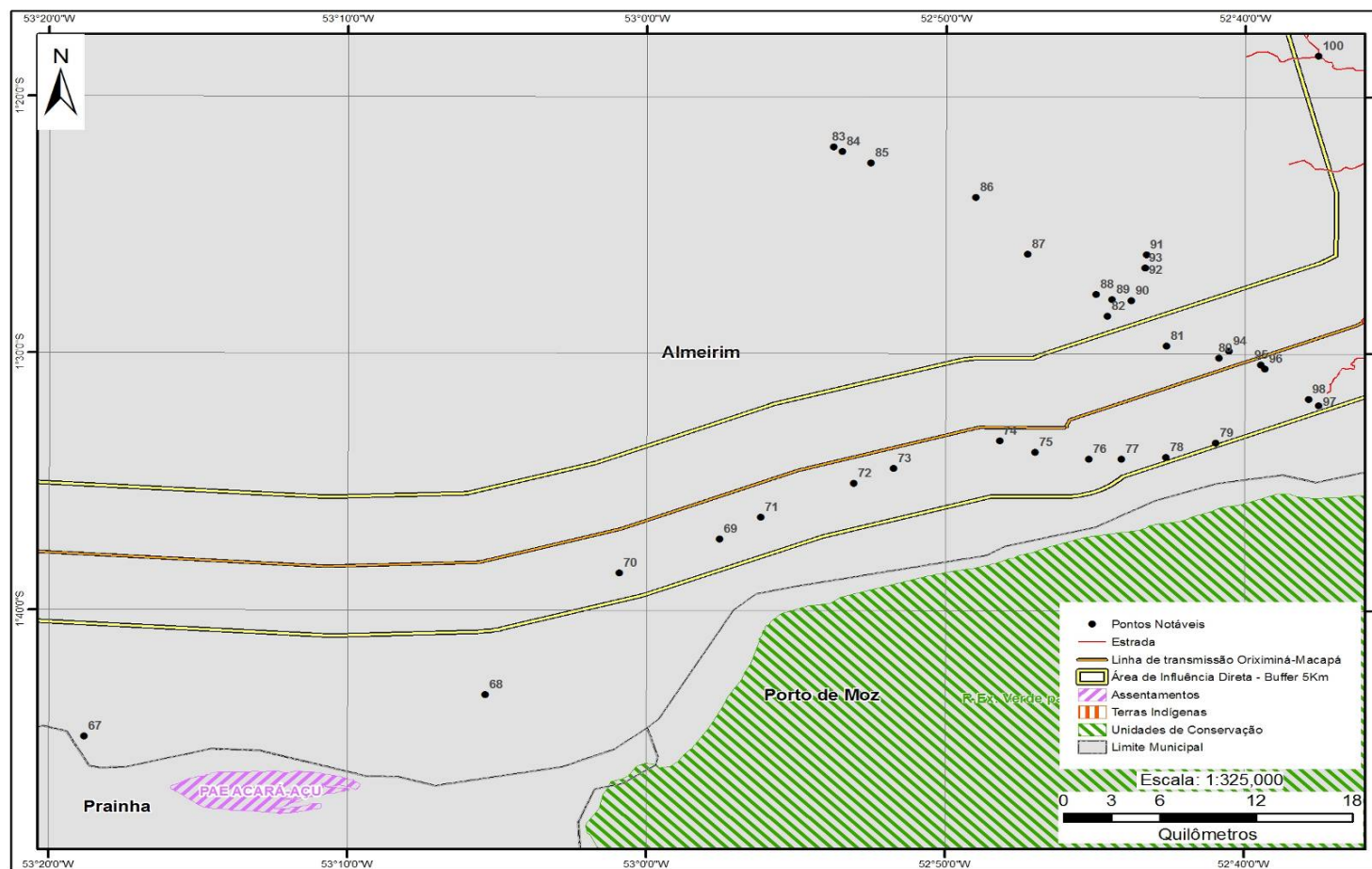


Figura 6.4.8-58 - Mapa com os pontos de campo e a passagem da LT no trecho 03

A seguir são descritos os aglomerados, vilas e povoados situados ao longo do corredor de 10Km do traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná, nesse trecho 03.

6.4.8.1.3.1 - Município de Prainha

Região do Chicaia



Figura 6.4.8-59 - Porto do Chicaia



Figura 6.4.8-60 - Embarcação pelo rio Amazonas.

Nessa região, assim, como em outras do baixo a Amazonas, a forma de ocupação do espaço e a economia são semelhantes. Vivem da dinâmica de várzea e terra firme, essa realidade influencia diretamente nos modos de vida da população local, determinando o que deve ser cultivado e aonde esse cultivo deve acontecer.

Além disso, essa relação está intimamente ligada à forma que trabalham na floresta e até mesmo na maneira de construir suas habitações. Essas por sua vez são construídas a cerca de 1 ou 2m do chão, utilizando a madeira, cobertas com telhas de amianto, barro ou palha, geralmente tem em média 15 anos e segue um conhecimento passado de geração para geração.

6.4.8.1.3.2 - Município de Almeirim

Vila de São João (rio do Jutaí)



Figura 6.4.8-61 - Posto de saúde na vila de São João.



Figura 6.4.8-62 - Fazendas na região do rio Jutaí.

A vila de São João Localizada na entrada do rio do Jutaí a cerca de 2.902 metros a direita da faixa de servidão, são aproximadamente 40 casas, construídas de madeira nas palafitas próximas ao rio Jutaí. Neste local após a vila é possível encontrar varias fazendas de criação de gado e búfalo.

Na vila existe escola é posto de saúde, que atende os moradores que circulam nessa região do rio Jutaí.

Comunidade Livramento do Aramum



Figura 6.4.8-63 - Vila do Livramento do Aramum



Figura 6.4.8-64 - Casas do Livramento do Aramum.

A comunidade do livramento do Aramum localizada no igarapé do Aramum, a cerca de 2,3Km do eixo da LT. A comunidade é dividida em dois núcleos: Livramento e Vila Pedreira. No total, são aproximadamente 25 famílias que vivem principalmente da pesca e da fabricação de farinha de mandioca.

Durante as entrevistas foi muito comum os moradores dessa região do Baixo Amazonas associarem a LT a chegada de luz ou até mesmo associarem o empreendimento ao Programa do Governo Federal Luz Para Todos, na expectativa que a energia elétrica seja distribuída para a comunidade. De acordo, com um entrevistado a falta de energia elétrica é um dos principais problemas enfrentados pelos moradores da região. Além, da falta de energia os moradores apontaram a falta de assistência médica.

Por causa dos problemas de saúde e desnutrição a pastoral da criança treinou alguns moradores para orientar as mães e as crianças sobre a importância da desnutrição infantil, combate a verminoses e filtragem da água.

Quanto aos serviços sociais essenciais a comunidade dispõe de uma escola, voltada para o ensino fundamental.

Comunidade de Tucumanduba



Figura 6.4.8-65 - Casa de farinha na comunidade de Tucumanduba.



Figura 6.4.8-66 - Canoas utilizadas para o transporte e pesca dos moradores de Tucumanduba.

A Comunidade de Tucumanduba localiza-se nas margens do rio Amazonas, a cerca de 1,8 Km, a direita, do traçado da LT. De acordo com moradores do local, a comunidade é composta por

cerca de 20 casas, de pequenos agricultores que vivem da pecuária de corte, pesca e da agricultura de subsistência.

No local existe uma escola de ensino fundamental (1^a a 4^a série), denominada escola de São Sebastião inaugurada em 1984, como na maioria das escolas dessa região do Baixo Amazonas, ela é construída de forma simples utilizando a madeira como o principal recurso. Sobre assistência médica, na vila não existe posto de saúde e são assistidos por agentes de saúde que geralmente é da comunidade. Mais a frente à cerca de três mil metros da faixa de servidão é possível encontrar a comunidade de Santo Antônio, no local são 10 casas que ficam dispersas na margem do rio Amazonas.

Comunidade de Praia Verde



Figura 6.4.8-67 - Casas sendo construídas na comunidade



Figura 6.4.8-68 - Casas na palafita em Bela Vista.

Na margem do rio Amazonas próximo a Serra da Velha Pobre, localiza-se a comunidade de Praia Verde, situada a cerca de 990 Km do eixo da LT. Na comunidade são cerca de 40 famílias, que vivem principalmente da pesca. A importância da atividade pesqueira pode ser observada pelo festival do camarão que atrai “gente de todo lado” como explicou um morador do local.

Além da pesca no rio a comunidade explora o pequeno balneário localizado, as margens do Rio Amazonas. Segundo um entrevistado na época de praia o local é bem procurado por moradores das redondezas e é nesse local que a comunidade organiza o festival de camarão. Sobre a pesca do camarão os moradores montam armadilhas próximas a Serra da Velha Pobre.

Comunidade Botafogo



Figura 6.4.8-69 - Comunidade de Botafogo



Figura 6.4.8-70 - Área comunitária da comunidade.

Localizada à aproximadamente 3,8 Km do eixo do traçado da LT, na altura do km 350 da Linha de Transmissão, a comunidade Botafogo possui 31 famílias e teve sua ocupação iniciada nos anos 1950, a partir da chegada de migrantes de outras regiões do Estado do Pará. O principal acesso ao local é feito através de barcos e lanchas pelo rio Amazonas.

A pesca, em particular da Dourada e do camarão constitui na atividade econômica mais importante do local.

Quanto aos serviços públicos essenciais a comunidade é atendida por agentes comunitários de saúde e possui uma escola de ensino fundamental que atende aos moradores da comunidade e aos estudantes da comunidade vizinha Fé em Deus.

Comunidade Pniel



Figura 6.4.8-71 - Vista da comunidade Piniel a partir do rio Amazonas

A comunidade Pniel situa-se distante cerca de 4,6 Km do traçado da LT. O acesso a ela se por barcos e lanchas pelo rio Amazonas.

A comunidade Pniel possui cerca de 50 famílias residentes. De acordo com as informações de moradores do local, a comunidade possui cerca de 10 anos de existência.

O cultivo de mandioca e a pesca são as atividades econômicas mais importantes do local. O sistema de plantio segue a várzea - terra firme. O plantio da mandioca é feito entre novembro e maio, enquanto que o período de pesca é de junho a outubro. Os pescadores de Pniel estão organizados através da colônia Z 33 e utilizam a rede de arrasto para pesca da dourada, piaba, curumatã e pacu.

As casas dos moradores são de baixo padrão construtivo, feitas de madeira e cobertas com palha de curuá e todas elas possuem banheiros.

A comunidade possui uma escola direcionada ao ensino fundamental. No entanto, para o segundo segmento do ensino fundamental (5 - 8 série), os alunos dirigem-se para a sede de Almeirim para estudar. Outro aspecto relevante é o calendário escolar que não corresponde ao período de cheia, quando a população do litoral migra para a terra firme, o que ocasiona evasão escolar nessa faixa etária.

A comunidade do Pniel dispõe de 01 telefone público. Cerca de metade das famílias residentes são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. A Pastoral da Criança promove oficinas de capacitação de lideranças para o enfrentamento de conflitos. De acordo com o entrevistado, o principal problema da comunidade se dá em terra firme, com a destruição das lavouras pelos rebanhos da Jarí Celulose, que ficam soltos e “estragam” as lavouras dos moradores.

Região do Rio Paru



Figura 6.4.8-72 - Rio Paru afluyente do rio Amazonas.



Figura 6.4.8-73 - Casas no rio Paru.

Nessa região foram identificadas algumas localidades e fazendas que estão dispersa ao longo do Buffer, entre estas comunidades estão Perpetuo Socorro, Bela Vista, Marauaru, Itanduba entre outras. A agricultura praticada na região é aquela relacionada principalmente com as chamadas culturas de subsistência sendo as principais: milho, feijão, mandioca, banana e cana-de-açúcar. A agricultura ali é ora desenvolvida na várzea (período de estiagem) ora é desenvolvida na terra firme (período de chuvas), longe das águas e enchentes.

Na terra firme, durante o período da chegada das chuvas ou inverno, seus moradores deslocam o gado para esse ambiente. Já no período da estiagem, o gado passa ficar na várzea pastando nas pastagens naturais que se formam nesse espaço. No caso da pecuária os fazendeiros, também, praticam esse manejo, de ir e vim com o gado, ou seja, ora na várzea, ora na terra firme, como já descrito em outra seção deste documento. Assim sendo, logo abaixo serão apresentadas algumas comunidades que se encontram mais próximas da faixa de servidão. Ressalta-se que da entrada do rio Paru até a faixa de servidão são aproximadamente 3.898 metros.

Itanduba



Figura 6.4.8-74 - Vista da comunidade Itanduba a partir do rio Paru

Na região do rio Juru, a 836 metros a esquerda da faixa de servidão, encontra-se uma pequena comunidade conhecida como Itanduba, com cerca de 10 casas construídas de madeira e na palafita. Na localidade não encontrou escola nem posto de saúde, no entanto, existe um salão comunitário, onde os moradores comemoram a festa de São Sebastião.

Nessa região, também, é possível encontrar a fazenda Santa Cruz, onde a principal atividade é a criação de gado de corte e búfalo. Conforme explicou um morador do local, na época das cheias

o gado é levado para regiões conhecidas como terra firme. Além do gado e búfalos os moradores dessa região vivem da produção da farinha de mandioca.

Comunidade de Jurutuna



Figura 6.4.8-75 comunidade de Jurutuna



Figura 6.4.8-76 Casas na palafita em Jurutuna.

A comunidade de Jurutuna fica as margens do rio Paru, cerca de 6 km, a esquerda do traçado da LT.

A comunidade é composta por cerca de 10 famílias. As residências encontram-se espaçadas ao longo da margem do rio Paru.

Os modos de vida das famílias residentes está centrado na pesca e da agricultura que são desenvolvidas conforme os regimes climáticos da região. A atividade pesqueira é desenvolvida no rio Paru e seus afluentes. Dentre as espécies mais capturadas de valor comercial, destacam-se: surubim, tucunaré, aracu, pescada, aruanã, curimatã, jataurana, piaba, mapará e acari.

Com relação às atividades agrícolas, estas são direcionadas a subsistência familiar. O cultivo é centrado plantio de mandioca para a fabricação de farinha, que é cultivada em terra firme. Além da agricultura de subsistência, os moradores criam gado de corte e búfalos. Estes são levados para terra firme no período de chuvas ou inverno que dura cerca de sete meses. No local não foi identificado à presença de escola ou posto de saúde.

Comunidade de Bela Vista



Figura 6.4.8-77 - Comunidade de Bela Vista no rio Paru.



Figura 6.4.8-78 - Casas na palafita em Bela Vista.

A comunidade de Bela Vista localizada a cerca de 2,7 Km, a direita do eixo do traçado da LT. A vila é composta por cerca de 25 casas, uma escola, na qual está funcionando em um local improvisado e duas igrejas: católica e Assembléia de Deus. Em relação às questões de saúde estas são acompanhadas por agentes de saúde.

Também, no local foram identificados alguns rumores de conflitos entre os moradores da comunidade é o Projeto Jari. Na explicação de um entrevistado a empresa tenta retirar os moradores da comunidade alegando que a área onde está a comunidade é da empresa. A questão conflituosa entre a Jari e os moradores desta região apareceu na fala de outros entrevistados e em outras comunidades do local.

Comunidade Maruaru



Figura 6.4.8-79 - Núcleo central da comunidade Maruaru

Dos povoados da região do rio Paru, a comunidade Marauaru é uma mais próximas do empreendimento, situada a cerca de 9 Km, do lado esquerdo, do eixo do traçado da LT, próximo ao km 354 do empreendimento.

O acesso a esta comunidade se dá através do igarapé Maraurú. A comunidade Maraurú é composta por aproximadamente 10 famílias distribuídas em 10 casas. Na área central da comunidade existe uma escola multiseriada com dois professores que se revezam para atender aos alunos que residem nos demais igarapés. O principal meio de transporte da região é a canoa, pois em virtude da profundidade dos igarapés, não é possível o acesso por barcos.



Figura 6.4.8-80 - Escola na comunidade de Marauaru.



Figura 6.4.8-81 - Igarapé Marauaru.

As casas são revestidas de palha do curuá que é retirada nas fases de lua nova, pois de acordo com o entrevistado é o momento em que ela se torna mais resistente. As famílias residentes vivem da agricultura de subsistência, os principais cultivos são a macaxeira, feijão e cará, além de pequenas criações de gado bubalino (50 cabeças). De acordo com os entrevistados, eventualmente o gado é atacado por onças, o que compromete a renda dessas famílias eventualmente.

As mulheres chefes de família da comunidade recebem bolsa família e cultivam plantas medicinais em virtude da precária cobertura do PACS na região.

Assim como apontado pelos moradores da comunidade Bela Vista, o principal conflito existente está relacionado com a constante intimidação que a Jarí Celulose faz junto aos moradores ao afirmar que as terras ali ocupadas são de sua propriedade.

Conjunto de fazendas no Rio Paru

Na região conhecida com Serra Grande no rio Paru, foi possível encontrar algumas fazendas como Serra Grande, São Vicente e Santa Rosa. Essas fazendas situam-se a cerca de 1 Km do eixo do traçado da LT.

6.4.8.1.4 - Trecho 04: Almeirim - Laranjal do Jari

O quarto trecho do traçado compreende a divisa dos municípios de Almeirim no Estado do Pará e Laranjal do Jari no sul do Estado do Amapá, localizados na altura das coordenadas 323.651/9.832.640 (lixão do município de Almeirim no Pará), até a altura das coordenadas 348.010/9.931.568 no Igarapé do Meio na divisa da RESEX do Cajari, no município de Laranjal do Jari.

Nessa região o padrão de ocupação, pode ser dividido entre as áreas ocupadas pelo Projeto Jari, abrangendo quase 100 km entre a sede do município de Almeirim e o distrito de Monte Dourado; a expansão urbana do município de Laranjal do Jari; ocupações de fazendas de gado e pela área da RESEX do Cajari e seu entorno.

Com intuito de possibilitar uma visualização melhor desta parte do traçado logo abaixo será apresentada o Quadro 6.4.8-5 e a Figura 6.4.8-82, contendo as principais ocupações identificadas ao longo desse trecho 4.

Quadro 6.4.8-5 - Ocupações Identificadas no Traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná - Trecho 04

Índice Mapa	Município	Localidade	Lado	Distância da Linha (m)	Km da Linha	X	Y
100	Almeirim	Comunidade do Guete	Direito	3.578	364,94	319.095	9.855.486
101	Almeirim	Entrada Norte da Fábrica da Jari Celulose	Esquerdo	6.126	387,58	339.159	9.898.556
102	Almeirim	Monte Dourado	Direito	4.918	439,41	328.192	9.904.180
103	Laranjal do Jari	Sagrado Coração	Esquerdo	2.566	443,89	330.532	9.905.580
104	Laranjal do Jari	Bairro Nova Esperança	Esquerdo	1.709	445,26	331.391	9.906.644
105	Laranjal do Jari	Centro de Laranjal do Jari	Esquerdo	2.594	446,12	330.510	9.906.732
106	Laranjal do Jari	Loteamento Castanheira	Esquerdo	1.826	446,12	331.621	9.907.548
107	Laranjal do Jari	Loteamento Cajari	Esquerdo	1.701	446,22	332.385	9.908.474
108	Laranjal do Jari	Aeródromo do Gaucho	Esquerdo	1.396	447,41	332.608	9.908.258
109	Laranjal do Jari	Loteamento Sarney	Esquerdo	420	447,35	334.410	9.909.210
110	Laranjal do Jari	Assentamento Nazaré Mineiro	Esquerdo	1.399	449,14	333.727	9.909.950
111	Laranjal do Jari	Aeródromo de Laranjal	Esquerdo	1.589	449,38	334.291	9.912.170
112	Laranjal do Jari	Balneário Sombra da Mata	Esquerdo	2.016	451,66	333.834	9.912.214
113	Laranjal do Jari	Fazenda	Esquerdo	1.267	451,49	333.373	9.909.178
114	Laranjal do Jari	Fazenda Zanotto	Esquerdo	2.403	448,54	335.355	9.915.694
115	Laranjal do Jari	Entrada do ramal Retiro p/ Cachoeira de Santo Antônio cerca de 26 km.	Esquerdo	2.034	454,41	347.995	9.932.816
116	Laranjal do Jari	Ramal da Boa Vista	Esquerdo	1.437	478,09	347.909	9.929.204
117	Laranjal do Jari	Igarapé do Meio	Esquerdo	1.739	475,04	348.010	9.931.568

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008

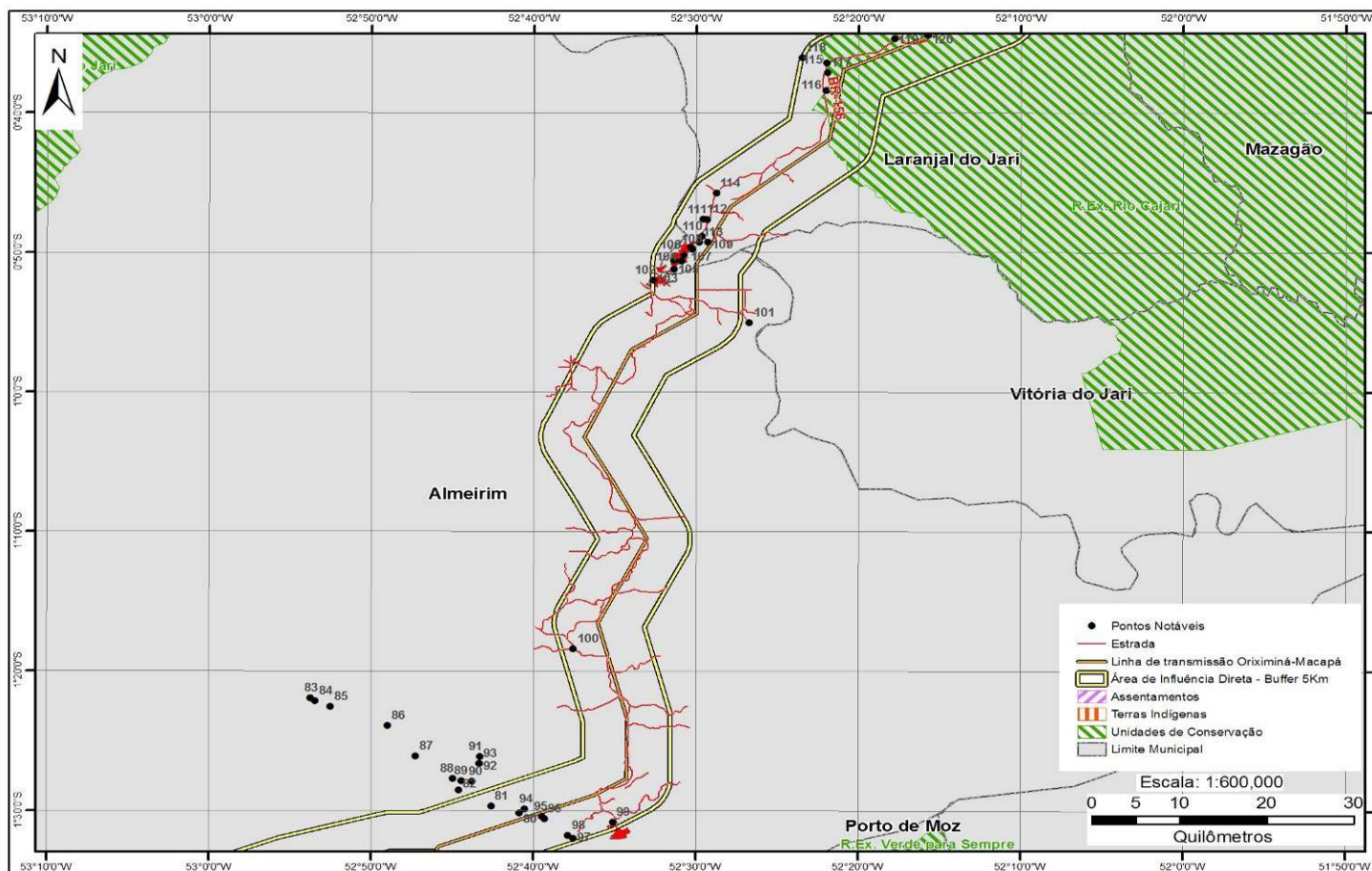


Figura 6.4.8-82 - Mapa com os pontos de campo e a passagem da LT no trecho 04

A seguir são apresentadas os principais aglomerados, povoados, vilas e ocupações ao longo do corredor de 10 Km do traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná, no trecho 4.

6.4.8.1.4.1 - Município de Almeirim

Fazendas entre o município de Almeirim e a região do Guete



Figura 6.4.8-83 - Área recém desmatada na estrada entre Almeirim - Monte Dourado



Figura 6.4.8-84 - Fazenda de gado na região da Estrada Almeirim - Monte Dourado

Saindo da cidade de Almeirim, seguindo para o distrito de Monte Dourado, a ocupação caracterizada por fazendas de gado de corte, em alguns casos estas áreas foram recém desmatadas para o plantio de pastagem. De acordo com as informações coletadas em campo, as fazendas encontradas nessa região são mantidas por vaqueiros para tomarem conta dos rebanhos e os proprietários residem na sede do município de Almeirim.

Neste local o traçado da LT percorre em paralelo a estrada da Jari de ligação entre Almeirim e Monte Dourado. Como é uma área que se encontra nas proximidades do Projeto de Jari, a rodovia é pouco ocupada, predominando assim, as áreas de fazendas de gado.

É importante ressaltar que essa estrada da Jari é a principal via de acesso entre o município de Almeirim e o distrito de Monte Dourado. Sobre as condições da rodovia Alguns entrevistados, inclusive da prefeitura de Almeirim-PA reclamaram sobre a interdição da via pelas operações⁹

⁹ Essas operações estão relacionadas com o manejo de toras de madeira ao longo da estrada, essas toras são colocadas em caminhões o que contribui para a interrupção do fluxo de veículos na estrada.

que são realizadas pelo Projeto Jari, nas proximidades dessa rodovia. Esse tipo de acontecimento dificulta o processo de comunicação e deslocamento entre Almeirim e Monte Dourado.

Região do Guete



Figura 6.4.8-85 - Comunidade do Aguete.



Figura 6.4.8-86 - Projeto de Geração de renda patrocinado pelo Grupo Orsa

Seguindo o traçado pela estrada da Jari na altura das coordenadas 319.095/9.855.486, pouco mais de 3,5 km metros, a direita do eixo do traçado da LT, encontram-se pequenas propriedades concentradas principalmente na região do Guete, onde as casas são dispostas umas distantes das outras.

Nestes locais, há uma parceria entre os moradores locais, o Grupo Orsa e a EMATER do Pará, no desenvolvimento do projeto da fibra do Curuá, uma espécie de fibra utilizada pela indústria automobilística. A fibra retirada da região iria para compradores da cidade de Santarém. Além do cultivo da fibra de Curuá, os moradores vivem da agricultura de subsistência e da exploração de alguns produtos da floresta como castanha e madeira. No local não existe posto de saúde, energia elétrica ou esgotamento sanitário, apenas uma escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série). De acordo com um morador, essas dificuldades do local têm contribuído para que muitos moradores migrem para a cidade de Almeirim.

Projeto Jari



Figura 6.4.8-87 - Entrada Norte da Fábrica do Projeto Jari.



Figura 6.4.8-88 - Pista de acesso ao distrito de Monte Dourado-Almeirim (PA).

Da área do Projeto Jari até chegar o distrito de Monte Dourado, sede do Projeto Jari são cerca de 100 quilômetros¹⁰.

A principal atividade do Projeto Jari é a extração de madeira e o cultivo do eucalipto destinado a fabricação de celulose.

A LT atravessa cerca de 80 Km dentro da Propriedade do Projeto Jari, sendo uma área praticamente desabitada, sendo ocupada por mata nativa e por plantações de eucalipto, porém com grande circulação de caminhões do Projeto Jari. Dessa forma, não encontrou-se nenhuma comunidade nesse trecho do traçado.

Saindo das terras do Projeto Jari, a LT transpõe o rio Jari, seguindo em direção ao município de Laranjal do Jari, a travessia nesse ponto é obrigatoriamente feita pelo rio através de catraia ou por uma balsa que faz o transporte de automóveis de uma margem a outra. A travessia do rio Jari dura cerca de cinco minutos. Esse serviço é realizado por duas empresas. No porto existe também um estacionamento de bicicletas para os moradores.

¹⁰ Todos esses 100 quilômetros são percorridos na área do Projeto Jari



Figura 6.4.8-89 - Travessia entre Monte Dourado para Laranjal do Jari (a travessia é feita pelo rio Jari).



Figura 6.4.8-90 - Porto de chegada em Laranjal do Jari.

6.4.8.1.4.2 - Município de Laranjal do Jari

O município de Laranjal do Jari surgiu do núcleo do 'Beiradão', fazendo alusão as habitações que foram erguidas na palafita às margens do rio Jari. Esta área abrigava principalmente trabalhadores com baixo nível de escolaridade e capacitação que migraram para região em busca de emprego no Projeto Jari. Atualmente, o município é o maior do sul do Amapá e um dos mais importantes do estado.

Sede do Município de Laranjal do Jari



Figura 6.4.8-91 - Centro da Cidade de Laranjal do Jari.



Figura 6.4.8-92 - Praça central de Laranjal do Jari.

Em Laranjal do Jari, o traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná atravessa áreas de expansão urbana. Essas áreas são ocupações

recentes, formadas principalmente por migrantes nordeste do Brasil e moradores removidos de áreas de risco do município. Geralmente, essas áreas de riscos estão associadas à insalubridade que alguns moradores vivem na região da beira do rio Jarí, o “Beiradão”, conforme informado por representantes da Prefeitura de Laranjal. A rigor, do centro do município, situado a esquerda do traçado são aproximadamente 2,5 Km até eixo da LT.

A rigor, nesta parte do traçado o padrão de povoamento segue a um processo de ocupação urbana, onde basicamente seis bairros contíguos estão na área direta da LT. Os principais bairros são o loteamento Sarney e o Loteamento Cajari esse último com cerca de 1.500 famílias. Sobre o número de famílias residentes nos outros bairros, a prefeitura de Laranjal não soube dar informações

Nesta área de expansão urbana o bairro mais próximo da faixa de servidão é o loteamento Sarney que está a 420 metros do traçado. É importante ressaltar que neste bairro encontra-se uma pista de pouso de pequenas aeronaves denominada de aeródromo do Gaucho que esta a 1,40 km do eixo da LT.



Figura 6.4.8-93 - Casas do loteamento Sarney.



Figura 6.4.8-94 - Aeródromo do Gaucho.

Essa área é formada basicamente por seis bairros contíguos. Os principais bairros são o loteamento Sarney e o Loteamento Cajari esse último com cerca de 1.500 famílias. Sobre o número de famílias residentes nos outros bairros, a prefeitura de Laranjal não soube dar informações.

As principais ocupações da população residente são o trabalho nas prestadoras de serviço para Projeto Jari e CADAM, nos trabalhos temporários (pedreiros, serventes, carpinteiros entre

outros), empregadas domésticas, balconistas e alguns dos moradores desses bairros, também, desenvolvem atividades agrícolas em sítios ou fazendas da região. Além de alguns servidores públicos municipais residentes nesses loteamentos.

Os loteamentos nessa região são criados em áreas próximas à divisa da mata com a cidade, onde são esquadrihadas as ruas em paralelos e perpendiculares, neste espaço são erguidas às casas.

De modo geral, as casas são construídas utilizando um misto de madeira com tijolos, mas por causa alto do custo da alvenaria e pela abundância da madeira. As famílias entrevistadas informaram que a principal opção construtiva é a utilização da madeira. Mas também, é possível observar casas em alvenarias, construídas com o apoio de projetos do governo federal.



Figura 6.4.8-95 - Vista parcial do loteamento castanheira



Figura 6.4.8-96 - Loteamento Cajari



Figura 6.4.8-97 - Expansão do loteamento Cajari.

O espaço residencial é composto pelas residências e pelos quintais. Nos quintais observou-se pequenos animais criados soltos, pés de frutas e pequenas hortas caseiras simbolizando, uma

forte presença do rural no universo urbano. Destaca-se, a presença de crianças brincando e pequenos animais como galinha e porcos nas ruas dos bairros, sendo tal fato, uma demonstração que as ruas seriam uma extensão dos quintais.



Figura 6.4.8-98 - Ruas dos loteamentos na AID

Com relação à infra-estrutura urbana as ruas são sem calçamento, não há rede de esgoto (comum encontrar esgoto escorrendo a céu aberto) e coleta de resíduos sólidos no local.

Em alguns bairros como loteamento Sarney e Cajari, identificou-se a presença de postos de saúde. De acordo com as informações dos moradores dos bairros, estes Postos de Saúde seriam insuficientes para atender a demanda dos moradores. Em caso de urgência médica os moradores procuram o hospital no centro da cidade. Já se tratando em unidade escolar, os bairros possuem escolas de ensino fundamental (1ª a 4ª série) e algumas escolas de ensino médio. Não foi identificada nenhuma escola técnica nesta área de expansão urbana.



Figura 6.4.8-99 - Mercantil típico nos loteamentos da região.



Figura 6.4.8-100 - Escola municipal no bairro Sarney.

Nos loteamentos é possível observar a presença de pequenos estabelecimentos comerciais, que são responsáveis por empregar alguns moradores do local. Também, nesta região existem alguns estabelecimentos ligados à marcenaria e a serrarias.

Existem também, algumas empresas de ônibus que circulam entre o assentamento Nazaré Mineiro (último aglomerado da cidade), passando por toda área de expansão urbana, central até o beiradão, nas margens do rio Jari.



Figura 6.4.8-101 - Linha de ônibus que circula entre os loteamentos até a sede do município.



Figura 6.4.8-102 - Madeireira no Bairro Sagrado Coração.

Assentamento Nazaré Mineiro



Figura 6.4.8-103 - Ruas do assentamento.



Figura 6.4.8-104 - Posto de saúde no assentamento Nazaré Mineiro. Além do atendimento médico, os postos são importantes geradores de emprego para população local.

O assentamento rural Nazaré Mineiro localiza-se em uma área de transição, entre a área de expansão urbana da cidade e a zona rural do município, nas proximidades da BR-156. Esse assentamento situa-se na altura das coordenadas 333.727/9.0909.950 a cerca de 1,44 km do eixo do traçado da LT.

Este é um dos projetos de assentamento do INCRA. Neste assentamento moram beneficiários do INCRA e agregados¹¹ totalizando cerca de 160 famílias, que ocupam a área a mais ou menos 10 anos. De acordo com o presidente da associação do assentamento, cada família tem direito a explorar um lote, com cerca de dois hectares. Essas famílias se dedicam ao plantio da mandioca, hortaliças e algumas espécies frutíferas. Entretanto, no passado tentaram utilizar os créditos do PRONAF, para o plantio de pimenta, mas por falta de experiência e falta de infra-estrutura para irrigação o projeto não deu certo.

No assentamento, tem posto de saúde, energia elétrica e escola. Em 2008 existiam 209 alunos matriculados na escola do assentamento. No entanto, a falta de calçamento, saneamento e geração de renda para os moradores contribuiriam para queda na qualidade de vida.

Nas proximidades do assentamento existe uma pista de pouso denominado de aeródromo de Laranjal do Jari, que está a cerca de 1,6 Km do eixo do traçado da LT.

Balneário Sombra da Mata

Sobre lazer os moradores tanto do assentamento quanto da área de expansão urbana, citaram os balneários como o Sombra da Mata que fica localizado no rio Irapiranga, no Ramal Sombra da Mata como principais opções. O Balneário fica cerca de 2 Km , a esquerda, do traçado da LT. Segundo a proprietária do local, nos finais de semana e em feriados, o balneário é bastante procurado.



Figura 6.4.8-105 - Balneário Sombra da Mata.



Figura 6.4.8-106 - Aeródromo de Laranjal do Jari

¹¹ Agregados são membros da família, que mesmo sem ter direito a um lote da reforma agrária constroem suas casas no terreno de parentes, até que consigam receber um lote.

Região de fazendas e retiros



Figura 6.4.8-107 - Fazenda Zanotto.



Figura 6.4.8-108 - Ponte sobre o Igarapé do Meio.

Saindo da região do assentamento Nazaré Mineiro pela BR-156¹², encontra-se um conjunto de fazendas de gado e bubalinos, como a fazenda Zanotto. De acordo com as informações coletadas em campo, estas fazenda iniciaram últimos anos e continuam a ser expandir em direção a mata. Esse tipo de estratégia compreende a idéia do binômio desmatamento versus área de pastagem, ou seja, a floresta é substituída por pastagens para alimentação do gado. Assim sendo, as principais atividades econômicas desenvolvidas nesta região são a exploração de madeira e a criação de gado de corte e bubalinos. Destaca-se que essas fazendas são limítrofes a RESEX do Cajari.

Além das fazendas, esta parte do traçado, é marcada por ocupações de retiros ou sítios, com famílias de agricultores, que teriam ocupado a região nos últimos oito anos.

A principal atividade destes moradores é agricultura de subsistência, a extração de madeira e a criação do gado ou búfalo. Muitos ocupantes destas áreas não moram no retiro, e, em alguns casos, eles passam uma temporada no retiro e outra na cidade. De acordo com as informações coletas, nesse caso, a maioria desse pessoal, são oriundos dos loteamentos citados anteriormente.

¹² De Laranjal do Jarí até a capital Macapá são cerca 280 quilômetros.



Figura 6.4.8-109 - Entrada do Ramal da Boa Vista



Figura 6.4.8-110 - Casa construída próximo ao Igarapé do Meio.

Alguns desses retiros são irregulares e estão nas extremidades da RESEX do Cajari. Essa realidade tem contribuído para a presença de conflitos envolvendo os extrativistas e agricultores que vem ocupam irregularmente a área da reserva. Essa ocupação irregular ocorre principalmente na região dos ramais (estradas) do Mutum, Boa Vista, Francis Rocha, Fé em Deus, Muriacá e Valdomiro e se estende até as proximidades do Igarapé do Meio. Esses ramais que dão acesso aos retiros dessa região.

6.4.8.1.5 - Trecho 05: Laranjal do Jari - Mazagão

O quinto trecho do traçado fica entre a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX do Cajari)¹³ e o Projeto de Assentamento Agroextrativista do Maracá (aproximadamente entre as coordenadas 345.126/9.933.568 e a coordenada 418.142/9.980.024), totalizando cerca de 15 pontos. As principais atividades desenvolvidas por essas famílias são a exploração extrativista, de produtos como açaí, madeira e principalmente a castanha-do-pará, amplamente explorada na região do Alto Cajari.

Com intuito de possibilitar uma visualização melhor desta parte do traçado logo abaixo será apresentado o Quadro 6.4.8-6 e a Figura 6.4.8-111 contendo os pontos de campo, bem como a parte do traçado nesta região.

¹³ No traçado da LT na RESEX, ela atravessará a região da reserva conhecida como Alto Cajari. (ver no texto a classificação dos espaços da reserva).

Quadro 6.4.8-6 - Ocupações Identificadas no Traçado da Linha de Transmissão LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná - Trecho 05

Índice Mapa	Município	Localidade	Lado	Distância da Linha (m)	Km da Linha	X	Y
118	Laranjal do Jari	Habitação e plantio de roça no Ramal do Retiro	Esquerdo	4.982	478,09	345.126	9.933.568
119	Laranjal do Jari	Comunidade do Martins	Esquerdo	1.274	485,08	355.680	9.936.026
120	Laranjal do Jari	Fazenda do Ovídeo	Esquerdo	105	488,75	359.504	9.936.482
121	Laranjal do Jari	Comunidade do Açaizal	Esquerdo	682	492,08	362.291	9.938.384
122	Laranjal do Jari	Ramal da Estação	Esquerdo	332	491,70	362.090	9.937.908
123	Laranjal do Jari	Placa indicando Sítio Arqueológico	Esquerdo	612	491,86	362.122	9.938.230
124	Laranjal do Jari	Vila Nova do Água Branca do Cajari	Direito	1.196	497,29	368.138	9.939.270
125	Laranjal do Jari	Povoado da Água Branca do Cajari	Direito	2.050	498,04	369.279	9.939.300
126	Laranjal do Jari	Área de Cerrado na BR 156	Esquerdo	493	509,30	375.036	9.949.492
127	Mazagão	Comunidade de São Pedro (Próximo a divisa de Laranjal com Mazagão)	Esquerdo	506	514,41	380.130	9.949.896
128	Mazagão	COOPERALCA- Usina de beneficiamento de castanha do Brasil (Sant. Clara)	Direito	1.060	515,16	381.609	9.949.330
129	Mazagão	Comunidade de Santa Clara	Direito	2.072	514,69	381.540	9.947.650
130	Mazagão	Torre da Embratel próximo a Santa Clara	Esquerdo	1.188	519,62	381.737	9.954.318
131	Mazagão	Comunidade da Sororoca	Esquerdo	631	534,46	393.738	9.963.366
132	Mazagão	Comunidade de Laranjal do Maracá	Esquerdo	2.062	554,23	409.547	9.968.246
133	Mazagão	Comunidade de Laranjal do Maracá	Esquerdo	407	556,05	411.991	9.968.554
134	Mazagão	Fazendas	Direito	1.025	568,84	418.119	9.979.414
135	Mazagão	Assentamento Agroextrativista do Maracá	Direito	981	569,45	418.142	9.980.024
136	Mazagão	Retiro Sempre Com Deus (região de Itauba)	Esquerdo	961	576,66	417.004	9.987.402

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008

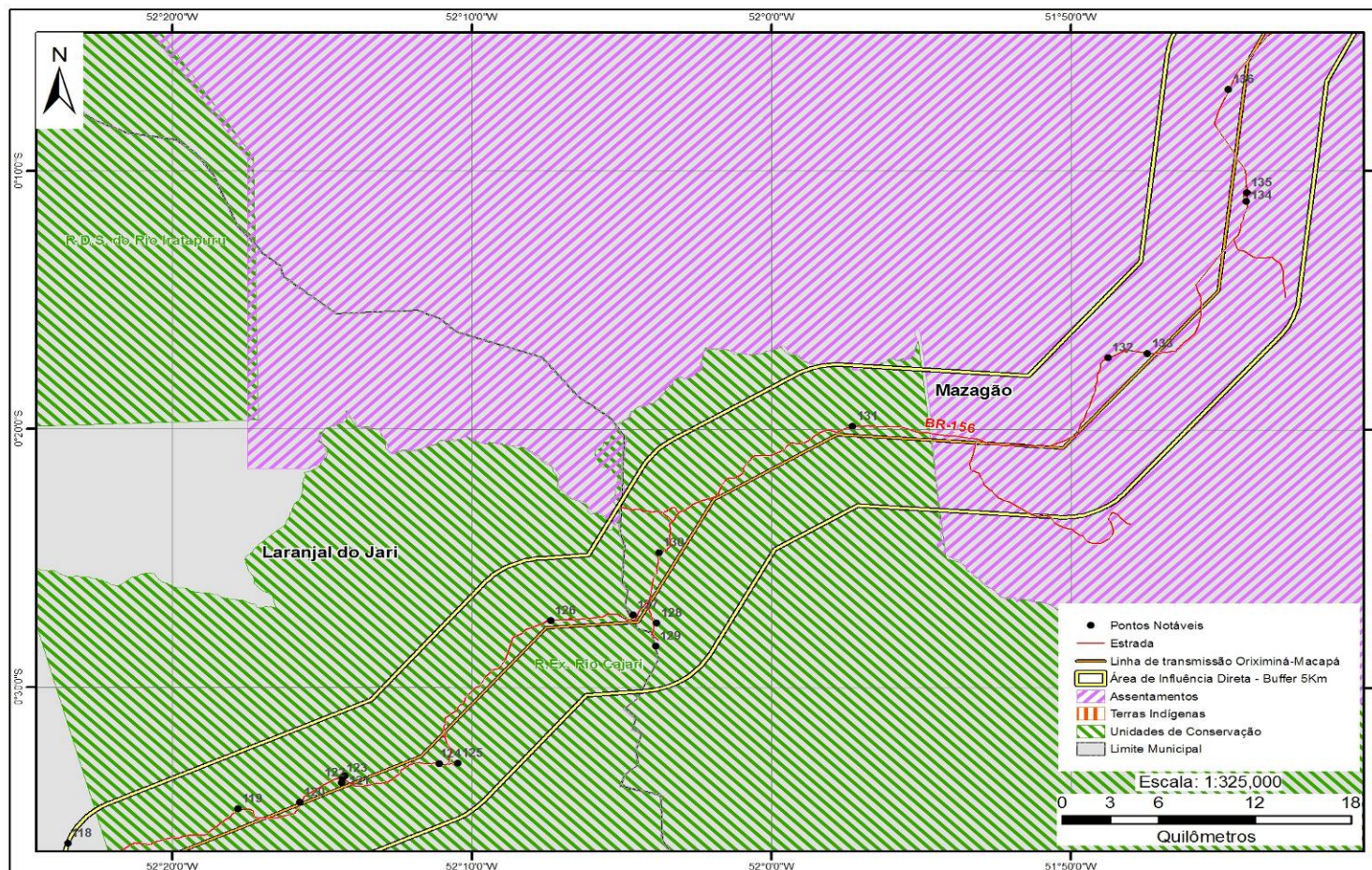


Figura 6.4.8-111 - Mapa com os pontos notáveis de campo e a passagem da LT no trecho 05

A seguir são apresentadas as principais aglomeração, vilas, povoados e propriedades que se encontram ao longo do corredor de 10 Km do traçado da LT, no trecho 5.

6.4.8.1.5.1 - Município de Laranjal do Jari

No município de Laranjal do Jari o Traçado da LT segue paralelo com a BR-156. Destaca-se que é nas proximidades das margens da BR-156 que ficam os principais núcleos de ocupação, como povoado de Água Branca do Cajari, Martins e Acaízal (RESEX). Entre estes núcleos o principal pólo na região do Alto Cajari (RESEX), é o povoado de Água Branca do Cajari.

RESEX do Cajari: Comunidade de Martins



Figura 6.4.8-112 - Prédio da Assembléia de Deus da Comunidade do Martins.



Figura 6.4.8-113 - Escola Municipal Cristo Redentor, as margens da BR-156, da comunidade do Martins

Nesta parte do traçado a primeira comunidade encontrada foi à comunidade do Martins, localizada bem próxima as margens da BR-156, há cerca de 1,2 Km, a esquerda do eixo do traçado da LT. No comunidade residem aproximadamente 27 famílias, que vivem da lavoura de subsistência e da extração da castanha. A comunidade faz parte da RESEX do Cajari. Segundo um dos moradores entrevistados a comunidade é filiada a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Rio Cajari.

No local os moradores possuem energia elétrica movida por gerador a diesel. A manutenção e a distribuição do óleo são feitas pela Prefeitura de Laranjal do Jari. Entretanto, o combustível seria insuficiente para as horas acordadas, ou seja, cinco horas diárias.

Na comunidade dispõe de escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série) e programa de alfabetização de adultos, Igreja católica e Assembléia de Deus, essas edificações ficam próximas as margens da BR-156.

Sobre a questão de saúde a comunidade é assistida por um agente de saúde, que narrou que as principais doenças do local são a malária, as doenças respiratórias, verminoses, leishmaniose, e hipertensão entre outras. A água é tratada com hipoclorito, distribuído pela a agência de saneamento do Estado do Amapá.

Cerca de 15 famílias residentes na comunidade são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família

RESEX do Cajarí: Fazenda do Senhor Ovídio

Logo após o núcleo da comunidade do Martins as margens da BR-156, na altura das coordenadas 0359504/9936482, na faixa de servidão da LT encontra-se a fazenda do senhor Ovídio. A fazenda possui um caseiro, que toma conta. De acordo com informações do caseiro, o dono mora ao mesmo tempo na fazenda e na cidade de Laranjal do Jarí.

A fazenda possui 15 hectares¹⁴, quantidade máxima de terra permitida a ser explorada dentro da reserva. Na fazenda existem cerca de 40 cabeças de gado mestiço. Além do gado, o senhor Senhor Ovídio, proprietário da fazenda, é o atravessador da comunidade, ou seja, ele é um dos moradores da reserva que compra castanha dos demais vizinhos e repassa para outros atravessadores “*com mais condição do que ele*” para revenda. Essa castanha geralmente é vendida para o grupo Mutran de Belém.

Nesta região o que chamou atenção dos pesquisadores foi a o desmatamento de algumas áreas dentro da Reserva, para o estabelecimento de pastagem. Sobre a criação de gado ou búfalos dentro da reserva, existe uma discussão sobre se esse tipo de atividade seria permitido na reserva extrativista. Segundo informações de um morador da RESEX, cada família pode criar cerca de 15 cabeças de gado. Entretanto, na reserva já tem algumas famílias criando além do permitido.

¹⁴ Os moradores da Reserva poderão utilizar áreas de floresta para implantar roçados destinados a produzir alimentos, respeitando sempre o limite máximo por família de 15 ha (50 tarefas), incluindo capoeira, pasto, plantio e Quintal, inclusive áreas abandonadas, com menos de 05 (cinco) anos. A criação de animais em pastagens cultivadas é permitida dentro dos limites de 15 ha (50 tarefas). (Plano de Uso da RESEX do Cajarí, 1996)

RESEX do Cajari: Comunidade do Açaizal



Figura 6.4.8-114 - Ponto de ônibus e placa indicando a comunidade de Açaizal.



Figura 6.4.8-115 - Vila de Açaizal

A comunidade de Açaizal (362.291/9.938.384), situa-se a cerca de 680 metros 1,6 Km, a esquerda do eixo do traçado da LT. A comunidade é composta por aproximadamente 10 famílias de trabalhadores agroextrativistas. As crianças da comunidade estudam na escola municipal do povoado do Martins, a prefeitura faria o transporte escolar.

As principais atividades econômicas da comunidade são semelhantes aos seus vizinhos da comunidade de Martins. Nessa região foi possível identificar uma placa indicando a presença de um sítio Arqueológico entre a BR-156 e a comunidade.



Figura 6.4.8-116 - Placa indicando sítio Arqueológico próximo a comunidade de Açaizal.



Figura 6.4.8-117 - Local, indicando possível sítio Arqueológico.

Sobre o sítio arqueológico um morador explicou que teria sido encontrado ali alguns fragmentos cerâmicos que ele não soube explicar o que seria. Esses fragmentos teriam sido encontrados pela equipe que esta elaborando EIA para o asfaltamento da BR-156.

Sobre as condições das estradas ou dos ramais na região um morador explicou que, no período das chuvas, o tráfego por essas estradas pioram muito, podendo contribuir para que o tempo de viagem para a cidade aumente significativamente. Já nas áreas alagadas quando os moradores precisam se deslocar para os rios ou igarapés, este é feito por voadeiras, rabetas ou batelão.

RESEX do Cajari: Nova Vila de Água Branca do Cajari



Figura 6.4.8-118 - Vila Nova do Cajari.



Figura 6.4.8-119 - Casa da Vila Nova do Cajari construídas com financiamento do INCRA.

A Nova Vila de Água Branca do Cajari, situa-se a cerca de 1,2 km do eixo do traçado, na altura das coordenadas 368.138/9.939.270. Futuramente segundo um morador entrevistado, a vila provavelmente se chamará Vila Novo Horizonte.

A vila existe há mais ou menos três anos, e seus moradores eram oriundos das margens do Rio Cajari e por causa das sucessivas enchentes, o INCRA, construiu a vila naquele local.

Atualmente há 10 casas construídas na vila, entretanto, existe projeto para que outras casas sejam construídas no local. A disposição organizacional das casas obedece ao chamado “modelo de agrovila”, possui energia elétrica, (18:00 as 22:00 horas). O principal programa do Governo na Vila é o Bolsa Família.

Segundo um morador, a vila seria uma espécie de extensão do povoado de Água Branca do Cajari, que fica pouco mais de mil metros depois da vila. Por isso, muitos moradores utilizam os serviços que estão localizados no povoado de Água Branca.

Destaca-se que além dos adultos as crianças, também, ocupam espaços importantes dentro da organização do trabalho familiar e da produção. Segundo o entrevistado, normalmente, as crianças ajudam em atividades menores como descascar mandioca, tomar conta dos irmãos mais novos, cuidados da casa, limpar as castanhas, lavar as vasilhas e pescar. Por causa dos programas do Governo Federal como o Bolsa Família, as crianças passaram a freqüentar com mais assiduidade a escola.

As crianças, também, participam no processo da castanha, mas geralmente essa participação acontece na própria Vila, para realizar a limpeza, seleção dos frutos e a venda das balas e biscoito feitos de castanha.



Figura 6.4.8-120 - Crianças ambulantes que vendem balas e biscoito de castanha próximo as margens da BR-156.

Na tradição local, os adolescentes, principalmente, “os meninos são formados para se tornarem homens plenos”, ou seja, portadores do conhecimento e das habilidades necessárias à condução do trabalho com a castanha ou na caça. Há, portanto, um caráter pedagógico no trabalho com a floresta ou com a agricultura. Nesse sentido, o casal Woortmann (1997), aponta que mais do que produzir alimentos, ou conhecer a floresta, o trabalho forma os homens e as mulheres e define suas identidades e seus papéis no mundo social do extrativista.

RESEX do Cajari: Povoado de Água Branca do Cajari



Figura 6.4.8-121 - Povoado de Água Branca do Cajari, nas margens da BR-156.

Percorrendo o traçado da LT pela BR-156, nas suas proximidades, está o povoado de Água Branca do Cajari nos arredores das coordenadas 369.279/9.939.300. Este povoado encontra-se a 2 km a direita da faixa de servidão da LT.

O povoado situa-se cerca de 60 km da sede do município, segundo dados da Prefeitura de Laranjal do Jari, no povoado de Água Branca do Cajari residem mais de 200 famílias e cerca de 600 eleitores, configurando-se como o segundo maior colégio eleitoral do município. No povoado foi possível observar a presença de cartazes de candidatos a vereador residentes no povoado.

O povoado foi reconhecido pela prefeitura através de lei número 033, de 19 de novembro de 1996, o povoado inicia no Igarapé do Meio até o Rio Cajari. As casas são edificadas em madeira, próximas as duas margens da BR-156, pela margem direita do Rio Cajari.

Como a maioria dos moradores que vivem na reserva, a principal atividade é a exploração de castanha. No entanto, é possível identificar, moradores que trabalham em órgãos públicos municipais e estaduais. Algumas famílias são assistidas pelos programas do governo, sobretudo, o programa Bolsa Família. Além disso, os moradores do local complementam a renda através do comércio informal as margens da BR-156, vendem lanches, frutas e verduras.



Figura 6.4.8-122 - Comércio no povoado de Água Branca do Cajari, nas margens da BR-156.

O povoado possui 01 escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série) e médio, um posto do Instituto de Desenvolvimento do Amapá- RURAP, posto de saúde, orelhões (03) igrejas Assembléia de Deus e católica.



Figura 6.4.8-123 - Posto de saúde da região.



Figura 6.4.8-124 - Escola municipal

A principal festa do local é a festa de Nossa Senhora de Fátima, que envolve a comunidade num evento tido por eles de organização coletiva do distrito.

Para os moradores o principal problema na comunidade, esta relacionado com a energia elétrica, que, segundo o entrevistado é precária, além do combustível para abastecer o motor da vila ser insuficiente. Atualmente, a energia tem capacidade para atender 120 casas, das 200 existentes. Outra dificuldade apontada pelos moradores é a questão da comunicação via telefone que é

apontada como muito ruim e insuficiente para o número de moradores do local (poucos orelhões).

Sobre a ida na cidade os moradores relataram que têm o hábito de ir pelo menos uma vez por mês, geralmente para receber os programas (Bolsa Família), vender algum produtor e fazer compras.

RESEX do Cajarí: Comunidade São Pedro



Figura 6.4.8-125 - Igreja de São Pedro. As margens da BR-156, na comunidade do mesmo nome.



Figura 6.4.8-126 - Casa de farinha da comunidade de São Pedro importante ponto de trabalho e sociabilidade da comunidade de São Pedro.

A comunidade de São Pedro situa-se a cerca de 500m do eixo do traçado da LT (coordenadas 380.130/9.949.896), já na divisa dos municípios de Laranjal do Jari e Mazagão. De acordo com uma moradora entrevistada a comunidade teria esse nome em homenagem ao santo.

A comunidade é composta por 14 famílias a principal atividade é a exploração da castanha, entretanto, a produção de farinha de mandioca é considerada outra fonte de renda importante no núcleo.

O trabalho é apoiado no trabalho familiar. A rigor, o interior da família elementar (ou nuclear), é regida segundo critérios de gênero e idade. Geralmente¹⁵ o homem é o chefe da família, considerado o provedor e o “cabeça” da casa. Sua condição, entre outras coisas, é o resultado do

¹⁵ Em algumas famílias é a mulher que fica responsável pela organização do núcleo familiar

seu “saber-fazer”. Não distante algumas mulheres e filhos acompanham seus maridos no processo de coleta da castanha, que ocorre principalmente no primeiro semestre.

Segundo o casal Woortmann (1997) esse “saber fazer” é um conjunto de conhecimentos e habilidades necessários à condução de todo o ciclo do trabalho com a castanha ou com as atividades agrícolas.

Na comunidade de São Pedro não dispõe de escola e posto de saúde. As crianças do local estudam na escola do povoado de Água Branca do Cajari. O transporte é feito pela prefeitura de Laranjal do Jari. No caso de atendimento médico idem, ou seja, os seus moradores buscam esse tipo de serviço no povoado de Água Branca do Cajari, ou, em casos mais sérios vão para cidade de Laranjal ou para Macapá.

Na comunidade se comemoram duas grandes festas, a festa do padroeiro (São Pedro) e a festa do Natal. Segundo os moradores, na última festa do padroeiro mais de 400 pessoas participaram do evento. *“no dia mesmo da festa vem padre lá de Laranjal do Jari, o pessoal dos outros povoados são convidados, vem muita gente é bacana”* (Morador de São Pedro, 2008)

6.4.8.1.5.2 - Município de Mazagão

Entrando no município de Mazagão um elemento importante observado nestas comunidades são os festejos que estão relacionados com o santo de devoção local, que podem ser São José, São Mateus, São Sebastião, são Tiago, Nossa Senhora de Fátima, São Pedro, entre tantos.



Figura 6.4.8-127 - Igreja de Santa Clara, na comunidade onde situa a COOPERALCA



Figura 6.4.8-128 - Interior da Igreja de Santa Clara, na comunidade que leva o mesmo nome

Segundo informaram os entrevistados, tais festejos ocorreriam em torno da realização de uma grande novena. Uma novena pode ser entendida como um complexo ritual que envolve a realização de rezas, de pagamento de promessas, das ladainhas, de confraternização, de solidariedade.

Além dos ritos profanos através das músicas e danças, além do consumo conspícuo de bebida e comida. A rigor, o momento principal desses rituais, acontece na última noite destinada à comemoração do santo da festa. Com ajuda de moradores dessa região foi possível elaborar um quadro com os principais festejos religiosos comemorados nas comunidades da BR-156.

Quadro 6.4.8-7 - Alguns padroeiros na região de passagem da Linha de Transmissão LT 230 kV Jurupari - Laranjal -Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná

Festas dos Santos Devocionários
Festa de Santo Rei
São Gonçalo
São Sebastião
São Braz
Nossa Senhora da Piedade
Divino Espírito Santo
Nossa senhora da Nazaré
São Tiago
Nossa Senhora da Conceição
Nossa Senhora de Fátima
São Pedro
Santa Clara
Festa de Santana
Festejos em louvor à Mãe de Deus

Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2008.

* Na região próxima ao município de Mazagão esse Santo seria o mais comemorado, pois ele representaria a luta entre cristãos e mouros. Elementos da origem do município.

Segundo Prado (1977), as festas dos Santos representam a maneira mais forte de se provocar o milagre do Santo. Geralmente os mais escolhidos para esse tipo de “contrato” são Santo Antônio, São Benedito, São João, São Pedro e o Divino Espírito Santo.

Essas festas são apontadas pelos moradores como um elemento de grande mobilização e integração das comunidades visitadas. Essas festas dos Santos são tão importantes para definir a identidade dos lugares, que em muitas comunidades levam o nome do Santo de devoção do grupo.

RESEX do Cajari: Comunidade de Santa Clara do Cajari



Figura 6.4.8-129 - Sede da COOPERALCA.



Figura 6.4.8-130 - Crianças da comunidade reunidas para ação da FUNASA

Entrando no município de Mazagão encontram-se a comunidade de Santa Clara do Cajari (381.540/9.947.650), a cerca de 2 Km, a direita do eixo do traçado da LT. O acesso a comunidade é feito a partir da BR-156 e de um pequeno ramal, até o centro da vila de Santa Clara.

Na comunidade são aproximadamente 11 famílias residentes no centro da Vila e outras 70 famílias que estão dispersas nas áreas do entorno. No caso da vila as casas são erguidas umas próximas das outras, como se fosse agrovilas, as demais são dispersas uma das outras, construídas nos ramais ou retiros, ou seja, em cada sítio seu morador ergue sua casa distante de núcleos.

Como a principal atividade econômica desenvolvida pelos moradores são roças de subsistência e a exploração da castanha os moradores estão organizados em uma cooperativa a COOPERALCA, que tem por objetivo amenizar os problemas relacionados com os atravessadores e com o escoamento da produção dos castanhais até os locais de beneficiamento e/ou estocagem, nesse sentido um membro da COOPERALCA, explicou que,

“(...) trazer a castanha dos castanhais para aqui é muito difícil, (...) aqui a maioria dos castanhais está no ramal Centro Novo [tem cerca de 30 colocações], que é longe (...) antigamente o pessoal puxava no burro, com o passar do tempo a manutenção dos burros foi ficando cara. E o pessoal depois passou a usar um trator doado pelo governador Capiberibe” (membro da COOPERALCA, morador da comunidade de Santa Clara, 2008).



Figura 6.4.8-131 - Trator doado pelo governo do Estado do Amapá para a COOPERALCA

A cooperativa, localiza-se no percurso entre a BR-156 e a vila Santa Claro do Jarí. Destaca-se boa parte dos cooperados moram na vila Santa Claro do Jarí, embora a cooperativa atenda as demais comunidades extrativistas da RESEX do Cajari.

De acordo com os moradores entrevistados, as principais dificuldades de morar no lugar, refere-se ao acesso ao local. O ramal que de acesso a vila, sempre está em condições ruins de trafegar, principalmente no período das chuvas. Outro problema é o transporte para a venda das mercadorias. Sobre essa questão um morador explicou que existe um caminhão da Secretaria Estadual da Agricultura Floresta e Abastecimento - SEAF que vem de 15 em 15 dias para que os moradores possam vender as mercadorias em Macapá, entretanto, existe uma quantidade limite do produto para embarque por família, como também um limite no número de pessoas que levam o produto

“Cada morador tem direito a levar cinco sacas de mandioca no caminhão, para vender na feira de Macapá” (Moradora da Vila de Santa Clara, 2008).

Outro problema identificado é a falta de energia, que provoca a perda de alimentos inclusive na escola. Segundo a diretora por causa da falta de energia, há uma necessidade de enlatados e produtos industrializados para a alimentação das crianças, devido a baixa perecibilidade desses produtos, uma vez que não há energia elétrica. A escola de do povoado é destinada ao ensino fundamental e conta 15 professores, duas merendeiras, duas serventes. No momento da pesquisa de campo havia 40 crianças matriculadas.

Outro aspecto relevante é o abastecimento de água na comunidade, foi aberto um poço artesiano, mas por causa do excesso de ferro na água o poço não foi utilizado. Atualmente a água é captada diretamente dos rios e igarapés da região.

Sobre o posto de saúde os moradores explicaram que são atendidos pelo Posto existente no povoado de Água Branca do Cajari.

Foi identificado que a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) costuma realizar atividades junto à comunidade, entre essas atividades estão a pratica de incentivo do mutirão para a construção de hortas comunitária, além de ações de educação ambiental junto com as crianças.

Além disso, os entrevistados apontaram a falta de padronização de um sistema de peso para comercialização da castanha. Pois, como a castanha é vendida por barrica e hectolitro, uma espécie de medida da região, que causa variação de peso e conseqüentemente polêmica.

Na vila é comemorada a festa de Santa Clara, onde envolve toda a comunidade e outras comunidades da RESEX e dos Assentamentos situados na região.

RESEX do Cajari: Comunidade da Sororoça



Figura 6.4.8-132 - Comunidade da Sororoça

A comunidade da Sororoça, localiza-se nas proximidades da BR-156, próximo da divisa da RESEX com a região do PAE do Maracá. Essa comunidade situa-se distante cerca de 630 m, a esquerda, do eixo do traçado da LT (nas coordenadas 393.738/9.963.366). A comunidade também esta próxima da Torre da Embratel.

A comunidade é composta por cerca de 20 famílias. Os moradores exploram a castanha e fabricam a farinha da mandioca. Nesta comunidade foi identificada a presença de grupos de ajuda mutua ou mutirão. Em algumas situações esses mutirões foram organizados pela FUNASA de Macapá com objetivo de construir hortas comunitárias.

A comunidade dispõe de escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série) com turmas mult-seriadas com dois professores.

Sobre saúde os moradores explicaram que geralmente recorrem ao posto de saúde localizado no povoado do PAE do Maracá ou em casos mais urgentes vão procurar médicos na própria cidade de Macapá.

Sobre as entidades de representação um morador da comunidade da Sororoca explicou que na região da RESEX é possível encontrar algumas organizações que seriam responsáveis pela representação dentre elas: a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Cajari, Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva do Cajari, Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agro-extrativista do Maracá, Associação das Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari e Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari. No caso da RESEX, algumas destas entidades fazem parte das instituições que vão compor o conselho deliberativo da Reserva.

Projeto Agroextrativista - PAE do Maracá

O Projeto de Assentamento do Maracá segundo Filocreão (2007), foi criado no ano de 1997 unificando os PAE's do Maracá I, II e III em Projeto de Assentamento Agro-Extrativista Maracá. Inicialmente seriam mais de 1.000 famílias assentadas, entretanto em 2002 o assentamento foi calculado para assentar cerca de 939 famílias numa área de 569.208,54 hectares. Estima-se que o traçado da LT atravessasse cerca de 60 Km, seguindo em paralelo área do PAE Maracá.

- PAE do Maracá: Laranjal do Maracá



Figura 6.4.8-133 - Casas sendo erguidas na comunidade de Laranjal do Maracá.

A comunidade de Laranjal do Maracá (409.547/9.968.246) é composta por dois núcleos totalizando 20 famílias. O primeiro estaria distante da faixa cerca de 2 km e o segundo a pouco mais de 400 metros. As principais atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias residentes são exploração da castanha, do palmito e açaí e a mandioca, destinada a produção da farinha. Segundo um informante a comunidade faz parte do Projeto de Agroextrativista do Maracá (PAE).

Sobre o trabalho, um morador explicou que os homens geralmente ficam responsáveis pelo trabalho mais pesado e as mulheres no geral são responsáveis pela casa, pelos filhos e suas atividades com o extrativismo são consideradas “ajudas”. O termo, neste sentido, confere ao seu esforço na atividade como um *status* subsidiário e secundário à produção, entretanto, as mulheres participam do processo da coleta dos ouriços, quebra dos ouriços e da retirada das amêndoas. Além disso, as mulheres e crianças enquanto os homens estão envolvidos com as atividades de exploração estas ficariam responsáveis pelos tratos culturais nas roças de subsistência.

No local não existe posto de saúde e nem escola, os moradores geralmente se deslocam para o povoado do PAE do Maracá em busca destes serviços. Sobre a questão de saúde um técnico da FUNASA, que atende as comunidades da região da BR-156, apontou que o problema da falta de saneamento e as condições de higiene nestas comunidades colaboram para a proliferação de vetores e doenças dentre a população residente. As habitações, assim como na maioria das comunidades dessa região, são edificadas principalmente utilizando a madeira, em alguns

casos, as residências possuem uma estrutura de tijolos, que varia de 50 cm a 100 cm, com objetivo de evitar a umidade nas casas.

▪ PAE do Maracá: Vila do Maracá

O povoado do Maracá com cerca de 250 famílias. A BR-156 corta o povoado ao meio. O local fica distante cerca de 180 quilômetros de Macapá. E, a pouco mais de 980 metros a direita da faixa de servidão da LT. O povoado faz parte do PAE do Maracá, que de acordo com uma agente de saúde entrevistada, o PAE é dividido em cerca de 50 comunidades totalizando aproximadamente cerca de 1000 famílias. O PAE do Maracá é o principal pólo local.

Segundo Filocreão (2007), o assentamento foi criado no ano de 1997 unificando os PAE's do Maracá I, II e III em Projeto de Assentamento Agro-Extrativista Maracá. Inicialmente seriam mais de 1.000 famílias assentadas, entretanto em 2002 o assentamento foi calculado para assentar cerca de 940 famílias numa área de 569.208,54 hectares.



Figura 6.4.8-134 - Projeto Agroextrativista do Maracá, nas margens da BR-156.

No assentamento, tem posto de saúde, cemitério, orelhão e Escola Família Agro-extrativista. A escola foi fundada em maio do ano 2000 e nela existem diferentes disciplinas ligadas ao agro-extrativismo e ao uso sustentável da floresta. Entretanto, a Escola Família vem passando dificuldades, dentre estas, os entrevistados citaram inadequação das salas de aula, combustível insuficiente para manter o gerador da escola, entre outras.



Figura 6.4.8-135 - Escola no PAE do Maracá.



Figura 6.4.8-136 - Posto de saúde no PAE do Maracá.

As casas do povoado têm em média quatro cômodos. A cozinha, geralmente é construída numa área externa a casa, podendo até ter algumas laterais abertas para facilitar a saída da fumaça. Segundo os entrevistados, a cozinha é feita fora da casa para evitar que ao preparar os alimentos a fumaça do fogão há lenha, enfumace o resto da casa. De modo geral, o fogão há lenha é construído pelos próprios moradores; nele é preparado o alimento da família. Nas cozinhas que existem paredes as panelas ficam penduradas como se fossem ornamentos decorativos e não necessariamente utilitários. Destaca-se que, neste tipo de habitação não se costuma construir banheiros.

A comunidade é atendida com transporte público, com uma linha de ônibus regular entre Macapá a Laranjal (ida e volta) realiza as suas paradas de viagem.

Os moradores relataram, que há muitos casos de doenças respiratórias, por causa da poeira levantada pelos carros, devido a proximidade com a BR-156. Outros problemas são a falta de documentação dos moradores, sobre essa questão em outubro de 2007 o Ministério de Desenvolvimento Agrário realizou um mutirão de documentação.

“(...) O objetivo dos mutirões é assegurar às agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas o acesso aos documentos civis e trabalhistas. A ação é coordenada pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE/MDA). Preferencialmente voltada às mulheres, também pode se estender a homens, jovens e crianças”.
(Portal MDA, outubro de 2007).

Na região do PAE do Maracá é comum encontrar produtores da região vendendo seus produtos à beira da estrada ou realizarem a troca por outros produtos e mercadorias entre a população local.

Além dos núcleos de ocupação existem, também, alguns retiros ou até mesmo pequenas propriedades ocupadas por agroextrativistas que não moram nos núcleos principais. De modo geral, estas propriedades isoladas situam-se ao longo dos ramais, que são as estradas vicinais que fazem a ligação entre as casas e a BR-156. Nessa região, os ramais dão acesso a outras comunidades que ficam mais distantes a BR-156 e conseqüentemente ao local de instalação da LT.

A renda das famílias é complementada pela feira-livre na cidade de Macapá, onde são vendidos os artigos produzidos. Na feira os moradores comercializam farinha de mandioca, palmitos, açaí, cupuaçu e outros alimentos produzidos nas roças da região. A feira ocorre uma vez por semana, sendo realizada toda quinta-feira.

Para o produtor poder chegar à feira, a Secretaria Estadual da Agricultura Floresta e Abastecimento - SEA fornece um caminhão para as comunidades transportarem os seus produtos para a comercialização. De acordo com um produtor entrevistado, *“sem essa ajuda os moradores não poderiam vender seus produtos na feira, pois a produção é pequena e não valeria apenas um morador levar o produto sozinho até Macapá”*. Por isso, o Governo do Estado disponibiliza o transporte, como uma forma de incentivar a venda dos produtos e proporcionar o aumento de renda das famílias.

6.4.8.1.6 - Trecho 06: Mazagão - Macapá

Início do último trecho se localiza na altura do retiro Sempre com Deus na região de Itaupal (coordenadas 417.004/9.987.402) e vai até o final do traçado nas proximidades da expansão urbana de Macapá (coordenadas 486.725/10.010.131).

Essa região entre o PAE do Maracá e a zona de expansão urbana de Macapá, é composta por retiros, povoados, assentamentos, fazendas e a presença de comunidades negras algumas reconhecidas como o Quilombo do Rosa e da Ilha Redonda, Curiaú e outras em processo de organização para reconhecimento como Torrão do Matapi e Campina Grande, sobre esses quilombos no capítulo comunidades tradicionais eles foram descritos.

Nessa região é possível encontrar a exploração de madeira, agricultura de subsistência, a criação de gado, além da exploração de áreas de lazer, através dos balneários como o do Tomé. Dessa forma, para visualizar os pontos de ocupação nesta parte do traçado logo abaixo é apresentado o Quadro 6.4.8-8 e a Figura 6.4.8-137 contendo os pontos coletados de campo.

Quadro 6.4.8-8 - Ocupações Identificadas no Traçado da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná - Trecho 06

Índice Mapa	Município	Localidade	Lado	Distância da Linha em metros	Km da Linha	X	Y
137	Mazagão	Comunidade do Braço do Breu	Direito	603	584,96	421.493	9.994.666
138	Mazagão	Comunidade do Rio Preto (Região do Hilário)	Direito	401	590,83	424.832	9.998.766
139	Mazagão	Escola do Rio Preto	Direito	456	591,56	425.503	9.999.046
140	Mazagão	Retiro Cisne Branco (região do Bispo)	Esquerdo	953	600,96	429.107	10.006.678
141	Mazagão	Vila Nova (divisa de Mazagão com Santana)	Esquerdo	137	614,26	435.893	10.016.677
142	Santana	Comunidade Limão I (região de assentamentos rurais)	Direito	61	623,86	444.653	10.020.580
143	Santana	Entrada para o Matão do Piaçacá	Esquerdo	814	627,20	447.164	10.022.951
144	Santana	Região com retiros	Esquerdo	1.130	628,28	447.955	10.023.744
145	Santana	Casa as margens da BR 156	Esquerdo	64	633,26	452.835	10.025.198
146	Santana	Comunidade de São Raimundo do Maruanum	Direito	336	644,55	463.234	10.025.804
147	Macapá	Nossa Senhora do Carmo do Maruanum	Direito	6.595	651,20	469.696	10.019.809
148	Macapá	Santa Luzia do Maruanum	Direito	4.806	651,02	469.522	10.021.599
149	Macapá	Comunidade do Torrão do Matapi (Área que esta reivindicando o título de quilombola)	Direito	1.700	660,65	479.168	10.025.671
150	Macapá	Região do Balneário do Tomé	Direito	1.600	662,72	481.233	10.025.300
151	Macapá	Campina Grande	Direito	1.850	666,71	484.976	10.026.095
152	Macapá	Quilombo do Rosa	Esquerdo	4.850	669,02	488.744	10.025.780
153	Macapá	Aterro de Macapá	Direito	1.950	677,84	484.608	10.016.815
154	Macapá	Ilha Redonda (quilombo)	Direito	6.500	683,75	483.677	10.005.568
155	Macapá	Região de Retiro - Retiro Santo antonio	Direito	3.350	679,55	483.109	10.014.140
156	Macapá	Currálinho	Esquerdo	950	681,56	487.405	10.013.741
157	Macapá	Loteamento Amazonas	Direito	1.550	683,75	486.725	10.010.131

Fonte: Pesquisa de campo, novembro de 2008

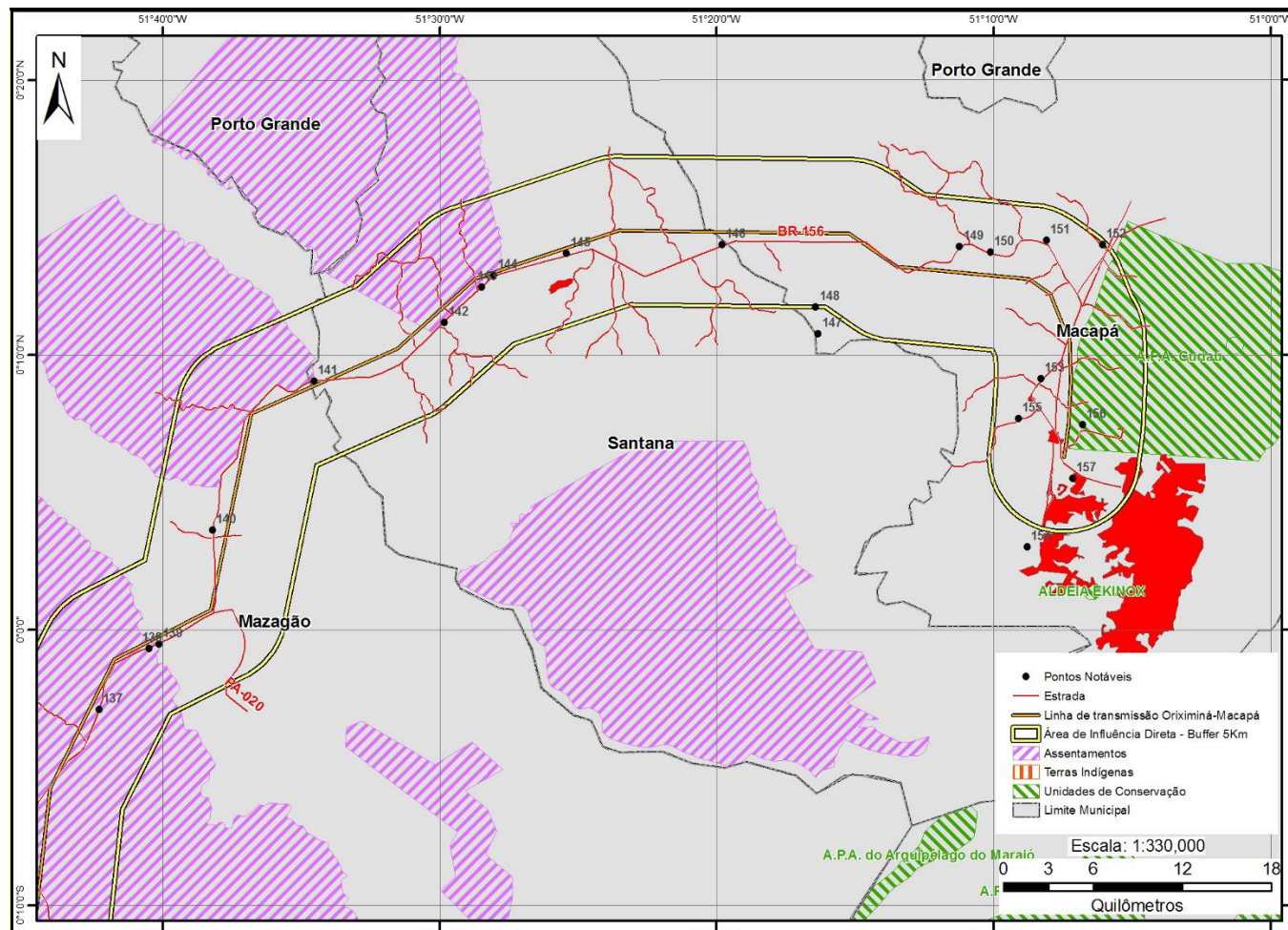


Figura 6.4.8-137 - Mapa com os pontos de campo e a passagem da LT no trecho O6

6.4.8.1.6.1 - Município de Mazagão

PAE do Maracá: Localidade Braço do Breu



Figura 6.4.8-138 - Casas na região do Braço do Breu.



Figura 6.4.8-139 - Retiro com Deus na região do Braço do Breu.

A comunidade Braço do Breu, localiza-se próxima ao ramal do ICOME. Esta região situa-se a cerca de 600 m do eixo do traçado da LT. Nesta região residem cerca de 30 famílias. Essas famílias vivem da agricultura de subsistência, da produção de farinha de mandioca. Esses produtos são comercializados na feira de Macapá, “*aqui o caminhão pega a mercadoria de 15 em 15 dias e leva lá pra feira de Macapá*”.

Assim como outras comunidades da região amazônica, a principal forma de comunicação utilizada pelos moradores dessa localidade um entrevistado destacou o uso do radio amador. Segundo ele essa é uma forma de comunicação muito utilizada pelas comunidades da região. Além disso, ele citou que outra forma, de mandar recado para os moradores da região é através da Rádio Difusora de Macapá e a Rádio Cultura do Pará. Outra alternativa de comunicação entre moradores são os bilhetes, enviado por parentes ou amigos pelo ônibus.

Comunidade do Hilário: Rio Preto



Figura 6.4.8-140 - Posto de saúde São Camilo



Figura 6.4.8-141 - Ponto de ônibus com escola ao fundo.

A comunidade do Hilário, também situa-se as margens da BR-156, a cerca de 400m, a esquerda, do eixo do traçado da LT.

A comunidade Hilário é composta por 10 famílias. Dentre as principais atividades econômicas desenvolvidas, destacam-se a extração de castanha e a extração da madeira, que é praticada por alguns moradores da comunidade.

No local existe uma escola de ensino fundamental José Hilário (1^a a 4^a série) e um posto de saúde que atende as comunidades próximas. Outro elemento importante a destacar são os festejos religiosos, tendo a principal, a festa do padroeiro do povoado, a Festa de Santo Antônio. De acordo com as informações dos moradores do local, a festa do Padroeiro dura dois dias "*são dois dias de festejos para comemorar o dia do santo, tem novena, dança e Marabaixo*".

O ponto forte da festa é à noite quando acontecem as ladainhas, em algumas ocasiões os bingos. Os ritos são finalizados com um jantar ou um lanche, seguido da festa profana que pode ser conduzida por forró ou são entoados os tambores de batuque acompanhado pelas danças regionais como o Marabaixo. Destaca-se que o Marabaixo é um ritmo ligado às tradições musical elaborada a partir das referências do catolicismo popular, além de ser, um importante símbolo da identidade social e etnicidade do povo amapaense. Sobre o Marabaixo, essa é uma das principais expressões da cultura afro-descendentes no Estado do Amapá.

Retiro Cisne Branco

Nesta mesma região um pouco depois da comunidade é possível encontrar a presença de três fazendas, dentre elas o Retiro Cisne Branco. Nestas fazendas geralmente exploram a madeira e o gado mestiço.

Região da Vila Nova



Figura 6.4.8-142 - Ponte na região do rio Vila Nova.



Figura 6.4.8-143 - Posto da policia militar do Estado do Amapá. Primeira companhia.

Entre a divisa dos municípios de Mazagão e Santana, o primeiro núcleo avistado é a comunidade de Vila Nova, (435.893/0.016.677), distante 130 metros do eixo do traçado da LT. Na principal atividade econômica está voltada para agricultura de subsistência com destaque para o plantio de Mandioca, frutas e exploração de madeira.

Na Vila Nova existe um posto policial, com uma pequena guarnição. Durante a pesquisa de campo os policiais responsáveis não estavam no local, para explicar o funcionamento do posto.

Na vila foi possível encontrar um estabelecimento comercial destinado a venda de frutas, verduras, derivados da castanha, gêneros de primeira necessidade e lanches para os usuários da BR-156. Esse tipo de estabelecimento comercial na região segue um padrão semelhante aos demais que encontrados na região, ou seja, normalmente são rústicos construídos de madeira ou em alguns casos se escolhe um ponto na rodovia com alguma sombra e lá mesmo são vendidos os produtos.



Figura 6.4.8-144 - Estabelecimento comercial próximo a BR-156.



Figura 6.4.8-145 - Construção na Vila Nova.

Segundo uma comerciante que possui um bar na beira da BR-156, na região da BR existe muitos migrantes, de origem paraense e nordestina, sobretudo do Estado do Maranhão. A própria entrevistada era uma migrante de origem nordestina. Dentre as dificuldades apontadas pelos moradores locais estão a falta de assistência médica, dificuldade para vender a produção, a falta de empregos, energia elétrica precária, entre outras.

Sobre transporte, um morador explicou que muitos moradores que vivem nas proximidades da BR-156 utilizam motos, caminhões (esse último principalmente para levar a produção para Macapá ou para o escoamento da produção). Há também uma linha de ônibus diária, com quatro horários (08, 11, 19 e 23h) ligando a capital Macapá a Laranjal do Jari (ida e volta). Os ônibus que fazem essa linha têm parada de viagem obrigatória no PAE do Maracá.

6.4.8.1.6.2 - Município de Santana

Assentamentos Pancada do Camaipi e Matão do Piaçacá

Já no município de Santana é possível encontrar indicações da presença de assentamentos rurais (Pancadão do Camaipi e Matão do Piaçacá). As residências desses assentamentos são distribuídas ao longo dos ramais que fazem ligação com a BR-156, estando distantes do eixo do traçado da LT a cerca de pelo menos 5 Km. Destaca-se que área atravessada pelo traçado é uma área de cerrado, não afetando assim as culturas e plantio praticados.

São Raimundo do Maruanum



Figura 6.4.8-146 - Comunidade de São Raimundo do Maruanum

A comunidade de São Raimundo do Maruanum, situa-se a margem direita da BR-156, distante cerca de 330 do eixo do traçado da LT. No local moram cerca de 12 famílias. De acordo com uma entrevistada uma das características da comunidade São Raimundo do Maruanum é o laço de parentesco entre as famílias residentes.

Estas famílias vivem da agricultura de subsistência, exploração de madeira e a pesca. Conforme a disponibilidade de pescado, o peixe e, também, o excedente da produção é comercializado na feira- livre de Macapá.

Como os moradores são muito católicos uma moradora explicou para os entrevistadores que a festa de São Raimundo é muito comemorada, com rezas e danças do Marabaixo e batuque. A festa se inicia pela manhã com solta de fogos e celebração católica. Durante o dia a imagem do santo percorre as casas da comunidade, os cortejos são acompanhados pelos devotos, que entoam ladainha e versos. A estrutura da festa conta com diversos atores como: labardistas, alferes da bandeira, mestre sala, carregadores da bandeira, tocadores e tamboreiros.

Essa estrutura que envolve a organização das festas dos lugares visitados, pode ser considerada semelhante às folias, estudadas por Brandão (1981), que apontou elementos demonstrando que, a folia seria, um grupo de trabalho que durante o período que antecede a festa arrecadaria contribuições para a sua realização e, em troca, a folia distribui bênçãos, auxilia no pagamento de suas promessas, atualiza a devoção ao Divino e contribui para a reunião de pessoas em torno de lanches, almoço, jantar e baile de encerramento da folia. Assim, a folia seria construída como

um empreendimento coletivo por parte dos católicos e, que, envolveria toda a comunidade, sendo ela, católica ou não.

Sobre a Linha de Transmissão os moradores ficaram preocupados com a questão da indenização de suas terras, caso essas sejam atravessadas pela Linha de Transmissão. Além de preocupar-se com possíveis acidentes que podem ser causados principalmente na fase de instalação do empreendimento. *"(...) essa linha que vai passar vocês vai pagar pra gente, deixar usar as nossas terras? Porque tem que indenizar né!"* (Moradora de São Raimundo do Maruanã, 2008)

Região da Bacaba

Esta região encontra-se entre a comunidade de São Raimundo do Maruanã e o Torrão do Matapi, são cerca de 10 casas que estão dispersas na região da BR-156. Os moradores vivem da agricultura de subsistência, da exploração de madeira e pesca nos rios da região.

Além da agricultura que ocupa áreas pequenas de 0,5 a 2 hectares, nesta região é possível observar algumas fazendas de gado e búfalos que utilizam áreas maiores para o plantio de gramíneas para a pastagem desses animais. Neste caso esses os produtores desenvolvem uma pecuária extensiva. Essa região já faz fronteira entre os municípios de Santana com Macapá.

6.4.8.1.6.3 - Município de Macapá

Santa Luzia do Maruanum



Figura 6.4.8-147 - Comunidade de Santa Luzia do Maruanum

A primeira vila saindo da BR-156 encontrada é a Vila de Santa Luzia Maruanum (homenagem ao rio Maruanum), situada há mais de 4,8Km do eixo do traçado da LT.

A Vila de Santa Luzia Maruanum é composta por cerca de 10 casas e igreja. Segundo uma moradora por estar bem próximo a vila de Nossa Senhora do Carmo do Maruanum (será descrito logo abaixo), seus moradores utilizariam a infra-estrutura dessa vila. Como no caso de escola e posto de saúde. É, também, na vila de Nossa Senhora do Carmo do Maruanum que reside o agente de saúde de Santa Luzia.

No local foi identificada a presença do projeto de Partejas Tradicionais. Devido a distância de hospitais, é muito comum encontrar parteiras nas comunidades da região, que acompanham as gestantes das comunidades, conforme relatado por uma parteira do local. Hoje ela se diz orgulhosa pelo “numero de filhos que ajudou a trazer no mundo e pelo reconhecimento do seu trabalho por parte do governo”, referindo ao projeto Partejas Tradicionais do Governo do Estado do Amapá.

Nossa Senhora do Carmo do Maruanum



Figura 6.4.8-148 - Nossa Senhora do Carmo do Maruanum.



Figura 6.4.8-149 - Balneário em Nossa Senhora do Carmo do Maruanum.

A comunidade de Nossa Senhora do Carmo do Maruanum situa-se a cerca de 5 Km, a direita, do eixo do traçado da LT. A comunidade é composta por cerca de 140 famílias que moram no local. Apesar da comunidade esta distante do traçado, optou-se por descrevê-la aqui por ser um importante pólo local.

Na localidade existe posto de saúde com atendimentos médico uma vez por semana, estabelecimentos comerciais, escola estadual destinada aos ensinos fundamental (1ª a 4ª série) e

médio, um posto da polícia ambiental, igrejas e uma área destinada a lazer (balneário). Também, no local foi identificada a presença de parteiras do projeto Parteiras Tradicionais do Estado do Amapá.

A economia na comunidade está dividida em agricultura de subsistência com destaque para o cultivo de mandioca, a exploração de madeira, a extração e coleta de recursos da floresta como palmito, açaí e castanha, a caça e a pesca. No caso do pescado, dos produtos da mandioca (tucupi e farinha) e o excedente da produção agrícola, estes são comercializados na feira-livre de Macapá. Também, existem pequenos estabelecimentos comerciais destinados a vende de produtos de primeira necessidade.

De acordo com as entrevistas de campo, os principais festejos estão relacionados com as festas de louvor aos santos da igreja católica. Essas manifestações são transmitidas nas comunidades de geração por geração, conforme explicou uma moradora do local.



Figura 6.4.8-150 - Igreja de Nossa Senhora do Carmo (na comunidade de mesmo nome da santa).



Figura 6.4.8-151 - Igreja de Santa Luzia na comunidade homônima a santa.

Segundo um morador esses eventos envolvem praticamente todos os moradores das comunidades participantes, constituindo-se em um importante momento de integração entre os moradores da comunidade e das comunidades vizinhas, como o caso da comunidade de Santa Luzia do Maruanum. Entre as festas, destacam-se a festa da padroeira da comunidade - Nossa Senhora do Carmo que acontece no mês de julho.

A rigor, essas festas podem ser entendidas, como classificou Mauss (2003), como um grande sistema de prestações totais, nos quais as famílias são inscritas a uma corrente obrigatória em que bens de natureza econômica, social e religiosa são dados, recebidos e retribuídos. Assim,

essas festas teriam um papel importante para a manutenção dos modos de vida desses lugares. Deste modo, a própria localidade seria a unidade de referência da manifestação. Para concretizá-las, entram em jogo, formas sutis e bem desenvolvidas de cooperação vicinal, consciência de grupo e coordenação de atividades. As festas, dessa maneira, envolveriam toda a localidade e seria uma forma de integrá-la.

Como na maioria das localidades visitadas observou-se que, para organização da festa, normalmente, é eleita uma comissão coordenadora constituídas por moradores de ambos os sexos, os quais ficam responsáveis pela arrecadação de donativos que serão utilizados nos bingos e pela organização da festa. Essas doações geralmente estariam relacionadas ao pagamento das promessas feitas para a proteção da família, a cura de alguma doença ou até mesmo por melhores colheitas.

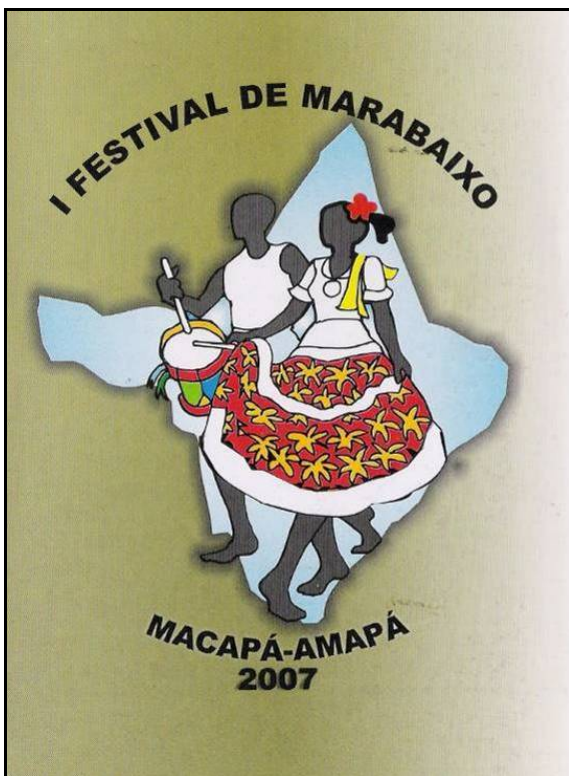


Figura 6.4.8-152 - Filipeta anunciando o Primeiro Festival de Marabaixo do município de Macapá.

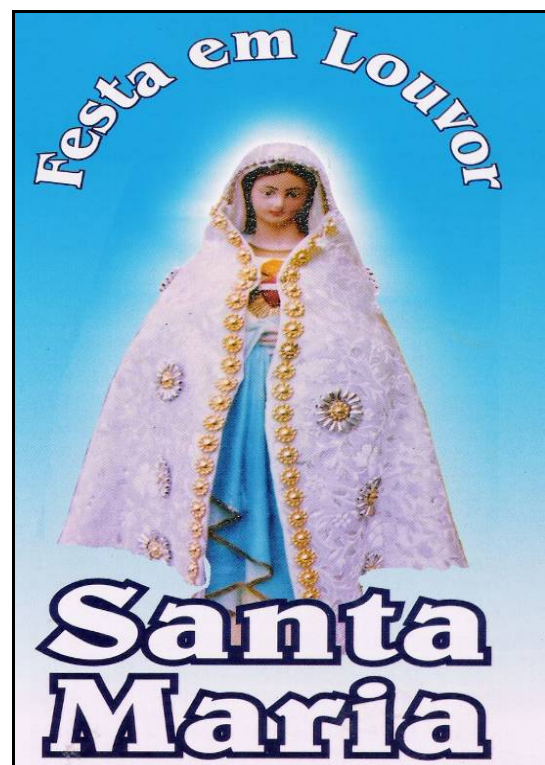


Figura 6.4.8-153 - Folder convidando para A festa em Louvor a Santa Maria. Convite típico das festas católicas no Estado do Amapá.

Além dos festejos os moradores dizem que no período de verão o local é muito procurado por banhistas, pois no local existe um balneário que a prefeitura de Macapá ajuda a manter.

Região de quilombos

Voltando para BR-156 já na região do Torrão do Matapi até a região da Ilha Redonda, é possível encontrar áreas pertencentes às comunidades tradicionais remanescentes de quilombolos. Em algumas dessas áreas essas comunidades já são reconhecidas pela Fundação Palmares, já outras comunidades encontram-se em discussão para o auto-reconhecimento. Os dados gerais das populações negras encontradas na área de estudo são descritas no item comunidades tradicionais quilombolas e as identificadas ao longo do corredor de 10 Km do traçado são apresentadas no Quadro 6.4.8-9, a seguir.

Quadro 6.4.8-9 - Comunidades Negras e Remanescentes de Quilombos identificadas ao longo do corredor de 10 Km da Linha de Transmissão LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná

Comunidade	Coordenadas	Situação	Número de Famílias	Distância da LT em Metros
Torrão do Matapi	0479168/0025671	Comunidade em discussão	80	1.700
Campina Grande	0484976/0026095	Parte da comunidade em discussão	?	1.850
Rosa	0488744/0025780	Reconhecida pela Fundação Palmares	15	4.850
Ilha Redonda	0483677/0015568	Reconhecida pela Fundação Palmares	50	6.500
Curralinho	0487405/0013741	Comunidade em discussão	30	950
Curiaú de Fora		Reconhecida pela Fundação Palmares	735 pessoas	7.500

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Mais detalhes sobre essas comunidades checar o capítulo Populações quilombolas na AID, contida neste diagnóstico, nele é possível observar as características de cada comunidade nessa parte do traçado.

Balneário do Tomé



Figura 6.4.8-154 - Bar do Balneário do Tomé



Figura 6.4.8-155 - Área de Lazer do Balneário do Tomé.

O Balneário do Tomé fica na região do Rio Matapi no km 21 da BR-156, são aproximadamente 16 km até o eixo do traçado da LT. No local é possível encontrar um bar equipado, com casa, barracão, trapiche, rampa de banho e quiosque para atender os clientes.

De acordo com um funcionário do bar, o balneário é muito procurado por turistas e moradores da cidade de Macapá, sobretudo no final de semana e nos dias de maior calor. Para ele o local significa um importante ponto de lazer das redondezas de Macapá.

Aterro de Macapá



Figura 6.4.8-156 - Aterro controlado de Macapá.



Figura 6.4.8-157 - Placa indicando horário de trabalho dos Carapirás (catadores de material recicláveis).

O aterro controlado da cidade de Macapá encontra-se a cerca de 1,9 km, a esquerda, do eixo do traçado da LT. O aterro foi criado para dar destino final aos resíduos sólidos dos municípios de Macapá e Santana.

Destaca-se que essa é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública, minimizando os impactos ambientais. Este método consiste no confinamento de resíduos sólidos, cobrindo-os com uma camada de material inerte na conclusão de cada jornada de trabalho. Esta forma de disposição produz, em geral, poluição localizada, pois similarmente ao aterro sanitário, a extensão da área de disposição é minimizada. Porém, geralmente não dispõe de impermeabilização de base (comprometendo a qualidade das águas subterrâneas), nem sistemas de tratamento de chorume ou de dispersão dos gases gerados. Este método é preferível ao lixão, mas, devido aos problemas ambientais que causa e aos seus custos de operação, a qualidade é inferior ao aterro sanitário.

No local foi possível identificar a presença de uma associação de catadores de material recicláveis, conhecidos na região como Carapirás (alusão a um pássaro que remexe o lixo).

Geralmente esses trabalhadores são moradores de bairros vizinhos ao aterro. De acordo com os levantamentos de campo (Nov, 2008) os moradores do loteamento Amazonas são os fundadores da Associação. De modo geral obtêm parte da renda familiar com o que é recolhido no local.

Expansão urbana de Macapá: Loteamento Amazonas



Figura 6.4.8-158 - Loteamento Amazonas



Figura 6.4.8-159 - Ruas do Loteamento Amazonas.

No final do traçado da LT, encontram-se alguns loteamentos como o Brasil Novo e o loteamento Amazonas este último localizado a cerca de 1,5 km, a direita, do eixo do traçado da LT e a cerca de 22 Km do centro de Macapá. Essa área pode ser classificada como uma área de expansão urbana do município de Macapá.

Segundo um morador fundador do loteamento Amazonas são aproximadamente 800 famílias residindo no local. O loteamento é fruto de uma ocupação ocorrida no ano de 2000 por imigrantes oriundos dos estados do Pará, Maranhão e do interior do Amapá. Inicialmente os primeiros moradores trabalhavam no 'lixão' de Macapá, que ficava próximo ao loteamento.

Destaca-se que depois da ocupação da área o governo do estado do Estado Amapá transformou o local em loteamento, incorporando assim, a área ao perímetro urbano da cidade de Macapá.

Cada lote possui cerca de 250 metros quadrado. As casas são de baixo padrão construtivo, utilizando madeira e alvenaria. As ruas não possuem calçamento, bem como identifica-se a presença de ruas de asfalto e de terra batida.

O local dispõe de escola de ensino fundamental (1ª a 4ª série), pequenos estabelecimentos comerciais, igrejas e alguns orelhões. O abastecimento de água é feito por cisternas existentes nas casas. A água captada não é tratada, o que colabora para o surgimento de doenças, principalmente junto à população infantil, entre estas se destaca a verminose.



Figura 6.4.8-160 - Cisterna em casa do loteamento Amazonas.



Figura 6.4.8-161 - Casas no Loteamento Amazonas.

Sobre as principais dificuldades de morar no local, os moradores apontaram, a falta de assistência médica, de unidades escolares destinadas ao ensino médio, transporte, além dos altos índices de violência e o desemprego. “*aqui tem muita gente que trabalha, no ‘lixão’ ou vive de bicos*” (Morador do Loteamento Amazonas, 2008).

No loteamento Amazonas foram identificado alguns problemas ambientais entre estes estão à falta de saneamento, alta densidade de resíduos sólidos sem a coleta adequada, esgoto a céu aberto, entre outros.

Conforme ressaltado anteriormente a renda de grande parte das famílias residentes no loteamento provem da coleta de materiais recicláveis no aterro municipal de Macapá, de pequenos estabelecimentos comerciais localizados no próprio bairro, serviços públicos e trabalhos temporários (pedreiros, serventes, pintores, empregadas domésticas, entre outros).

6.4.9 - Pontos de Relevante Interesse Social na AID

Apesar de alguns pontos que serão apresentados nos quadros abaixo terem sido analisados ao longo do estudo, sobretudo na parte descrição do traçado, nesta seção, procurar-se-á enfatizar algumas regiões que deverão receber uma maior atenção, a fim de avaliar o grau de interferência sobre os povoados e aglomerados populacionais identificados ao longo do corredor de 10 Km da LT. Assim, o que se pretende é destacar os pontos que se encontram na faixa de servidão, bem como os lugares que são referencia ou pólo para população local.

De uma maneira geral, o mapeamento da área de influência direta pelo empreendimento, tem um padrão de ocupação semelhante (principalmente nas proximidades com a BR-156 e a PA-254),

conforme apontada na parte descritiva desse relatório, as atividades agrícolas normalmente são de subsistência tendo a cultura da mandioca presente em todas as localidades do traçado, no caso da atividade pecuária essa é praticada extensivamente.

A rigor, foram elaborados dois quadros, o primeiro: referente aos pontos próximos a faixa de servidão variando de 0 a 300 metros. Esses pontos são principalmente comunidades e povoados, que poderão sofrer impactos tanto na fase de obra quanto na fase de funcionamento da LT. Entre estes impactos, consideram-se: a perda de áreas produtivas, a desvalorização de imóveis, a restrição de áreas de uso, queda de rendimentos, entre outros.

De acordo com o Quadro 6.4.9-1, as localidades que merecem mais atenção por estarem muito próximo do traçado, são: Comunidade de Chico Mendes (40 metros), comunidade do Limão 76 metros, entre outras. As demais distâncias das localidades da faixa de servidão podem ser observadas no quadro logo abaixo.

No caso da comunidade do Limão essa merece destaque, pois se constitui na maior comunidade a menos de 300 metros da faixa de servidão. A comunidade localiza-se às margens da PA-254, no município de Monte Alegre. Esta uma das comunidades pólo que possui características área de periferia urbana, seja pela oferta de serviços e farto comércio, seja pelo tamanho de sua população aproximadamente 400 famílias de acordo com dados fornecidos pela associação de moradores.

Quadro 6.4.9-1 - Ocupações próximas a faixa de servidão da LT (0-300 metros)

Município	Descrição	Distância (m)	Km da LT	Lado	X	Y
Óbidos	Comunidade Chico Mendes	40	20,92	Direito	664122	9812932
Santana	Casa as margens da BR 156	64	633,26	Esquerdo	452835	10025198
Monte Alegre	Comunidade do limão	76	207,98	Direito	170150	9821850
Alenquer	Bom Princípio	84	118,37	Direito	752468	9817396
Monte Alegre	Patauá + Macaca	89	215,59	Esquerdo	177466	9823780
Laranjal do Jari	Fazenda do Ovídeo na Resex	105	488,75	Esquerdo	359504	9936482
Monte Alegre	Localidade de Três Irmãs	135	161,52	Esquerdo	792264	9821436
Mazagão	Vila Nova	137	614,26	Esquerdo	435893	10016677
Alenquer	Camburão	147	124,26	Esquerdo	758071	9815584
Alenquer	Uirapuru	148	97,26	Esquerdo	732375	9823384
Curuá	Barreirinhas	164	72,26	Esquerdo	708247	9827784
Oriximiná	Faz. Sítio das Acácias	188	1,86	Esquerdo	648367	9823442
Óbidos	Comunidade de Novo Horizonte	210	7,84	Esquerdo	653380	9820232
Óbidos	Casas próximas a LT	228	9,47	Direito	654337	9818852
Alenquer	Novo Progresso 1	229	105,10	Direito	739602	9820426

Município	Descrição	Distância (m)	Km da LT	Lado	X	Y
Curuá	Localidade de Areal	240	76,93	Esquerdo	712800	9826800
Alenquer	Comunidade de Boa Água	262	148,16	Esquerdo	778977	9822830
Alenquer	Novo Progresso 2	268	101,09	Direito	735674	9821408
Curuá	Comunidade Fé em Deus	276	78,92	Esquerdo	714743	9826384
Curuá	Comunidade Boa Floresta	291	90,45	Esquerdo	726010	9825784

Fonte: pesquisa de campo, novembro de 2008.

6.4.9.1 - Pontos de Relevante Interesse Social Próximos à Faixa de Servidão

O segundo quadro concentra os pontos definidos como de sensibilidade, nesta classificação estão os pontos que variam de 301 a 700 metros da faixa de servidão da LT, a definição dessa metragem está relacionada com possíveis ajustes que o empreendimento possa ter e com isso afetar localidades que estejam nessa faixa.

Nesse grupo estão principalmente àquelas regiões que poderão sofrer impactos principalmente, durante o período de obras como, por exemplo, paralisação temporária das atividades agrícolas, quedas nos rendimentos e aumento de acidentes rodoviários provenientes do aumento do fluxo de veículos nas vias que serão utilizadas para o transporte de materiais, equipamentos e insumos construtivos, assim como para o transporte da mão-de-obra até as frentes de trabalho. Esse risco é potencializado nas comunidades com maior adensamento populacional, onde se encontram grande número de crianças e adolescentes, como povoados e expansões urbanas, bem como em cruzamentos da Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná com rodovias. No Quadro 6.4.9-2 é possível observar essas áreas.

Quadro 6.4.9-2 - Pontos de Relevante Interesse Social (situados entre 301 a 700 metros do eixo da LT)

Município	Descrição	Distância (m)	Km da LT	Lado	X	Y
Curuá	Comunidade das Pedras	318	56,89	Esquerdo	693943	9826926
Curuá	Bate Roupa	322	83,15	Esquerdo	718872	9825468
Laranjal do Jari	Ramal da Estação	332	491,70	Esquerdo	362090	9937908
Santana	Comunidade de São Raimundo do Maruanã	336	644,55	Direito	463234	10025804
Prainha	KM 19	338	230,36	Esquerdo	191462	9828816
Óbidos	Repartimento	347	10,15	Direito	654783	9818320
Alenquer	Região de fazendas	353	106,14	Direito	740590	9820086
Prainha	Retiro paraíso	371	226,15	Esquerdo	187365	9827470
Prainha	KM 15	386	225,32	Esquerdo	186573	9827214
Curuá	Vila Mamiá	390	69,33	Esquerdo	705448	9828668

Município	Descrição	Distância (m)	Km da LT	Lado	X	Y
Mazagão	Comunidade do Rio Preto (Região do Hilário)	401	590,83	Direito	424832	9998766
Mazagão	Comunidade de Laranjal do Maracá	407	556,05	Esquerdo	411991	9968554
Curuá	Bela Vista	420	92,09	Esquerdo	727806	9825784
Laranjal do Jari	Loteamento Sarney	420	449,14	Esquerdo	334410	9909210
Prainha	KM 13	432	221,78	Esquerdo	183213	9826112
Alenquer	Comunidade de Santa Helena	445	151,60	Direito	782365	9822188
Curuá	Localidade do Curuá	447	96,43	Esquerdo	731750	9824000
Mazagão	Escola do Rio Preto	456	591,56	Direito	425503	9999046
Laranjal do Jari	Área de Cerrado na BR 156	493	509,30	Esquerdo	375036	9949492
Monte Alegre	Entrada para Serra Azul (cruzamento com ramal)	497	191,40	Direito	821309	9822656
Monte Alegre	KM 11	505	193,94	Direito	823827	9822352
Mazagão	Comunidade de São Pedro (Próximo a divisa de Laranjal com Mazagão)	506	514,41	Esquerdo	380130	9949896
Almeirim	Fazenda Santa Rosa	531	358,35	Direito	315554	9833344
Óbidos	Comunidade de Santa Luzia	544	17,11	Esquerdo	661109	9815336
Monte Alegre	KM 7	549	198,59	Direito	828446	9821766
Monte Alegre	Faz. Acapulco	577	202,58	Direito	832400	9821274
Mazagão	Comunidade do Braço do Breu	603	584,96	Direito	421493	9994666
Monte Alegre	KM 28	605	178,44	Esquerdo	808566	9825260
Laranjal do Jari	Placa indicando Sítio Arqueológico	612	491,86	Esquerdo	362122	9938230
Macapá	Aterro de Macapá	614	677,84	Direito	484608	10016815
Mazagão	Comunidade da Sororoca	631	534,46	Esquerdo	393738	9963366
Prainha	Cruzamento LT - PA 254	676	243,51	Direito	203938	9825570
Laranjal do Jari	Comunidade do Açaizal	682	492,08	Esquerdo	362291	9938384

Fonte: pesquisa de campo, novembro de 2008.

6.4.10 - Síntese Conclusiva

De uma maneira geral a Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná atravessa, principalmente áreas rurais, onde seus moradores vivem essencialmente do extrativismo, da pesca e da agricultura de subsistência que visa principalmente a alimentação do núcleo familiar e o excedente da produção é trocado ou comercializado nas proximidades.

Nesses locais os modos de vida da população, a forma de lidar com o espaço estão atrelados ao cotidiano da floresta, da roça e dos rios. Essa população tida como tradicional ao longo dos anos,

como em quase todas as regiões da Amazônia, vem sofrendo interferências especialmente no que diz respeito à utilização dos recursos naturais e na própria apropriação do espaço. Essas mudanças são fruto principalmente da expansão da monocultura e da pecuária de corte extensiva no norte do Brasil. Esse novo modelo calcado nas grandes extensões de terra, no desmatamento e na retirada de comunidades inteiras de seus locais de origem, contribui para formar um cenário conflitivo.

Por isso a inserção de um empreendimento como uma Linha de Transmissão na região, precisa ser permeada pela transparência e pelo caráter igualitário de todos os atores envolvidos evitando assim, ações equivocadas, que podem gerar conflitos futuros entre empreendedor e afetados pela Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná. Por isso, nesta parte do estudo serão retomados alguns pontos considerados importantes que contribuem para avaliar os possíveis impactos do empreendimento.

6.4.10.1 - Padrões de Ocupação

A exceção das áreas de expansão urbana dos municípios de Laranjal do Jarí e Macapá, onde são formados bairros com pouca infra-estrutura, sem saneamento básico ou oferta de serviços públicos, a maior parte do traçado atravessa áreas rurais onde se encontra as fazendas de gados, os retiros ou sítios e os povoados. Nestes locais seus moradores geralmente vivem em casas de madeiras, cobertas com telhas de amianto, palhas e em alguns casos é possível encontrar telhas de barro.

No caso da categoria, povoado este é encontrado principalmente nas proximidades das rodovias, onde é possível encontrar edificações e plantios ao longo da faixa da servidão das rodovias BR-156 e PA-254. Destaca-se que a LT será instalada em paralelo a essas rodovias, de modo que poderá haver interferências nos padrões de uso e ocupação atualmente empregados ao longo da faixa de servidão, inclusive sendo identificado, em alguns pontos a presença de templos religiosos na faixa de servidão.

6.4.10.2 - Comunidades Negras

De acordo com os levantamentos de campo, foram identificadas cinco comunidades remanescentes de Quilombos ao longo do corredor de 10 Km. Das comunidades identificadas,

duas são reconhecidas pela Fundação Palmares - Quilombo do Rosa e Ilha Redonda e outras três comunidades estão em processo de discussão para auto-reconhecimento, sendo elas: Torrão do Matapi, Curralinho e Campina Grande, essas comunidades encontram-se no município de Macapá.

6.4.10.3 - Intervenções da Faixa de Servidão nas Áreas de Plantio das Comunidades

Ao longo do traçado não foi identificado nenhuma cultura incompatível com linhas de transmissão. Assim sendo, as principais culturas plantadas por essas comunidades são as culturas que tem um ciclo rápido como mandioca, milho, feijão e arroz, além de possuírem um rebanho pequeno de gado e outras criações domésticas como o suíno e as aves principalmente galinha. No caso das roças essas normalmente são plantadas em pequenas áreas e em locais que variam de acordo com a produção, terreno, e outros saberes utilizados para definir o melhor local para plantar, ou seja, as chamadas roças de toco e/ou roças itinerantes, nesse manejo o produtor reveza as áreas em média a cada dois anos ou de acordo com as condições do terreno.

Neste tipo de manejo fica difícil prever os locais exatos que os produtores escolherão para plantar as roças seguintes. Outro fator esta relacionados com critérios estabelecidos por cada comunidade, ou seja, é comum que essas áreas de plantio sejam de uso, coletivo ou até mesmo, os usos dessas áreas de plantio sejam estabelecidos por regras coletivas como o caso da RESEX do Cajari ou de alguns assentamentos rurais. Deste modo, a instalação de torres e até mesmo o estabelecimento da faixa de servidão, em áreas destinadas a esse manejo, podem provocar a redução de áreas de plantio, e conseqüentemente a queda na produção desses grupos.

Outro tipo de atividade agropecuária muito comum ao longo do traçado, sobretudo nos municípios do Estado do Pará, é a pecuária de corte (gado branco e búfalo), esse tipo de atividade não é incompatível com Linha de Transmissão 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná, entretanto, o manejo das pastagens é feito através das queimadas, o que exigirá maior esforço na manutenção da integridade da faixa de servidão.